



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

RAFAEL DA SILVA

**COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E
NO BRASIL: em busca dos determinantes das abstenções, votos
brancos e votos nulos.**



**Florianópolis
Abril/2016**

RAFAEL DA SILVA

**COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E
NO BRASIL: em busca dos determinantes das abstenções, votos
brancos e votos nulos.**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Dr. Julian Borba.

**Florianópolis
Abril/2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

da Silva, Rafael
COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL:
: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos
e votos nulos. / Rafael da Silva ; orientador, Juliano
Roza - Florianópolis, SC, 2016.
124 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Aliança Eleitoral. 3.
Abstenções. 4. Voto Branco. 5. Voto Nulo. I. Roza, Juliano.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

**OBS: SUBSTITUIR ESSA PÁGINA PELOS EXEMPLARES DA
ATA ORIGINAIS.....**

RAFAEL DA SILVA

**COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E
NO BRASIL: em busca dos determinantes das abstenções, votos
brancos e votos nulos.**

Essa Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor em Sociologia Política, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de abril de 2016.

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
(Coordenador do Programa)

Banca Examinadora

Prof. Julian Borba (UFSC)
Orientador.

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão (UFSC)

Prof. Dr. Tiago Borges (UFSC)

Prof. Dr. Erni J. Seibel (UFSC)

Prof. Dr. Ednaldo A. Ribeiro (UEM)

Prof. Dr. Robert Bonifácio (UFG)

Dedico este trabalho aos meus amigos e família, em especial ao Mateus, meu enteado, a Patrícia, minha esposa, e a minha filha, Sophia, que em breve virá ao mundo nos trazendo muitas alegrias.

AGRADECIMENTOS

Compartilho do princípio de que um trabalho acadêmico, por mais individualizado que seja, não é uma produção isolada. A começar pela trajetória acadêmica mais ampla, desde os primórdios da graduação, mas, em especial, aquela trajetória que se encerra com o trabalho acadêmico proposto, neste caso o doutoramento. Todos os professores com quem pude interagir e aprender, os colegas doutorandos(as) e demais colegas, mestrandos, graduandos e de docência, na instituição onde trabalho, a Universidade Estadual de Maringá. Os eventos acadêmicos também entram nessa trajetória, afinal, foram espaços importantes para socialização do andamento da pesquisa, coleta de sugestões, ajustes de trajetória etc. A todos(as) que, de alguma forma, participaram desse processo, deixo o meu obrigado. Agradeço ao Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e seus principais financiadores (Agência do Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Universidade Vanderbilt) por disponibilizar gratuitamente os bancos de dados e viabilizar parte desta pesquisa. O agradecimento se estende à equipe do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) por disponibilizar a pesquisa no site do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP – UNICAMP) e também às instituições públicas como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que disponibilizaram os dados nos seus respectivos domínios digitais, tornando possível investigar o Brasil. Mais estritamente, agradeço as pessoas com quem pude conviver e que contribuíram injetando ânimo, com sugestões substanciais, com palavras de incentivos e cobranças que me instaram a continuar até a conclusão. Pessoas estas como Ednaldo Ribeiro, Carla Almeida, Yan Carreirão, Éder Gimenes, Yasmin Calmet, Felipe Monteiro, Gabriela Cardoso, Lindomar e Julian Borba. Algumas dessas puderam participar da minha banca de qualificação, outras incentivaram e ajudaram de diversas formas. Ao Julian, meu orientador, devo meu obrigado, não apenas por ter influenciado na minha formação e nos rumos da pesquisa, mas também por ter tido muita paciência, ter sido compreensivo, ter cobrado e pressionado para que a tese chegasse a este momento. Sei que não foi fácil esse período de orientação, mas também não foi fácil para mim, que tive que conciliar o regime de dedicação exclusiva na universidade e a pesquisa de doutorado. Agradeço a banca que se prontificou a ler previamente a pesquisa, comparecer a defesa e contribuir com o trabalho, apontando as deficiências, limites e

potencialidades. Direciono meus agradecimentos ao administrativo do programa, representado pela Albertina, a quem sempre recorri quando precisei, e quem sempre, prontamente, me ajudou. Sou grato aos meus sogros, cunhado Rafael, cunhada Juliane, co-cunhado Thiago, sobrinho Pedro e afilhada Júlia, principalmente minha sogra Elizabeth que, delicadamente, perguntava como estava o andamento da tese, sempre cuidando para não me deixar mais apreensivo com os prazos que se estreitavam. Agradeço ao meus pais, Maria e Euclides, que, na simplicidade de quem não teve oportunidade de estudar, sempre me incentivaram e se orgulharam da minha trajetória, eu mesmo me orgulho muito deles. A minha irmã, Rita, meu cunhado, Ilson, e meus sobrinho e afilhado(a)s, Djeison, Bruno e Júlia, pessoas que sempre me tiveram como exemplo de perseverança, alguém que, saindo do seio de uma família pobre, pode chegar ao doutorado em uma respeitada instituição de ensino superior pública. Mas acima de tudo, agradeço ao Mateus e minha esposa, Patrícia, pela companhia nesses anos. Patrícia compartilhou comigo cada passo, cada momento de angústia, aflição, alegria e tristeza. Foi compreensiva nestes anos em que deixamos de fazer muitas coisas juntos, lazer, viagens, férias, para que pudesse me dedicar à tese. Se hoje me sinto engrandecido por ter chegado a este momento, é porque sempre tive uma grande mulher que me apoiou, que sempre esteve ao meu lado, me acalmando nos momentos difíceis, aliviando o peso da responsabilidade de honrar os compromissos assumidos, tanto com o doutorado quanto com a Universidade onde sou docente. A todos(as) presentes nestes agradecimentos e, que, pela falta de memória, estão ausentes, meus sinceros agradecimentos. Encerro com um agradecimento à Deus e aproveitando o ensejo para finalizar com uma breve passagem que consta na carta São Paulo à Timóteo: “Combati o bom combate, terminei minha corrida, conservei a fé” (2 Timóteo, 4:7-8).

“Muitos entusiastas do assunto aparentemente acreditam que, em sua maior parte, os principais conhecimentos sobre política (se não todos) podem ser encontrados entre duas capas de um livro – ou pelo menos nas obras de um autor [...].

“Tenho quase certeza de que isso é falso, além de ser esperança vã. É melancólico verificar que ninguém jamais foi suficientemente sábio para contribuir com algo mais que uma pequena parcela de tudo quanto se sabe sobre política”.

Robert A. Dahl

RESUMO

Este trabalho, de um conjunto inicial de indagações acerca das bases da alienação eleitoral (abstenções, votos brancos e nulos) no contexto brasileiro, ampliou-se, incorporando as abstenções em perspectiva comparada entre os países presidencialistas da América Latina. Esse ajuste se deu, dentre vários motivos, pela escassez de estudos sobre esse contexto continental. Assim, para dar conta de explicar tais fenômenos, a tese se estruturou em duas partes relativamente autônomas, mas não independentes. A primeira, voltada à América Latina, incorporou países de regime presidencialista que fazem parte das pesquisas regulares do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), cujo material empírico consiste em uma base que compila rodadas de 2004 a 2012 e outra base em nível agregado com dados dos países. As análises consistiram da interação dessas duas bases em um modelo multinível. A segunda parte focou no Brasil, estendendo as análises para os votos brancos e nulos, utilizando como material empírico o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), rodada de 2010, e dados agregados ao nível dos estados, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Basicamente, utilizaram-se análises descritivas e de regressão logística. De forma geral, o estudo chegou às seguintes conclusões: no contexto latino-americano existem dinâmicas próprias que conferem singularidade aos preditores da abstenção, porém, aspectos presentes em países mais desenvolvidos também foram identificados entre os países latinos. Voltando-se para o Brasil, os votos brancos e nulos são expressões de protesto de um eleitor que detém certos recursos individuais como a escolaridade, porém é afastado da política. As abstenções no país assumem caráter estrutural e o eleitor não vê conflito em ser apoiador e estar satisfeito com a democracia, mas não participar eleitoralmente em uma situação de voto facultativo.

Palavras-chave: abstenções; votos brancos; votos nulos; Brasil; América Latina; estudo comparado.

ABSTRACT

This coursework has started with a set of questions concerning the foundations of the electoral alienation (abstentions, blank and null votes) of the Brazilian context, and has increased with the inclusion of abstentions in a comparative perspective among the presidential countries of Latin America. This tune-up has taken place, among several reasons, due to the lack of studies about this continental context. Therefore, in order to explain these phenomena, the thesis was structured in two parts relatively autonomous, but not independent. The first part, focused on Latin America, included countries of presidential system that are part of regular surveys of the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), whose empirical material consists of one foundation that compiles epochs from 2004 to 2012 and another one on an aggregate level with the countries' data. These analyses consisted of the interaction of these two foundations in a multilevel model. The second part focused on Brazil, extending the analyses to the blank and null votes, using as empirical material the Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) (Brazilian Electoral Study), epoch of 2010, and aggregate data, at state level, from the Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Supreme Electoral Tribunal) and the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brazilian Institute of Geography and Statistics). Basically, we used descriptive analyses and analyses of logistic regression. Overall, the study reached the following conclusions: in the Latin American context there are peculiar dynamics that give uniqueness to the abstention predictors, however, the electoral aspects found in more developed countries were also identified among Latin countries. Regarding Brazil, the blank and null votes are protest expressions of a voter who has certain individual resources like schooling, but is out of politics. Abstentions in Brazil take a structural nature and the voter sees no conflict in being supportive and being satisfied with democracy, but not engaging in electoral participation in a situation of voluntary voting.

Keywords: abstentions; blank votes; null votes; Brazil; Latin America; comparative studies.

Sumário

1- INTRODUÇÃO:.....	19
---------------------	----

PARTE 1: Abstenções Eleitorais na América Latina.

2- ABSTENÇÕES ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA COMPARADA.....	25
2.1- COMPORTAMENTO ELEITORAL: UM BREVE RESGATE DA LITERATURA.....	25
2.1.1- Primórdios dos estudos de comportamento eleitoral: o homo sociologicus	27
2.1.2- Homo psicologicus entra em cena: do sociológico ao psicossociológico	38
2.1.3- Do mercado para a política: o homo economicus vai às urnas e define estrategicamente seu voto.....	43
2.1.4 - As regras do jogo como emolduradoras do voto: o Neoinstitucionalismo	54
2.1.5 - Abstenção em seu oposto: os estudos de comparecimento eleitoral	61
2.1.6 – O voto obrigatório e suas implicações	71
2.2 – FUNDAMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA:	79
2.2.1 – As hipóteses:	80
2.3 - METODOLOGIA:.....	92
2.3.1 – Dos procedimentos de construção das bases de dados.....	94
2.3.2 – Da variável critério aos modelos de análises	97
2.4 – ANÁLISES DOS DADOS:.....	103
2.4.1 – O modelo da conjuntura:.....	103
2.4.2 – O modelo institucional	105
2.4.3 – O modelo SES/integração	108
2.4.4 – O modelo da proximidade com a política:	110
2.4.5 – O modelo do distanciamento:	112
2.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	115

PARTE 2: Alienação Eleitoral no Contexto Brasileiro.

3 - ALIENAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL	123
3.1- A LITERATURA BRASILEIRA E A ALIENAÇÃO ELEITORAL	123
3.2- FUNDAMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA:	149
3.2.1- As hipóteses:	149
3.3 - METODOLOGIA:	158
3.3.1- Dos procedimentos de construção das bases de dados	158
3.3.2- Variáveis critério e os modelos de análises	159
3.4- ANÁLISES DOS DADOS	162
3.5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	179

1- INTRODUÇÃO:

Até esta versão, que é apresentada à banca examinadora, a tese passou por um processo de amadurecimento que resultou em uma metamorfose em relação às intenções iniciais, sistematizadas pela primeira vez na proposta de pesquisa submetida ao processo de seleção do doutorado. As mudanças que se processaram desde aquela versão, então embrionária, até essa final pós-banca, devem-se a algumas razões, dentre as principais estão: I- a novidade do tema para o pesquisador; II- a ampliação do foco em função das experiências vivenciadas ao longo do doutoramento; e III- o amadurecimento decorrente, tanto do tema quanto do pesquisador. É evidente que a apresentação de uma pesquisa de doutorado a uma banca é uma experiência ímpar na trajetória de qualquer pesquisador, afinal, cria-se uma grande expectativa em torno de como a pesquisa (problemática, objetivos, referencial teórico, hipóteses, análises, considerações finais e estrutura do trabalho) será recebida pelos pares da academia que terão a incumbência de avaliá-la. Porém, é importante lembrar que, avaliar uma pesquisa que contou com anos de investimentos, principalmente de recursos humanos que, com o decorrer da pesquisa, vão escasseando, não é tarefa fácil. O alento é que o caminho foi trilhado, um ponto final foi posto, porém o assunto não foi esgotado, valendo a máxima de que em pesquisa coloca-se um ponto, mas não se encerra o assunto.

Feito esse breve preâmbulo, volta-se para a trajetória do trabalho que ajudará a compreender o produto a que se chegou. A intenção inicial era de uma tese que investigasse a alienação eleitoral (SANTOS,1987), que consiste nas abstenções, votos brancos e nulos, aos moldes do que fora investigado pela literatura: abordando eleições nacionais com dados agregados, mais recentemente com pesquisa a nível individual, restringindo-se ao executivo e, de forma muito comedida, estendendo ao legislativo. Para isso, requerer-se-iam uma pesquisa *survey* e uma base agregada (com resultados eleitorais e dados socioeconômicos em nível de município). Porém, com o caminhar do doutorado, outras questões foram aparecendo, imprimindo novos rumos à pesquisa. Basicamente, as abstenções foram o centro dessas novas questões. O desafio consistia em explicá-las para além da dinâmica nacional, através de estudos comparados integrando níveis diferentes de análises e contemplando um contexto pouco abordado até então: a América Latina.

Esse desafio não era em vão, afinal, a própria literatura (GEYS, 2006a) atestava que o grande volume de estudos sobre o tema se

preocupou em explicar o comparecimento eleitoral nas democracias desenvolvidas da América do Norte e da Europa. Dessa forma, havia uma lacuna a ser preenchida que consistia em trazer tais estudos para a realidade das democracias de terceira onda (HUNTINGTON, 1994) que adotaram, na sua grande maioria, alguma forma de voto compulsório (BIRCH, 2009), sendo o Brasil a maior nação latino-americana com voto obrigatório. O diagnóstico acerca da carência de estudos para a realidade latina encontrou coro na literatura internacional. Estudiosos com reconhecimento acadêmico internacional se propuseram a contribuir para saná-la, como foi o caso de Fornos, Power e Garand (2004). Assim, o estudo da abstenção eleitoral para o contexto da América Latina foi incorporado ao trabalho, pois se está estudando um tipo de comportamento que compõe o fenômeno da alienação eleitoral, porém transpondo as fronteiras do Brasil, propondo-se a uma abordagem transnacional comparativa.

Além dessa incorporação, outras questões foram surgindo posteriormente, como por exemplo: qual será a dinâmica dos votos brancos e nulos nas eleições regionais e locais?; será que as motivações individuais do voto branco ou nulo para um cargo executivo (presidente) são as mesmas para o legislativo (câmara federal)?; quais as bases causais das abstenções a nível nacional e em perspectiva comparada entre países que compartilham algumas semelhanças (integram a mesma região - América Latina, adotam o presidencialismo, possuem histórico recente de instabilidade política)?; de que forma a apropriação de parte do debate internacional pode ajudar a explicar as abstenções e, em certa medida, o voto branco e nulo, em contextos que divergem daqueles onde foram gestados? Enfim, as questões eram inúmeras e balizaram a opção pela ampliação do escopo da pesquisa.

Levantadas as questões e feitas as definições mais gerais, passou-se para a construção do referencial teórico: seleção da literatura, construção do debate e etc. O grande dilema nesse momento diz respeito ao que contemplar. Escolher um conjunto de literaturas implica na exclusão de inúmeras outras que, por uma questão de tempo e espaço, não podem ser abordadas. Porém, a proposta foi a de seguir uma linha que permitisse certas convergências teóricas mínimas diante de um fenômeno complexo como esse em voga.

À medida que, lentamente, a pesquisa progredia, surgiu a necessidade de esboçar uma estrutura que contemplasse os dois contextos da pesquisa: o Brasil e a América Latina. O primeiro esboço foi

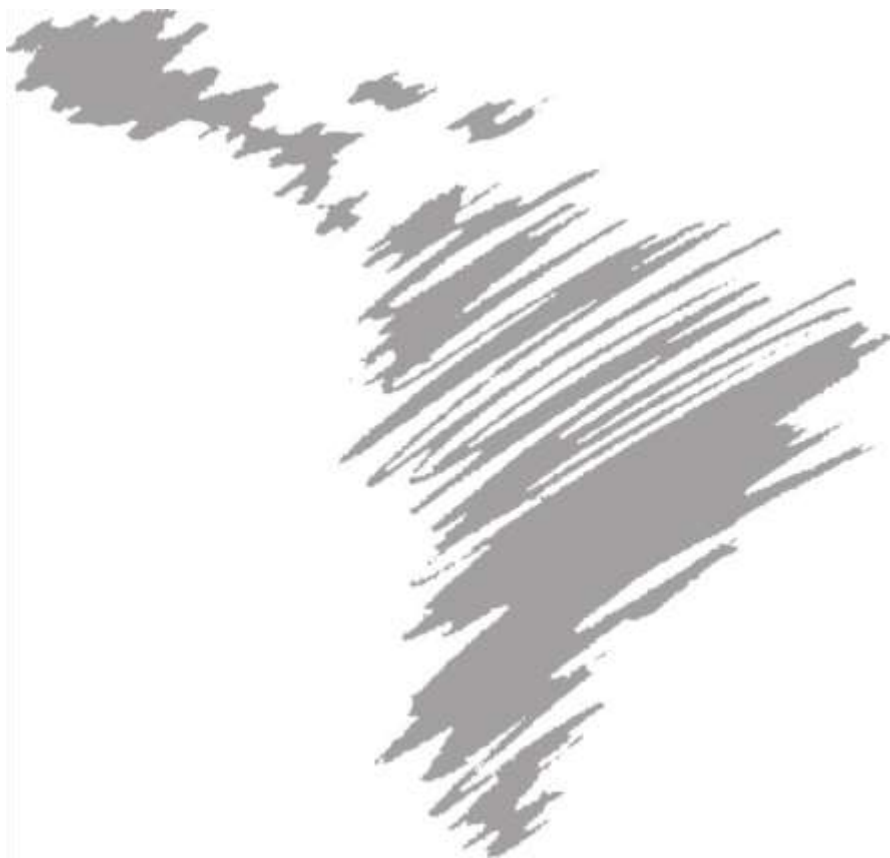
apresentado na qualificação, momento no qual a banca sugeriu alterações que prontamente foram acatadas, pois deixariam o trabalho melhor estruturado. Assim, a estrutura adotada é resultado desse processo de amadurecimento.

Portanto, para responder às diversas questões que nortearam o trabalho, sendo que as principais foram apresentadas anteriormente, e para conseguir abordar os dois planos de pesquisa (um continental e um nacional), a tese foi estruturada em duas partes relativamente autônomas. Elas são autônomas, mas não independentes. A primeira parte é dedicada exclusivamente às abstenções na América Latina, mobilizando um conjunto amplo de teorias. A segunda foca na realidade brasileira, abordando, além das abstenções, o voto branco e nulo, a alienação eleitoral com o debate centrado no processo histórico de como o fenômeno foi abordado pelos estudiosos. Ambas as partes possuem estrutura similar: inicia-se com o aporte teórico e, a partir dele, apresentam-se as hipóteses de pesquisa e suas respectivas operacionalizações. Em seguida, a metodologia é definida em aspectos mais gerais: os tipos de dados e a técnica utilizada na análise. Na sequência, há as análises propriamente ditas e, por fim, as considerações finais.

No curso da pesquisa, muitas frustrações surgiram. A principal delas diz respeito à base em nível agregado, construída ao longo de meses, e que não pôde ser utilizada. Essa base reúne informações em nível dos municípios: dados oficiais das eleições de 2010 e 2012 (nacionais e locais para todos os cargos eletivos além do número de seções por município); e dados socioeconômicos do censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Atlas de Vulnerabilidade dos Municípios Brasileiros do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). A base final contou com 60 informações de 5564 municípios brasileiros, resultando em um total de mais de 340 mil células contendo alguma informação. Essa base seria utilizada para testar um conjunto específico de hipóteses, porém, devido a problemas que não foram possíveis de serem corrigidos a tempo, o uso foi abandonado, sendo construída uma base alternativa. Esta possui os estados como unidade de análise e reúne dados das eleições e dados da magnitude do eleitorado calculado a partir do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A busca por dados da magnitude do eleitorado em outra fonte que não a da Justiça Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), se fez necessária pela alegada diferença entre abstenção oficial e abstenção real (FREIRE e MAGALHÃES, 2002). Para o contexto nacional, vários autores chamaram a atenção para os problemas oriundos dos dados de abstenções oferecidos pelo TSE, principalmente no tocante à desatualização das listas cadastrais (NICOLAU, 2002, 2004). No mais, a base alternativa possibilitou contornar o problema, embora não tenha sido possível, com ela, utilizar testes mais sofisticados como a regressão linear múltipla e a regressão espacial através do georreferenciamento dos dados. Espera-se que essa tese tenha alcançado os requisitos estipulados pela comunidade acadêmica e que as escolhas realizadas tenham sido minimamente adequadas para dar conta do que fora proposto.

PARTE 1: Abstenções Eleitorais na América Latina.



2- ABSTENÇÕES ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA COMPARADA

A América Latina é um continente com histórico recente de grandes instabilidades políticas marcadas por golpes de estado, seguidos de instauração de ditaduras- algumas perdurando até os dias de hoje -, deixando sequelas difíceis de serem superadas. Assim, a marca indelével desse continente é a sua recente vida democrática, restaurada, em sua grande maioria, na reta final da segunda metade do século XX. Com essa redemocratização, abriu-se uma janela de oportunidades para os estudiosos interessados em explicar fenômenos políticos que, outrora, eram essencialmente estudados nas democracias de industrialização avançada da América do Norte e Europa. Posto isso, o foco desta primeira parte da tese consiste em estudar a abstenção eleitoral em perspectiva comparada. Por abstenção compreende-se simplesmente como o não comparecimento do eleitor à urna, ou seja, aquele eleitor que, sendo detentor dos direitos eleitorais, opta por não comparecer na urna. Para dar conta de tal fenômeno, essa primeira metade da tese assume a seguinte estrutura: segue-se com um resgate da literatura sobre comportamento eleitoral que servirá de base para o tópico seguinte, o das hipóteses; na sequência, virá a metodologia, seguida das análises, e então, as conclusões parciais encerrando essa primeira parte.

2.1- COMPORTAMENTO ELEITORAL: UM BREVE RESGATE DA LITERATURA

Desde o surgimento dos principais estudos acerca do comportamento do eleitor, principalmente os vinculados ao modelo sociológico do final da primeira metade do século XX, muito se produziu sobre o assunto: conhecimentos foram acumulados, refutados, confirmados e matizados. Para esboçar um breve panorama¹ do desenvolvimento da temática, serão apresentadas, primeiramente, as principais teorias que se propuseram a explicar o comportamento do

¹ Não se busca esgotar o debate em torno dos modelos do comportamento eleitoral ou apresentar uma amostra representativa da literatura, ambas, por sinal, pretensões inexequíveis dada a riqueza contida na literatura. Busca-se apenas apresentar os modelos teóricos a partir de algumas obras, na tentativa de delinear brevemente as contribuições proporcionadas por cada modelo.

eleitor. São elas: o Modelo Sociológico, o Modelo Psicossociológico, o Modelo da Teoria da Escolha Racional e o Neoinstitucionalismo. Na sequência, como desdobramento desses modelos, e muitas vezes com proposta mais plural de explicação do comportamento do eleitor, será apresentado um conjunto de estudos voltados especificamente ao comparecimento eleitoral nas democracias eleitorais espalhadas pelo mundo, principalmente as avançadas, berço desses estudos. Por fim, a revisão da literatura encerra, mas não se esgota, abordando os efeitos do voto obrigatório, já que boa parte dos países desse continente adotam esse tipo de instituto.

Um dos objetivos desse percurso teórico é apresentar o desenvolvimento histórico da temática do comportamento eleitoral, seu surgimento, desenvolvimento e questões que a acompanharam. Objetivando assim, tomar ciência acerca dos procedimentos metodológicos adotados e levantar os principais preditores utilizados por tais estudos na explicação do comportamento do eleitor. Esse percurso, por vezes extenso², porém necessário, possibilitará, ao final, reunir um conjunto amplo de contribuições que subsidiarão a formulação de hipóteses, bem como os caminhos metodológicos³ que as operacionalizarão, viabilizando os testes empíricos.

A apropriação desse conjunto variado de contribuições se faz mister, tendo em vista que se trata de um fenômeno, o comportamento absenteísta, multifacetado e complexo, cuja explicação não pode se limitar às fronteiras de uma abordagem específica. Ou seja, o pressuposto assumido aqui é o de que o quadro cognitivo do eleitor é complexo, sendo ele próprio mais que um *homo economicus* ou *homo sociologicus*, ou então, *homo psicologicus*. Ciente dessa complexidade intrínseca ao próprio fenômeno, toma-se o sábio dizer weberiano como fundamento epistemológico desse trabalho: “o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos” (WEBER, 1991, p. 94).

² A dificuldade em fazer esse tipo de resgate está no fato de se trabalhar com uma área com farta produção e também pelos limites intrínsecos ao ato de escolher, onde optar por alguns referenciais implica necessariamente na não inserção de outros tantos, não menos importantes.

³ Resgatar os estudos sobre comparecimento eleitoral se faz necessário devido ao objeto desse capítulo, a abstenção, que é um aspecto do comportamento eleitoral.

2.1.1- Primórdios dos estudos de comportamento eleitoral: o homo sociologicus

Como coloca Júnior (2009), a história dos estudos sobre comportamento dos eleitores é antiga, anterior à década de 1940. No âmbito da teoria social, têm-se as análises macrossociológicas de Marx e Engels (século XIX) no tocante ao sistema capitalista e a luta de classes que forneceram subsídios para o desenvolvimento de análises sociológicas de vertente marxista. Conforme Castro (1994), essa corrente deu importância aos determinantes econômicos e à estrutura de classes da sociedade capitalista. Segundo a autora, a “questão principal era, assim, explicar em que circunstâncias um agregado de pessoas que compartilham da mesma situação social objetivamente definida – uma “classe em si” – se transforma em uma “classe para si”” (CASTRO, 1994, p. 30)⁴.

Para além desse legado que deu início a uma sólida tradição teórica que se espalhou por todas as Ciências Sociais, tem-se a tradição norte-americana, empiricamente orientada⁵, que colocou a decisão do voto no centro do debate a partir da década de 1940. Antes disso, o que se observou, segundo Jensen (1972), foi a tentativa incipiente e pulverizada de compreender os resultados eleitorais no âmbito dos meios de comunicação, principalmente os jornais impressos, sendo estes os primórdios deste vasto campo de investigação, desenvolvendo-se com o passar dos anos. A análise eleitoral mais antiga e publicada, segundo o autor, remete ao ano de 1787 em que ocorreu a Convenção Constitucional da Filadélfia⁶.

⁴ Conforme Marx e Engels (2002) expressaram em um manifesto dirigido aos trabalhadores, *O Manifesto do Partido Comunista*, à medida em que a indústria se desenvolvesse, os trabalhadores se massificariam, aumentando o potencial de sua força, para isso, a tomada de consciência era fundamental no processo de resistência às forças exploradoras do capitalismo, encerrando o manifesto, conclamando os trabalhadores, “Proletários de todos os países, uni-vos!” (p. 82).

⁵ Esses estudos se apropriaram dos progressos tecnológicos e estatísticos para avançar, através do uso de testes empíricos, na explicação de um fenômeno que carecia de investigações mais sistemáticas e rigorosas.

⁶ Essa convenção confeccionou a nova e atual Constituição dos Estados Unidos da América, suplantando o regime das Confederações implantado após a independência da matriz britânica.

No referido ano, ocorreram diversas revoltas e uma delas ficou conhecida como Rebelião de Shays, que foi duramente combatida pelo aparato policial sob a ordem do governador de Massachusetts, James Bowdoin (Mr. B.). Ao pleitear a reeleição no mesmo ano, foi derrotado pelo oponente, John Hancock (Mr. H.). Após a derrota, um observador enviou à imprensa uma distribuição dos votos obtidos pelos dois candidatos na cidade de Boston. Esse observador distribuiu os votos de Mr. B. e Mr. H. segundo algumas profissões dos eleitores (um total de 8 profissões). Essa distribuição não foi bem aceita e, três dias depois, um outro leitor, eleitor de Mr. H., enviou outra distribuição alternativa à primeira⁷.

Fora do âmbito jornalístico, o primeiro estudo de caráter acadêmico se deu pelas mãos dos geógrafos e estatísticos da Repartição do Censo dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX. Em bases cartográficas, sobrepuseram dados sociais, econômicos e políticos, respeitando as divisões regionais oficiais, os condados. Esse estudo despertou o interesse de uma instituição universitária, a Johns Hopkins University, que, a partir de correntes da sociologia, passou a analisar as lutas partidárias no país. Só com o advento do novo século XX é que outras instituições universitárias, onde as Ciências Sociais e Estatísticas haviam obtido grandes progressos, passaram a desenvolver estudos eleitorais, Universidade de Colúmbia e Universidade de Chicago, principalmente. Porém, esta última, ao longo do governo do democrata Roosevelt, voltou-se às questões relacionadas ao planejamento governamental e às políticas econômicas e sociais, tão em voga no pós- crise de 1929, cabendo à Colúmbia a consolidação dos estudos eleitorais em âmbito universitário. Assim, se constituiu a pré-história dos estudos eleitorais em território norte-americano tendo como principal recurso metodológico o cruzamento de dados demográficos agregados com os resultados eleitorais, produzindo análises ecológicas acerca dos desfechos das corridas eleitorais (JUNIOR, 2009).

Com o avanço das técnicas de amostragem e das pesquisas *surveys* e de painel, os estudos de comportamento eleitoral ganharam um incremento em número e qualidade. O primeiro deles, de grande repercussão, surgiu na primeira metade da década de 1940, sob a coordenação do austríaco Paul Lazarsfeld. Com doutoramento em Matemática Aplicada e estudioso dos meios de comunicação, tornou-se

⁷ Segundo Jensen (1972), o veículo que divulgou as distribuições conflitantes foi o Massachusetts Centinel, nas edições veiculadas nos dias 4 e 7 de abril de 1787.

professor do departamento de Sociologia na Universidade de Columbia em 1940. Ao lado de outros pesquisadores do *Bureau of Applied Social Research*, Bernard Berelson e Hazel Gaudet produziram um dos primeiros estudos exaustivos sobre as eleições norte-americanas, a de 1940, em que concorreram o democrata Franklin Roosevelt, candidato à reeleição, e o republicano Wendell Willkie, encerrando a disputa com a vitória do democrata⁸.

O estudo conduzido por esses pesquisadores se deu através do uso de pesquisa painel, envolvendo 600 eleitores do condado de Erie, Estado de Ohio, que foram entrevistados sete vezes, sendo que a primeira rodada de entrevista aconteceu ainda antes da definição dos pleiteantes ao salão oval da Casa Branca, portanto, antes mesmo das convenções partidárias, e a última rodada foi realizada nas semanas derradeiras da corrida eleitoral. Esse estudo resultou no livro *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*, publicado inicialmente em 1944. Essa foi a obra fundante do Modelo Sociológico, ou Escola de Colúmbia, em alusão à universidade berço do estudo, lançando as bases desse modelo de comportamento eleitoral.

A preocupação inicial dos autores dizia respeito à influência que os meios de comunicação, revistas, jornais e rádio, exerceriam nas definições eleitorais em uma eleição. Dois foram os objetivos traçados: 1) saber como os eleitores decidem seu voto a partir da exposição às campanhas via mídias de massa e estratégias de comunicação política adotada por cada concorrente; e 2) testar uma nova metodologia, o estudo de painel (ANTUNES, 2008; MUNDIM, 2010). Porém, os resultados trouxeram outro problema aos pesquisadores: eles descobriram “[...] that an embarrassing fraction of Erie County voters already knew which party they would vote for in November even before the candidates were chosen [...]” (CONVERSE, 2006, p. 605). Ou seja, boa parte do eleitorado pesquisado já sabia em quem votar na primeira rodada de entrevistas, antes mesmo das convenções partidárias definirem os candidatos que disputariam as eleições pelo dois partidos, o Republicano e o Democrata.

A saída adotada foi a de abandonar a preocupação inicial, voltada à compreensão do papel das mídias na definição do voto, e focar nos dados obtidos, procurando explicações. Os achados da pesquisa

⁸ Os dados sobre Paul Lazarsfeld foram retirados da biografia escrita por David L. Sills: <http://www.nasonline.org/publications/biographical-memoirs/memoir-pdfs/lazarsfeld-paul-f.pdf>.

trouxeram as seguintes informações: há pouca interferência das mídias na definição eleitoral por parte dos eleitores, apenas 8% dos entrevistados se converteram à outra opção ou se converteram parcialmente, 6%. Os maiores efeitos ficaram para o reforço e ativação das preferências anteriores (53% e 14% dos entrevistados, respectivamente).

A explicação dada a esses resultados foi de caráter sociológico, focada nas características assumidas pelas estruturas sociais e as relações sociais e políticas que elas imprimem. A inserção em algum grupo social, sendo esse grupo função da situação objetiva de cada indivíduo, confere ao inserto uma “identidade” de caráter estável que afeta o seu comportamento, inclusive o eleitoral. Ou seja, mesmo sendo um ato individual, o eleitor define suas preferências políticas e escolha eleitoral como ele é socialmente, portanto, não é um ato isolado, mesmo sendo executado individualmente na solidão da cabine eleitoral (FIGUEIREDO, 2008). Essas definições se dão mais em decorrência das pressões do meio social do que da avaliação programática feita pelo eleitor, são “[...] os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política [...]” (FIGUEIREDO, 2008, p.48) dando sentido às disputas políticas em curso.

O meio, o grupo social, filtra as informações das mídias, esses fluxos informacionais expõem questões políticas, colocando-as na ordem do dia, porém, os impactos desses conteúdos são matizados ou potencializados pelo meio conforme as características estruturais e coesão interna. As interações e pressões sociais impostas pelos grupos aos indivíduos ganharam importância central na compreensão das preferências políticas dos eleitores. Figueiredo (2008) sintetiza exemplarmente: “As respostas aos apelos de votos momentâneos variam inversamente à densidade das identidades políticas, nos diferentes contextos sociais” (p. 66). Os próprios autores do “The People’s Choice” reconheceram as limitações das conclusões tecidas, afirmando a necessidade de estudos mais aprofundados. Porém, isso não os blindou das críticas, principalmente ao fato de não terem teorias *a priori* para fundamentar as explicações⁹, e de, em decorrência disso, terem criado teorizações *a posteriori*.

Na tentativa de avançar na compreensão do comportamento do eleitor, o estudo foi replicado nas eleições presidenciais de 1948, em que

⁹ Vale lembrar que essa crítica deve ser matizada tendo em vista o pouco conhecimento acumulado até o momento, diferente dos dias atuais em que esse campo de estudo está cristalizado na academia e produzindo um número incomensurável de investigações.

concorreram o democrata Truman e o republicano Dewey, porém, em outro contexto, uma pequena cidade do Estado de Nova York, Elmira, governado até então por Dewey. Os pesquisadores envolvidos nesse estudo foram Berelson, Lazarsfeld e McPhee, resultando no livro *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign* de 1954. Conforme dito acima, é uma sequência à abordagem sociológica anterior, visando aprofundá-la. Em Elmira foram entrevistados 1000 eleitores em quatro ondas no formato painel. Evidenciou-se novamente que as predisposições dos eleitores, resultantes dos contextos sociais em que estavam inseridos, relacionam-se ao voto.

Assim, as características demográficas (raça, religião e o local de moradia) são traços fundamentais que antevêm os grupos sociais de pertença, direcionando-os, a depender do perfil, para o grupo X, Y ou Z, e, portanto, se comportando como preditores por excelência do comportamento eleitoral. Essas características promovem diferenciações, clivagens, no mundo social que são refletidas para a esfera política, cuja transmissão é geracional, como herança social. Essa durabilidade/reprodução resistiria tanto quanto mais próximos forem os membros do mesmo grupo e quanto mais distantes esses membros estiverem dos membros de outros grupos. Mesmo aqueles que mudaram de opção política ao longo da campanha, seja por uma razão pontual, ao final, regressaram às opções estabelecidas previamente. Assim, como no estudo anterior, o grupo, com sua posição dominante, filtra a comunicação política existente, consolidando aquilo que é hegemônico no seu interior. O eleitor tende a guiar suas preferências segundo aquelas observadas no grupo a que pertence. Por fim, eles constataram, adicionalmente, que a maioria dos indivíduos não se interessam por política, possuem conhecimento limitado sobre assuntos de natureza política, não definem seu voto em função de princípio e não sustentam suas escolhas políticas na razão¹⁰.

Como bem sintetizou Castro (1994),

[...] a influência do grupo com o qual o eleitor se identifica é importante para explicar sua escolha partidária. Eleitores que trabalham ou vivem juntos

¹⁰ Mesmo que “The People’s Choice” e “Voting” sejam as obras fundantes do modelo sociológico, para alguns autores elas foram uma antecipação dos desdobramentos que os estudos sobre comportamento eleitoral teriam, principalmente no campo da psicologia e da psicologia social, Antunes (2008) e Visser (1994).

provavelmente votam nos mesmos candidatos. Indivíduos em situação social semelhantes têm mais probabilidades de interagir entre si; se vivem juntas, em condições externas equivalentes, as pessoas provavelmente desenvolvem necessidades e interesses semelhantes, tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas às experiências comuns (p.32).

Outra obra clássica desse modelo, e que merece destaque, principalmente pelo seu caráter sistemático, é *O Homem Político* de 1967¹¹ de Seymour M. Lipset. Para ele, a preocupação da sociologia política consiste em analisar as condições sociais das democracias, seja para explicar as divisões/dissensos ou os consensos existentes em seu interior. Essas condições seriam os contextos sociais e políticos, o *onde* e o *como* vivem os eleitores. Como bem colocou Figueiredo (2008), o pano de fundo dessas análises é o nível de desenvolvimento das sociedades, nível de modernização, já que está correlacionado diretamente com o desenvolvimento político internamente a cada nação em estudo.

As clivagens sociais implicariam em clivagens políticas, que produzem resultados políticos distintos entre os diversos grupos sociais de uma mesma sociedade, seja na afluência às urnas ou no direcionamento do voto. Em relação à primeira, o comparecimento eleitoral, Lipset (1967) afirmou que

[...] os homens votam mais do que as mulheres; os de maior instrução, mais do que os de pouca instrução; os residentes urbanos, mais do que os mais jovens e os mais idosos; as pessoas casadas, mais do que as solteiras; as pessoas de elevada posição social, mais do que as de baixa condição; os membros de organização, mais que os não membros (p.191)¹².

As explicações para esses diferentes níveis de comparecimento eleitoral estariam na própria estrutura social, nas clivagens que elas imprimem e nos grupos que delas resultam. Esses grupos, que se diferenciam socialmente, como consequência, diferenciam-se também

¹¹ A primeira versão da obra foi lançada em 1959, *Political Man*.

¹² Em uma tabela na página 193 da referida obra, o autor sintetiza contrastando o comparecimento mais elevado e o mais baixo segundo as clivagens clássicas: renda, escolaridade, situação ocupacional, sexo, idade, tempo de residência, estado civil, indivíduos conectados a alguma organização e raça.

quanto a outros quatro fatores: 1) a relevância da política governamental para o indivíduo; 2) acesso à informação; 3) pressão grupal para o exercício do voto e; 4) existência de pressões cruzadas¹³. Essas diferenciações sociais, que por sua vez resultam em recursos individuais desigualmente distribuídos entre os eleitores, expõem os grupos sociais a uma situação de maior ou menor proximidade com o mundo político, explicando as diferentes taxas de comparecimento entre os grupos.

Pode-se sintetizar as principais implicações trazidas pelo modelo sociológico para a compreensão do comportamento eleitoral e também das abstenções, da seguinte forma, com base em Lipset (1967) e Freire (2001):

- I- Recursos individuais, principalmente o educacional, permitem que o eleitor compreenda melhor a linguagem do mundo político, favorecendo seu comparecimento às urnas;
- II- A raça, diferenciação étnico-social, promove uma diferenciação política, na medida em que os negros são menos participativos eleitoralmente que os brancos;
- III- A renda está associada ao comportamento eleitoral: mesmo que a relação não seja linear, eleitores de baixa renda participam menos;
- IV- O status profissional contribui para uma maior ou menor proximidade do eleitor com a política, bem como a dicotomia empregado/desempregado. Assim, profissões e profissionais mais sensíveis às decisões governamentais participam mais eleitoralmente;
- V- Situações de crises podem fazer os eleitores se atentarem mais à política, aumentando o comparecimento;
- VI- O aumento da participação cívica (em organizações sociais, políticas e laborais) está associado ao aumento da participação eleitoral;
- VII- Indivíduos casados e com algum nível de prática religiosa participam mais das eleições, sendo esses indicativos de integração social;
- VIII- A espacialidade também incide na participação, na medida em que as taxas de participação eleitoral são mais elevadas no espaço urbano do que no rural;

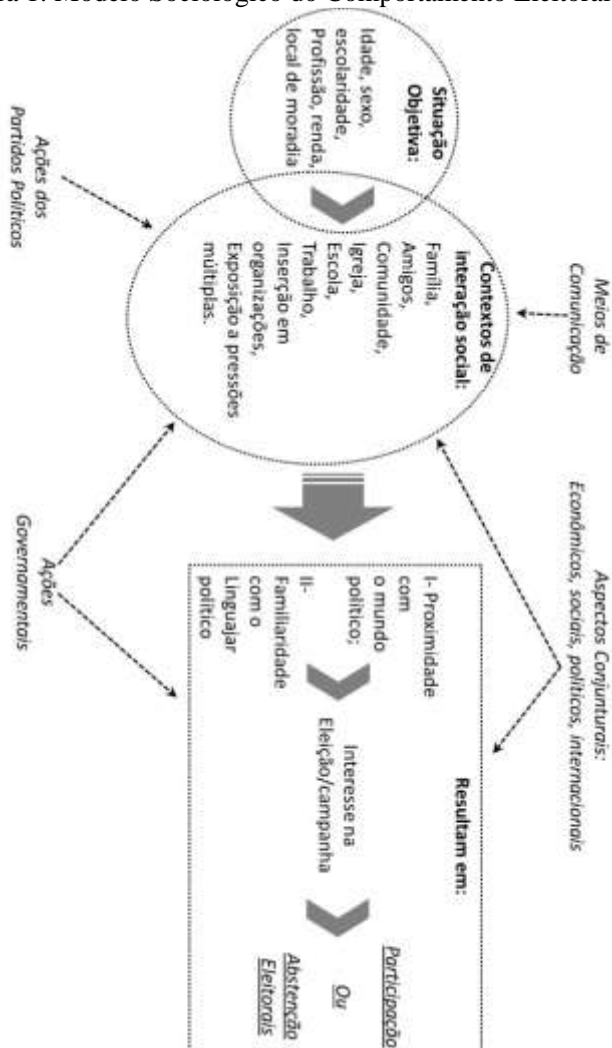
¹³ Para mais detalhes, ver Lipset (1967), tabela II, p. 194.

- IX- O papel assumido historicamente pelas mulheres coloca-as em uma situação subalterna e afastada das questões políticas, comparecendo menos às urnas;
- X- A idade, como um indicativo do nível de socialização e integração, é um preditor da participação, mesmo que sua relação esteja próxima de um comportamento não linear.

Dessa forma, o espaço ocupado pelo indivíduo na estrutura social é central nesse modelo e sua ordem ontológica é claramente visível, estando a situação objetiva de vida como antecessora a tudo, e, por essa razão, sendo preditora por excelência do comportamento eleitoral. O modelo sociológico pode ser expresso conforme a figura abaixo: a situação objetiva do indivíduo (o status social relacionado à: idade, sexo, instrução, renda, profissão, local de moradia e raça) conformam os contextos de interação social (família, amigos, igreja, escola, ambiente de trabalho, organizações a que pertencem etc.), que resultam, por fim, em um determinado agir político, dada a maior ou menor proximidade com o mundo político. Sofrem, também, a ação dos meios de comunicação, dos partidos políticos, das ações governamentais e de aspectos mais conjunturais (econômicos, sociais, políticos, internacionais), porém, esses fatores são filtrados pelos contextos sociais de cada eleitor. O resultado final desse fluxograma é o comportamento do eleitor, que para fins desse estudo, está expresso no binômio abstenção/comparecimento eleitoral, mas também pode ser aplicado para explicar a direção do voto, concebido como expressão dos conflitos entre os grupos sociais, da luta de classe em perspectiva mais geral¹⁴.

¹⁴ As contribuições do modelo sociológico não se resumiram às explicações acerca das variações nas taxas de comparecimento eleitoral, buscou-se explicar também a direção do voto do eleitor. Para mais informações, ver: Lipset e Rokkan (1967) e Knutsen e Scarbrough (1995) dentre outros.

Figura 1: Modelo Sociológico do Comportamento Eleitoral



Fonte: Elaboração própria, inspirado em Freire (2001) e Lipset (1967).

Como um desdobramento do modelo sociológico, principalmente tomando Lipset (1967) como autor referência da ideia do status como fator explicativo da participação política, tem-se o artigo de

Brady, Verba e Schlozman (1995)¹⁵. A principal contribuição dos autores foi a sofisticação do raciocínio que estabeleceu uma causalidade direta entre o status socioeconômico e a participação política, colocando os recursos individuais como mediadores dessa relação¹⁶. Segundo eles, quando as pessoas são indagadas acerca das razões da sua não participação, é comum receber três tipos de respostas: não podem (escassez de recursos – tempo, dinheiro e competências); não querem (falta de envolvimento psicológico – interesse por políticas ou *issues* específicos) e ninguém as convidou (reflexo de certo grau de isolamento do indivíduo).

Dessa forma, para os autores, os recursos individuais explicariam melhor o (des)engajamento em diversas modalidades, já que, a depender do tipo de participação, há a mobilização de recursos distintos. Tais recursos estão enraizados no contexto social ao qual os indivíduos estão inseridos, onde se desenvolveram e adquiriram determinado status socioeconômico. Como consequência, em termos de participação política, a posse de certos recursos e o desenvolvimento de certas habilidades tornam o indivíduo apto a participar de determinadas modalidades de participação política, em detrimento de outras. Ou seja, segundo os próprios autores, foi identificado o elo entre o status e a participação, sem que se tenha que recorrer às variáveis motivacionais, como o interesse por política e o sentimento de eficácia política¹⁷. Por fim, as possibilidades de interferências dos status socioeconômicos nas taxas de participação política são inúmeras. A depender da modalidade de participação, há a mobilização de recursos específicos e engajamento de indivíduos de certo perfil, já que algumas modalidades implicam maior custo, ficando limitadas a indivíduos de status específicos.

Outra abordagem que insere os eleitores em seus respectivos contextos sociais é a da escolha condicional, Rolfe (2005, 2012) e Bello e Rolfe (2014), aspirando assim, a uma teoria social da participação política. A proposta é trazer um novo quadro teórico para estudar os processos eleitorais como o comparecimento eleitoral, visando superar

¹⁵“*Beyond SES: A Resource Model of Political Participation.*”

¹⁶ Os autores resgatam a tese toquevelliana de que as instituições da sociedade civil, no sentido plural, operam como escolas da democracia.

¹⁷ Para os autores, é fundamental qualificar o argumento decorrente do status, sem que se caia na dimensão psicológica, já que a precedência ontológica dessa dimensão, em relação à participação, é difícil de ser estabelecida: as motivações explicam a participação ou esta fomenta aquelas.

algumas limitações de teorias consolidadas como a Escolha Racional, que recorre a interesses imediatos, custos, desembocando em impasses teóricos como o paradoxo da participação¹⁸. Para os propositores da escolha condicional, existe uma proporção na variação das taxas de comparecimento nas democracias eleitorais que não pode ser explicada recorrendo a tais teorias.

O eleitor é concebido, aqui, como um ator político totalmente imerso em seu contexto social, considerando, para fins de análises, suas redes de relações mais próximas, família, amigos e colegas de trabalho. Dessa forma, a posição nela ocupada e a forma como ele observa a participação/cooperação dos demais membros da mesma rede, interferirá na definição de certas escolhas, principalmente quando estiver em jogo benefícios individuais que, muitas vezes, conflitam com a rede/grupo. O comportamento eleitoral não acontece no vácuo social, deve ser compreendido a partir das interações que os eleitores estabelecem em suas redes sociais e, como subjetivamente, ele observa o esforço cooperativo dos demais membros da mesma rede. Segundo Rolfe (2012), “[...] people make decisions that are responsive to the decisions of those around them, at least to some degree” (p. 4). Não se trata apenas de narrativas individuais, mas sim de como essas narrativas são incorporadas ao elemento central desta abordagem, as interações sociais.

Seria uma sofisticação do proposto por Brady, Verba e Schlozman (1995) acerca dos recursos individuais, já que para a escolha condicional, tais recursos são *proxys* que ajudam a estruturar o mundo social dos eleitores. Elas permitem dimensionar o tamanho, a estrutura das redes sociais e qual a posição ocupada pelo eleitor. Assim, em meio às heurísticas reinantes e à posição que ocupa, a escolha individual torna-se função do significado social subjetivo dessa posição e da observação feita acerca dos outros e de como os outros cooperam. A racionalidade com relação a fins cede lugar para uma espécie de cognição social, formada a partir desses contextos. A decisão eleitoral de comparecer ou não e o que fazer com o voto é uma escolha condicional que leva em consideração essas interações, a influência, a pressão social, a imitação e demais mecanismos psicológicos ligados a esse tipo de escolha (Bello e Rolfe, 2014).

¹⁸ Os detalhes sobre a Teoria da Escolha Racional e o Paradoxo da Participação serão vistos no tópico destinado a discuti-las.

2.1.2- Homo psicologicus entra em cena: do sociológico ao psicossociológico

Conforme colocou Bartels (2008), a inserção de Angus Campbell e Robert Kahn do *Survey Social Center*¹⁹ (SSC) da Universidade de Michigan nos estudos eleitorais se deu meio ao acaso. Nas eleições de 1948 nos Estados Unidos, os pesquisadores aplicaram um *survey* nacional sobre as atitudes dos norte-americanos em relação à política externa do governo do democrata Harry Truman. Dentre as várias questões, haviam indagações sobre interesse por política, orientação política, se votariam nas eleições e em quem votariam. No decorrer da campanha eleitoral, várias pesquisas foram realizadas e os resultados deram recorrentemente a vitória ao candidato da oposição, o republicano Thomas Dewey. Dentre os institutos que realizaram as pesquisas, estava o *Gallup Poll*, tradicional empresa de pesquisa fundada em 1935. Esses institutos indicaram com veemência o cenário de vitória do candidato republicano. Porém, ao término da apuração, presenciou-se uma reviravolta eleitoral, sendo o resultado oficial favorável à reeleição do candidato democrata.

O fracasso preditivo dos institutos fez Campbell e Kahn se voltarem à essas eleições para compreender os fatores psicológicos, sociológicos e políticos que incidiram nas opções dos eleitores. Com isso, deu-se início a uma tradição investigativa, via o SSC, que foi incrementada com a expansão do quadro de pesquisadores e montagem de uma equipe multidisciplinar de estudo, chegando ao seu auge acadêmico com a publicação do livro *The American Voter* (CAMPBELL, CONVERSE, MILLER e STOKES, 1960), onde foram utilizadas pesquisas *surveys* aplicadas nas duas eleições que consagraram o republicano Dwight Eisenhower vencedor.

Nesse trabalho, os autores buscaram compreender o voto como função de forças atitudinais dos eleitores. Conforme afirmaram, fez-se “[...] use of political attitudes to predict voting behavior [...]” (CAMPBELL et al, 1964, p. 34). Segundo eles, os comportamentos são resultados de um sistema de valores que possui como desfecho o comportamento eleitoral. Esse sistema valorativo possui, na sua gênese, as condições objetivas de vida, as estruturas sociais e o processo de socialização que

¹⁹ Atualmente, desde 2005, chama-se *American National Election Studies*. (http://www.isr.umich.edu/cps/anes_history.pdf).

elas imprimem²⁰. Esses sistemas são formados ao longo do processo de socialização, e quando o indivíduo chega à idade de votar, já estão formados e condicionam o seu comportamento no mundo político e sua relação com as instituições políticas.

Para os autores, o modelo sociológico era insuficiente para explicar certas oscilações na participação eleitoral²¹, tendo em vista que o traço central desse modelo é a estabilidade dos seus preditores, relacionados ao status social do indivíduo, que pouco variam em um curto espaço de tempo. Assim, para explicar tais flutuações foi necessário ajustar o foco e abordar as atitudes políticas, já que são elas que desencadeiam os comportamentos dos atores envolvidos no jogo político. Não se trata de invalidar a importância do contexto social, apenas de lançar luz na relação causal expressa pelo modelo sociológico, pondo agora as variáveis atitudinais como mediadoras da relação entre variáveis sociais e comportamento eleitoral propriamente dito. Dessa forma, as atitudes são os preditores do modelo por excelência.

A estrutura assumida pelo modelo teórico é análoga a um funil, o qual os autores chamaram de “funnel of causality” (CAMPBELL, et. al., 1964, p. 24). Os condicionantes sócio-históricos estariam na base do funil e, na outra extremidade, estaria o comportamento, nesse caso, o eleitoral. Porém, essas extremidades não se conectam diretamente, são mediadas pelas variáveis psicológicas, as atitudinais. É nesse sentido que o modelo psicossociológico constitui um aperfeiçoamento do modelo sociológico, na medida em que há uma sofisticação da relação causal proposta anteriormente. Conforme salienta Freire (2001), “o valor acrescentado do modelo sociopsicológico é a consideração de que as influências sociais se fazem sentir no comportamento eleitoral através da mediação das atitudes políticas” (p. 44).

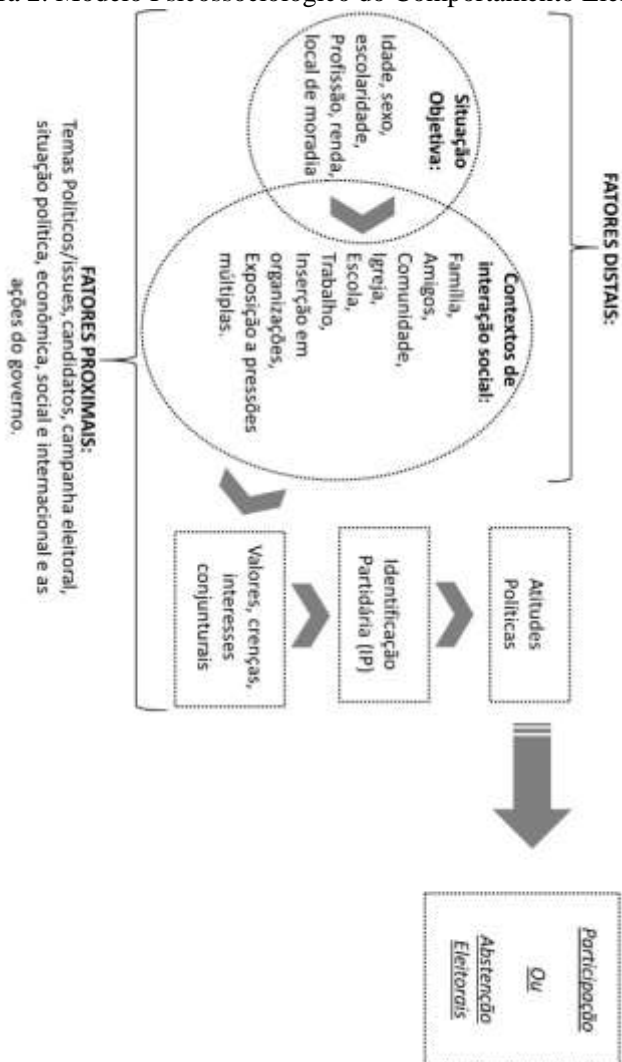
Assim, o centro gravitacional do modelo é deslocado para as atitudes do eleitor, como ele percebe os fenômenos políticos e conjunturais. Flutuações que ocorrem nas abstenções são explicadas, ou pelo menos parcialmente, a partir dessas percepções que são captadas via variáveis atitudinais. Nesse processo de formação das atitudes, em função do meio social, da socialização e do sistema de valores e crenças dele originado, produz-se uma identificação partidária (IP), cujas atitudes se

²⁰ Eis a razão de autores como Antunes (2008) e Visser (1994) afirmarem que o modelo sociológico é uma antecipação do psicossociológico.

²¹ Apesar das claras diferenças entre o modelo sociológico e psicossociológico, ambos explicam a estabilidade dos processos eleitorais.

coadunam a ela. Assim, a IP se torna elemento-chave para o eleitor, conectando-o ao mundo político. Ela é uma orientação afetiva nutrida pelo eleitor que possui uma direção e uma intensidade, onde quanto mais intensa for essa orientação mais mobilizado estará o eleitor para comparecer às urnas. A figura abaixo ilustra bem esse processo: os fatores distais (o processo de socialização impresso pelas condições objetivas de vida) produzem um sistema de valores e crenças que, por sua vez, forjará uma determinada identificação partidária, que se relacionará com os elementos mais conjunturais (fatores proximais) do mundo político, resultando no comportamento do eleitor. Assim, a IP seria duradoura, porém, não inalterável, podendo mudar a longo prazo. Os fatores proximais podem levar alguns eleitores a não optarem por seus partidos de predileção, porém, sem necessariamente alterar a IP.

Figura 2: Modelo Psicossociológico do Comportamento Eleitoral



Fonte: Elaboração do autor, inspirado em Freire (2001) e Campbell et al. (1964).

Conforme esclarece Figueiredo,

[...] a orientação em direção às questões políticas começa antes de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante. Assim sendo, as atitudes políticas se formam e se integram no sistema político por meio de um “sistema de personalidade” (2008, p. 25).

Dessa forma, a IP seria uma espécie de força motriz de origem psicossociológica, uma lente pela qual o eleitor interpreta os eventos políticos ao seu redor. Essa força serve também de filtro para os fluxos informacionais, deixando passar apenas aqueles que estão em conformidade com suas crenças e entendimento. Em uma eleição, quando a política está em evidência e os eleitores são bombardeados com diagnósticos e propostas, a IP orienta os eleitores nesse caótico mundo, decodificando-o e tornando-o inteligível.

Sendo a chave que conecta o indivíduo ao mundo político, a IP contribui para imprimir certa estabilidade ao sistema político. Segundo os autores, ela é um quadro “[...] characterized more by stability than by change—not by rigid, immutable fixation on one party rather than the other, but by a persistent adherence and a resistance to contrary influence” (CAMPBELL et al., 1964, p. 146). Dessa forma, para identificar os determinantes da abstenção eleitoral é necessário recorrer aos valores, crenças e atitudes que os indivíduos nutrem para com o sistema e suas instituições, como eles percebem o seu papel no regime político em vigor no país que reside. O fato de possuírem IP tende a fazê-los comparecer no pleito eleitoral, bem como a ausência dela, torna-os mais distantes da política.

Assim, pode-se sintetizar algumas variáveis desse modelo que contribuem para a compreensão das flutuações nas taxas de abstenções:

- Identificação partidária;
- Interesse pela eleição, campanha eleitoral e por política;
- Sentimento de eficácia subjetiva;
- Avaliação das instituições políticas e do processo eleitoral;
- Percepções acerca do cenário político e da conjuntura mais geral;
- Sentimento de dever cívico.

Vale acrescentar uma nota importante de Freire (2001) quanto ao sentido causal estabelecido pelos autores do modelo psicossociológico. Se no modelo sociológico o sentido é claro, primeiro o eleitor é, para

depois agir, havendo uma anterioridade ontológica e epistemológica da condição objetiva de vida; nesse modelo o sentido não é tão evidente, correndo-se o risco de incorrer em tautologia. Assim, a IP tanto pode influenciar a participação eleitoral como pode ser influenciada por ela. Por fim, esse modelo gozou de considerável prestígio no âmbito das disputas pela hegemonia nas explicações do comportamento eleitoral, mas, com o findar da década de 1960, passou a sofrer fortes questionamentos devido a dois fenômenos crescentes: a volatilidade eleitoral e o declínio das IPs, abrindo espaço para o surgimento de modelos alternativos como o da Teoria da Escolha Racional.

2.1.3- Do mercado para a política: o homo economicus vai às urnas e define estrategicamente seu voto

O livro *Uma Teoria Econômica da Democracia* de Anthony Downs é a obra básica fundante que delinea exemplarmente a Teoria da Escolha Racional aplicada à política, naquilo que ficou conhecido como a Teoria Econômica do Voto. O autor se propõe explicar os processos eleitorais a partir do uso da metáfora do mercado levada à política. Segundo ela, os eleitores seriam consumidores de políticas/programas/ações governamentais e os políticos e seus partidos, os ofertantes desses produtos. Eles se encontrariam nas eleições, que seriam um espaço análogo ao mercado, onde acontecem as relações de troca e a produção de solidariedade. Considerando que a primeira versão da obra foi publicada em 1957²², outro autor já havia esboçado uma tentativa de trazer para a política a metáfora do mercado²³, Joseph Schumpeter, em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, datada originalmente de 1945²⁴.

Nela, encontra-se um dos primeiros esforços de compreensão da política e do processo eleitoral em específico como um mercado competitivo, onde os diversos interesses estão em disputa: os dos eleitores em busca de candidatos e partidos que melhor atendam suas expectativas,

²² A obra de Downs é anterior à obra fundante do modelo psicossociológico de 1960, porém, dada a hegemonia desse último modelo, a escolha racional só emergiu como alternativa com o enfraquecimento do anterior, que, como já foi dito, ocorreu no final da década de 1960 e início de 1970.

²³ Porém, sem a sofisticação de Downs.

²⁴ Encontra-se referenciada na obra de Downs.

e os interesses dos partidos e das lideranças políticas em busca dos votos que os autorizem a conduzir a máquina governamental, e todos esses interesses se encontram no dia da eleição. Segundo Schumpeter, a eleição é um mercado competitivo onde são oferecidas propostas/plataformas políticas aos consumidores/eleitores, e o papel desses é escolher uma opção dentre as ofertadas nesse mercado, considerando-se que uma possibilidade alternativa é a abstenção. Como resultado dessa escolha, produz-se governos, sendo o voto do eleitor mera agregação de preferências individuais, destituídas de conteúdo normativo, cuja finalidade é formar tão somente governos²⁵.

Mas, foi nas mãos de Downs que tal propositura avançou, ganhou robustez e se constituiu em um modelo do comportamento do eleitor e dos partidos, sendo “[...] uma tentativa de fornecer essa regra de comportamento para o governo democrático e de rastrear suas implicações” (DOWNS, 1999, p. 25)²⁶. Quem assume agora a direção das ações é o *homo economicus*, racional, que age para alcançar suas metas usando “o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado” (DOWNS, 1999, p. 27). Esse modelo de eleitor médio não pode ser confundido com “[...] um homem cujos processos de pensamento consistem exclusivamente de proposições lógicas, ou um homem sem preconceitos, ou um homem cujas emoções são inoperantes” (DOWNS, 1999, p. 27). É uma racionalidade cognitivo-instrumental com relação a fins, que concebe o agir social como um agir estratégico, assentando-se na relação custos/benefícios, sendo sua decisão uma função desse cálculo. O conceito de eficiência define exemplarmente a concepção de racionalidade contida nessa teoria²⁷.

O indivíduo, unidade de análise básica²⁸, age racionalmente com o intuito de obter os maiores retornos, *payoffs*, ao menor custo possível, ou seja, os ganhos devem exceder os custos da ação. Dessa forma, “a função política das eleições numa democracia, presumimos, é selecionar

²⁵ O objetivo de Schumpeter não é compreender o processo de decisão do eleitor, mas sim, de fundamentar um modelo de democracia realista, contrapondo-se ao que estava posto pela teoria “clássica” da democracia, termo utilizado pelo próprio autor.

²⁶ É importante lembrar que Downs é economista de formação.

²⁷ Como o próprio Downs (1999) afirma, eficiência seria a maximização do *output* para um determinado *input*, ou a minimização do *input* para um determinado *output*.

²⁸ Individualismo metodológico.

um governo²⁹. O comportamento racional vinculado às eleições é o comportamento orientado para este fim e nenhum outro” (DOWNS, 1999, p. 29). Assim, o comportamento do eleitor possui a seguinte estrutura lógica:

[...](1) ele consegue tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior a cada uma das outras; (3) seu *ranking* de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe as alternativas, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no seu *ranking* de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas (DOWNS, 1999, p. 28).

A premissa básica intrínseca à concepção de indivíduo/eleitor downsiano aponta para a necessidade imperativa de adequar os meios aos fins pretendidos. Tendo em vista o agir estratégico, o eleitor direciona seu voto para a opção que lhe seja mais benéfica, tanto em ganhos econômicos quanto outros benefícios, desde que despenda o mínimo de esforço (custo), tornando o retorno o mais “ótimo” possível. Conforme observou Fábio Wanderley Reis (1999)³⁰,

“Downs trata o processo político-eleitoral em termos análogos aos que são utilizados para dar conta do jogo do mercado na ciência econômica, salientando o cálculo realizado por partidos e eleitores em variadas circunstâncias que se encontram regularmente ao tomar suas decisões” (p. 16).

Esse comportamento não é exclusivo dos eleitores, todos os atores envolvidos no jogo eleitoral, incluindo os políticos e seus partidos, usam desse jogo de estratégia, visando chegar ao poder, ou se lá estiverem, o fim é permanecer. Como consequência da busca pelo poder, o ato de governar se resume na oferta de bens e serviços aos eleitores em troca do seu apoio através do voto. A “boa política” é definida como aquela que atende a essa finalidade, de obtenção ou manutenção do poder.

²⁹ Algo já anunciado por Schumpeter.

³⁰ Cientista político que escreveu a apresentação da obra de Downs na versão em português.

Para os “de fora” do círculo do poder, a oposição em geral, cabem se apresentar como alternativas, com propostas que ganhem o apoio/voto do eleitor e viabilizem assumir a máquina administrativa do Estado. Como bem sintetizou Downs (2001), os políticos e os partidos

[...]no pretenden conseguir sus cargos para realizar determinadas políticas preconcebidas o de servir a los intereses de cualquier grupo particular, sino que ejecutan políticas y sirven a grupos de intereses para conservar sus puestos. Por lo tanto, su función social (que consiste em elaborar y realizar políticas mientras se encuentran em el poder) es um subproducto de sus motivaciones privadas (que buscan obtener la renta, el poder y el prestigio que supone gobernar) (DOWNS, 2001, p. 96).

O eleitor optará sempre pelo partido que lhe dará a maior renda de utilidade³¹. Pegando como exemplo os sistemas partidários onde concorrem dois partidos, a definição da maior renda de utilidade é feita através de uma subtração simples. Nessa operação, ele coloca as rendas de utilidades esperadas de cada partido: caso seja positiva, vota na situação (letra A da fórmula), caso seja negativa, vota na oposição (letra B da fórmula), e se for igual a zero, se abstém. Essa diferença “[...] entre as duas rendas de utilidade esperadas é o diferencial partidário esperado do cidadão” (DOWNS, 1999, p. 60), determinante na decisão do sentido do voto, conforme a fórmula apresentada por Downs:

$$E(U^A_{t+1}) - E(U^B_{t+1})$$

Para o autor, existem duas formas de comparar as rendas de utilidades: i) comparando duas rendas futuras hipotéticas ou ii) uma utilidade presente real e uma presente hipotética, sendo essa última a mais racional. Como a renda futura é hipotética, seguindo a lógica do raciocínio de Downs, o que se tem na verdade é a renda de utilidade obtida com o partido da situação, de onde se subtrai a renda de utilidade futura hipotética esperada do partido da oposição. Ou seja, a dimensão retrospectiva da avaliação que o eleitor faz do governo, e do que obteve dele, encerra por ter um papel fundamental na sua decisão, já que é a

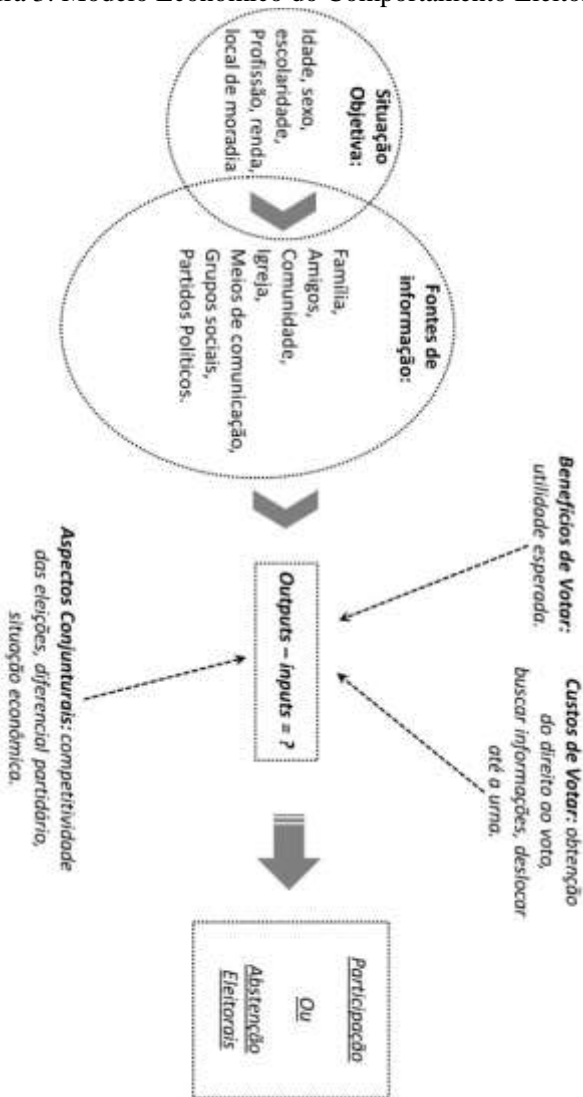
³¹ Em caso de sistema multipartidário, o eleitor pode adotar o voto estratégico. Assim, na impossibilidade do seu candidato de preferência ganhar, ele opta pelo seguinte, sendo que o objetivo é impedir que o de menor predileção chegue ao poder.

dimensão real do cálculo realizado. Porém, essa avaliação retrospectiva é contrastada à prospecção feita, já que sua finalidade é a maximização futura, tendo em vista que o que está em jogo é a escolha de um futuro governo, e não uma simples avaliação pretérita acerca de uma determinada gestão.

O modelo downsiano resultante é enxuto, sem as amarras sociais e psicológicas, e o seu centro de gravidade está no cálculo racional custo X benefício, realizado pelo eleitor, conforme a figura a seguir. O comportamento eleitoral do indivíduo é função do resultado da operação matemática de subtração, onde os *outputs*, retorno de utilidade, ocupam o espaço do minuendo, os *inputs*, custos para obtenção dos *outputs*, ocupam o espaço do subtraendo e a diferença ou resto, resultado da operação, determinará “o que fazer”, caso positivo, o racional é votar, caso negativo, o racional é se abster³².

³² Como os fatores sociais e psicológicos agem no sentido de aumentar os custos do voto, basta analisar a relação custo-benefício, sem precisar regressar a essas variáveis.

Figura 3: Modelo Econômico do Comportamento Eleitoral



Fonte: Elaboração do próprio autor, inspirado em Freire (2001) e Downs (1999).

O cálculo decisório de comparecer ou não considera os custos de votar (se alistar, buscar informações acerca das ofertas disponíveis,

deslocar e marcar seu voto) e outros fatores como: pouco ou nulo diferencial partidário³³, percepção da probabilidade de vitória que o candidato de preferência possui, ou seja, se a disputa está acirrada, utilidade marginal que a participação individual tem na produção do resultado político esperado³⁴. Assim, a tendência é que o retorno de utilidade esperado não ultrapasse os custos, fazendo com que a opção mais racional seja a abstenção³⁵. O problema dessa conclusão é que ao sair da teoria (deduções lógico-rationais) e ir para a empiria, depara-se com uma situação paradoxal. A afirmação teórica diz que o mais racional a ser feito pelo eleitor é se abster, mas na realidade das democracias eleitorais, o que se observa são consideráveis taxas de comparecimento, essa contradição ficou conhecida como “paradoxo da participação”.

Downs procurou equacionar, inserindo um retorno do voto que transcende a racionalidade de curto prazo, “o quanto o indivíduo valoriza viver em uma democracia”. Para o autor, diante do alto custo de votar, a abstenção é uma escolha racional, porém se levá-la ao limite, porá em risco o próprio regime devido à falta de participação. Assim, outro aspecto a integrar a equação decisória é o “[...] valor de participação de longo prazo [...]” (DONWS, 1999, 288), que seria uma espécie de seguro contra o colapso do regime democrático. Com isso, para muitos eleitores, não todos³⁶, a disposição de arcar com os custos de votar é proporcional ao valor de estima nutrido para com o regime democrático. Para alguns autores como Freire (2001), esse argumento não é convincente, na medida em que o impacto de um voto é nulo diante de uma magnitude de milhões de eleitores. Assim, a probabilidade de um eleitor influenciar na continuidade do regime democrático continua infinitesimal, tal como sua influência no resultado eleitoral. Para Elster (1992), o paradoxo da participação ilustra os limites da teoria da escolha racional, já que para solucioná-lo é necessário recorrer às normas sociais, a uma dimensão simbólica, fugindo dos postulados teóricos fundantes da teoria.

Castro (1992) fez um breve resgate das propostas de alteração da teoria original de Downs para, assim, resolver o problema do paradoxo.

³³ Como coloca Figueiredo (2008), os eleitores tendem a concentrar-se no centro do espectro ideológico, os partidos usam a estratégia chamada “arte da ambiguidade” tornando-se partidos catch-all, sendo um fator de desmobilização do eleitor.

³⁴ O impacto de um voto no resultado eleitoral é de $1/N$.

³⁵ Segundo Downs (2013), “votar é inerentemente caro” (p. 284).

³⁶ Os eleitores indiferentes são indiferentes a isso também.

Essas tentativas assumiram os pressupostos básicos da teoria, porém inseriram outras variáveis ao modelo. Foram sugeridas inserções de variáveis como o voto ético (Riker e Ordeshook, 1973), a satisfação por tomar parte da decisão (Strom, 1975), propondo que os eleitores não se guiem pela maximização dos retornos de utilidade, mas pela regra do menor arrependimento (Ferejohn e Fiorina, 1974) ou mostrando a importância de variáveis de caráter psicológico ou social como a de pensar o indivíduo inserido em grupos sociais, raciocinando que, do ponto de vista individual, certo comportamento eleitoral pode não ser ótimo, mas que do ponto de vista do grupo pode ser (Geys, 2006b)³⁷. Segundo Castro,

Autores diversos propuseram ainda a possibilidade de variação dos custos da tomada de decisão e da ação de votar: para certos setores sociais, estes custos seriam muito baixos, se é que existem; em alguns casos, participar do processo eleitoral pode significar por si só recompensa, e não custo. Entre os setores de *status* socioeconômico elevado, por exemplo, procurar e obter informação são atividades que podem ser realizadas nos momentos de lazer; como já têm muita informação acumulada, os custos de se manter informados são baixos; além disso, eles têm mais flexibilidade no trabalho e ganham mais; assim, seu gasto de tempo e recursos para votar é mínimo (CASTRO, 1992, p. XXX).

Figueiredo (2008) pensou o paradoxo da participação analogamente aos dilemas da ação coletiva, como o do prisioneiro, e com isso procurou resolvê-lo sem fugir das linhas demarcatórias da teoria da escolha racional, diferenciando-se das tentativas anteriores que extrapolaram tais fronteiras³⁸. Dessa forma, a natureza racional é assumida como pressuposto e o eleitor assume isso como pano de fundo da sua ação, portanto, o eleitor nutre uma expectativa de que os demais eleitores agirão da mesma forma. Soma-se a isso o fato deles viverem em um ambiente de incerteza, tendo em vista que ninguém sabe o desfecho

³⁷ Ao ampliar o sentido de utilidade esperada, abarcando questões valorativas, descaracteriza-se o modelo downsiano.

³⁸ Para o autor, é necessário restringir o conceito de utilidade já que os retornos sociais e individuais de ordem não monetárias são intangíveis, dificultando a operacionalização em um modelo econômico do comportamento humano.

real de uma ação coletiva como as eleições. Como consequência, o eleitor encontra-se em uma situação estratégica, isso faz com que ele se antecipe ao comportamento dos demais eleitores e compareça nas eleições visando realizar seus interesses, já que os outros assim farão³⁹. Além disso, se a eleição tiver uma disputa apertada, está criada a situação de incentivos ao comparecimento eleitoral.

Outro desdobramento importante do modelo de Downs foi o do voto econômico, proposta de investigação que se centra nos efeitos da saúde econômica no comportamento eleitoral. Como apontou Camargo (2003), um dos primeiros a realizar esse tipo de investigação, utilizando o conceito de voto retrospectivo como chave, foi V. O. Key Jr., com seu livro *The Responsible Electorate* de 1966. Nele, o conceito de racionalidade é suavizado e posto em função do contexto do eleitor, principalmente em relação ao grau de informação, que é restrito, e ao conhecimento que ele possui de determinados partidos políticos, que é limitado. Porém, mesmo diante desse quadro de limitação informacional e de cognição política, o eleitor como um todo não é tolo, “a grande maioria do eleitorado age tão racional e responsabilmente como se pode esperar” (KEY, *apud* CAMARGO, 2003, p. 119). Dispondo daquilo que é de fácil acesso, principalmente em termos de informações sobre os governos, os eleitores atuam como juízes, punindo ou premiando com o voto. É a teoria da recompensa-punição que concebe o eleitor como juiz dos atos dos governantes. Se, na sua análise retrospectiva, a economia vai bem, o governante ganha o seu voto, se vai mal, o voto vai para a oposição. Diferente de Downs, em Key, o eleitor olha para trás e decide, com Downs ele olha para trás, projeta os ganhos, rendas de utilidades esperadas, e decide.

Outra obra fundante da agenda de pesquisa do voto econômico é a de Kramer (1971)⁴⁰. Nela, o autor pontuou alguns estudos antecedentes a sua obra e que foram importantes no fornecimento de pistas para o desenvolvimento de seu estudo. Dentre eles têm-se os capítulos 14 e 15 (*Economics Antecedents of Political Behavior; Agrarian Political Behavior*, respectivamente) da obra fundadora do modelo psicossociológico, *The American Voter*. Conforme o próprio autor, “[...] results reported in *The American Voter* also suggest that persons

³⁹ Conforme Figueiredo (2008), a estratégia é um traço distintivo da escolha racional e o uso permite ampliar a capacidade de compreensão dos resultados eleitorais.

⁴⁰ *Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior*.

concerned with economic problems tended to vote against the incumbent Republicans in 1956” (KRAMER, 1971, p. 133).

Mas, conforme deixou claro já na introdução, seu trabalho é tributário ao modelo “econômico do voto” contido na obra de Downs e de Key, nas principais reformulações vistas acima. Os pressupostos assumidos por Kramer estão vinculados à ideia de satisfação no lugar de utilidade contida na de Downs, levando-o a uma racionalidade mais restrita, limitada e não plena (FIGUEIREDO, 2008). O eleitor também é concebido em seu microcosmo e o seu papel é de juiz, julgando um governo a partir da sua atuação pretérita na condução da economia. O resultado desse julgamento determinará quem ele apoia com seu voto. Portanto, existe a opção que está no poder e a alternativa, que está fora.

O eleitor de Kramer (1971) é o “*self-interested voter*” (p. 134), que decide seu voto a partir de informações acessíveis, de baixo custo, disponíveis a todos⁴¹, que o informam como os partidos conduziram a economia quando estiveram à frente de governos.

The past performance of the incumbent party in particular gives some indications of what it would do if returned to offices, and of the effectiveness of its policies and personnel [...] while if the incumbent’s performance is no “satisfactory” the voter votes against the incumbent, to give the opposition party a chance to govern (KRAMER, 1971, p. 134).

Assim, o eleitor estará mais suscetível ao apelo da oposição, quanto mais estiver insatisfeito com o atual governo e a economia. Bem como o contrário, tenderá a atender aos apelos da situação, quanto mais estiver satisfeito com ela na condução do governo e da economia. Portanto, estar satisfeito com o governo e a economia é a chave que liga o voto do eleitor à situação, e a insatisfação liga o seu voto à oposição. Nas análises, o autor utilizou alguns índices econômicos (desemprego, inflação, salário real, custo de vida) para retratar a saúde da economia como preditores, e os votos para o Congresso norte-americano como variável dependente. Basicamente, os resultados apontaram que a redução na renda pessoal implica em perda de cadeiras ocupadas no congresso

⁴¹ As questões relacionadas à busca por informações foram abordadas por Downs: as incertezas, informações incompletas, custos cognitivos e de tempo para se informar e o uso de atalhos informacionais (conversas com amigos, opiniões de colonistas e editorialistas e a identificação com algum partido)

pelo partido do presidente. Além disso, para o período em estudo, as variações sofridas pela economia explicaram grande parte da variação dos votos nas eleições congressuais. Posto isso, o núcleo da tese do voto economicista pode ser assim delineado, conforme expôs Tufte (1978): pensar em economia é pensar em eleições e vice e versa, o eleitor define seu voto com o bolso⁴².

Conforme apontamento de Veiga (2013), basicamente as obras acima ilustram a primeira onda de estudos sobre o voto econômico, sendo a marca delas o uso de indicadores macroeconômicos (desemprego, renda, PIB e inflação) e séries temporais (várias eleições de um mesmo país). Uma segunda onda de estudo surgiu posteriormente e ficou marcada pelo uso de medidas subjetivas, como as avaliações retrospectivas, prospectivas, sociotrópicas e individuais. Porém, o uso de tais medidas foi questionado por poderem ser expressões de baixa informação sobre a saúde da economia, outros fatores que não os relacionados à economia real interferem na avaliação do eleitor (características demográficas, exposição à mídia, atitudes, identificação partidária). Outros autores propuseram um meio termo, uso de dados macroeconômicos e avaliação subjetiva agregada da economia.

A terceira onda apontada pela autora incorporou os aspectos dos contextos políticos, características dos sistemas eleitorais e o quanto o sistema político fornece clareza para o eleitor imputar responsabilidades políticas. A saúde da economia, segundo essa onda, permaneceria como principal preditor, porém, a sua relação com o voto seria mediada pelo contexto político (Anderson, 2000; Powell e Whitten 1993; Lewis-Beck 1986 e 1988).

Essa breve incursão ilustrou a amplitude dos desdobramentos que o voto econômico vivenciou desde as obras fundantes⁴³. Interessa frisar a tese geral por detrás desses estudos, a de que a economia exerce

⁴² Tufte (1978) mostrou como o aumento da renda impacta em aumento na votação dos candidatos do partido do presidente que disputam as eleições congressuais. Mais especificamente, o impacto se deu na seguinte proporção: a cada aumento real de 100 dólares na renda *per capita* dos eleitores norte-americanos, impactou em um aumento de 3,5 pontos percentuais de votos nos candidatos do partido do presidente em disputa para o Congresso.

⁴³ Para além do que foi retratado, ver: Fiorina (1981, 1991), Kindler e Kiewiet (1981), Anderson (2000), Powell e Whitten (1993) e Lewis-Beck (1986, 1988), Echegaray (1995), Singer (2011), Remmer (1991), Echegaray (2005), Lewis-Beck e Ratto (2013) e Veiga (2013), dentre outros.

influências diversas nas vidas das pessoas, inclusive no comportamento eleitoral. Portanto, para compreender as abstenções em perspectiva comparada, faz-se necessário observar o imperativo do voto econômico: “a saúde da economia impacta nos processos eleitorais”. Para retratar a saúde da economia, as formas mais usuais apontadas pela literatura são através de indicadores macroeconômicos (crescimento da economia, desemprego e inflação) e do uso de medidas subjetivas de avaliação da economia, porém com ressalvas.

2.1.4 - As regras do jogo como emolduradoras do voto: o Neoinstitucionalismo

A máxima institucionalista afirma que as “instituições importam” (PERES, 2008b), com isso, assume-se que elas são fatores importantes na produção de resultados políticos. Ou seja, trazendo para o contexto desse trabalho, o comparecimento dos eleitores às urnas tem, na raiz de suas motivações, fatores institucionais que constroem as abstenções e incentivam a afluência, como é o caso do instituto do voto obrigatório. A existência dessa regra, em um determinado país como o Brasil, produz um grande percentual de comparecimento quando comparado aos países com voto facultativo como os Estados Unidos. No caso brasileiro, as abstenções oficiais nas eleições presidenciais têm variado de 18% a 22%⁴⁴, sendo menor no primeiro turno, enquanto nas eleições presidenciais norte-americanas, esse percentual fica na casa dos 40%, em alguns casos, como na eleição de 2000, quase metade da população não compareceu ao pleito⁴⁵.

O debate que advoga a importância das instituições é clássico na literatura política e ganhou novo patamar em qualidade com o advento do Neoinstitucionalismo nas décadas derradeiras do século XX. Histórico acerca das transformações de paradigmas na literatura política e da discussão sobre o novo institucionalismo foram feitos com muita propriedade por diversos autores: Gunnel (1979), Peres (2008a, 2008b), Hall e Taylor (2008), Nascimento (2009), Théret (2003), dentre outros. Cabe aqui apenas resgatá-los brevemente para contextualizar a

⁴⁴ É bom frisar que no Brasil, por uma questão de desatualização dos dados cadastrais, os índices de abstenções são em geral superestimados.

⁴⁵ Fonte: IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance - [http://www.idea.int/uid/countryview.cfm?id=231#Voter Turnout](http://www.idea.int/uid/countryview.cfm?id=231#Voter+Turnout)).

emergência dessa nova abordagem, retratando um pouco a sua diversidade interna e apontando a sua contribuição para o estudo em voga.

As instituições estiveram presentes nos mais clássicos estudos políticos, em Aristóteles, com a constituição de Atenas, passando por Montesquieu e os artigos norte-americanos dos Federalistas (PERES, 2008b). O que se tem, grosso modo, nesse institucionalismo clássico é um foco nas estruturas legais dos regimes políticos. Ao estudá-las, a finalidade foi propor, do ponto de vista lógico/racional, regras “para a consecução dos objetivos mais nobres da humanidade – realização mesma daquele suposto “Bem”” (idem, p. 55). Ou seja, era uma abordagem formal que pressupunha que os efeitos das regras seriam imediatos nos comportamentos, produzindo o resultado político desejado nos cidadãos. Assim, bastava mexer nas regras, aperfeiçoando-as, para alterar a forma de jogar o jogo, um certo determinismo estrutural.

As limitações dessa abordagem tornam-se patentes já no primeiro olhar, ao pressupor resposta mecânica dos indivíduos às regras instituídas. Com o advento de fenômenos políticos que puseram em “xeque” esse pressuposto⁴⁶, somados às novas abordagens comportamentalistas, nas suas diversas nuances, aplicadas ao fenômeno da política e ao desenvolvimento da ciência estatística e de outras metodologias qualitativas, o institucionalismo foi suplantado. Essa nova abordagem, o comportamentalismo, possui como unidade de análise o indivíduo. É uma oposição epistemológica/metodológica à abordagem anterior, deixando de lado o contexto institucional. Assim, este foi elevado à condição de unidade de análise e, seu comportamento, valores e atitudes nutridos para com a política, bem como os recursos individuais, passaram a ser de importância fulcral. Além disso, propõe uma teoria positiva, fundamentada em estudos empíricos que evitem especulações dedutivas, promovendo um rigor nas análises a partir da neutralidade axiológica e da formulação precisa de conceitos.

Concomitante à hegemonia intocável do comportamentalismo, as instituições amargaram a marginalidade, estendendo-se esse quadro até a virada da década de 1960 para 70, quando se passou a criticar o isolamento imposto ao indivíduo por essas análises. No quadro geral, o comportamentalismo concebe o indivíduo isolado do seu contexto, inclusive institucional, pressupondo que suas ações políticas se dão no vácuo, sem os constrangimentos das regras formais, das informais, da

⁴⁶ Peres (2008) cita os seguintes fenômenos: “o nazismo, o fascismo, as crises do liberalismo e da representação, a apatia e a alienação políticas” (p. 55).

cultura, das identidades, da história, etc. Foi em meio a essa crise de paradigma que as instituições voltaram à cena, porém com outra roupagem, diferenciando-se tanto do comportamentalismo quanto do velho institucionalismo. Assim, a preocupação em responder uma velha questão retorna: como as ações/escolhas políticas são mediadas, constrangidas, incentivadas e canalizadas pelos arranjos institucionais?

Em meio a esse contexto surge o Neoinstitucionalismo como uma síntese dos dois paradigmas anteriores (do institucionalismo e comportamentalismo), retendo daquele a importância/centralidade das instituições, e deste a pesquisa empiricamente orientada e o rigor por ela requerido, a precisão conceitual e o individualismo metodológico. O viés determinístico de outrora dá espaço a uma visão de que arranjos institucionais fomentam certas interações que induzem à produção de resultados específicos, visando uma interação entre agência e estrutura e não mais uma determinação. Conforme Peres (2008b), o núcleo básico epistemológico e metodológico do Neoinstitucionalismo aplicado ao estudo dos fenômenos políticos atesta que

[...] os atores respondem estratégica ou moralmente a um conjunto de regras formais ou informais que são circunscritas às instituições. Estas, moldam, condicionam ou induzem os atores a agirem e a decidirem de determinada maneira e acabam, assim, explicando grande parte do que ocorre na dinâmica da política (p. 65).

Nascimento (2009) faz uma síntese geral dessa perspectiva:

- I- Indivíduos e grupos perseguem objetivos em um contexto de constrangimentos;
- II- Esses constrangimentos (padrões, normas, papéis sociais, condutas prescritas, regularidades) são criados e recriados continuamente;
- III- Tais constrangimentos são vantajosos para o alcance dos objetivos;
- IV- As instituições moldam os motivos, os desejos e as preferências dos indivíduos ou grupos;
- V- As regras (instituições) possuem raízes históricas;
- VI- As instituições preservam, representam e distribuem diferentes recursos a diferentes grupos e indivíduos;
- VII- As ações constrangidas e socialmente modeladas são o motor da vida social.

Apesar da síntese acima ser elucidativa acerca da caracterização geral do Neoinstitucionalismo, está longe de ser um paradigma homogêneo, possui gradações internas que disputam os rumos das análises institucionais. Um texto fundamental e de grande repercussão, que apresenta e discute essa diversidade interna, é o de Hall e Taylor (2003). Os autores distinguem três escolas dentro do que eles chamam de corrente de pensamento do Neoinstitucionalismo: histórico, da escolha racional e sociológico⁴⁷. No caso do primeiro, o histórico, as instituições tendem a ser associadas “às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais” (p. 196). Essa escola privilegia as trajetórias históricas das instituições, muitas vezes de forma comparada, dando ênfase às assimetrias de poder geradas por esse processo, e a relação delas com os indivíduos e abordada em termos mais gerais. Para os históricos, as estratégias adotadas hoje são moldadas por decisões anteriores, assim, as instituições tendem mais à reprodução já que elas estruturam as próprias estratégias e decisões dos atores. Essas estratégias e decisões são levadas a efeito por indução das instituições e tendem a se fossilizar ao longo do tempo, produzindo uma imagem de si e das preferências dos atores. Outra característica dessa escola é a sua vinculação a uma concepção de desenvolvimento histórico chamada *path dependent*. Segundo esta, cada realidade possui sua singularidade quanto à formação histórica que subordina as forças ativas, produzindo resultado diferente em cada contexto histórico-social.

A escola da Escolha Racional se preocupa menos em elucidar o processo de surgimento e transformação das instituições e centra-se no delineamento da relação das instituições com os indivíduos. Estes são autointeressados e procuram realizar seus interesses, porém, são constrangidos pelas instituições. As instituições constroem o autointeresse e delimitam os caminhos para sua realização a um determinado leque de possibilidades, reduzem os custos da ação, diminuindo a margem de atuação dos dilemas da ação coletiva, conforme apresentados por Olson (2011), o que dá maior previsibilidade às ações dos outros atores envolvidos. O surgimento e permanência das instituições também são explicados pela dimensão da utilidade e do acordo voluntários entre os interessados. Conforme aponta os autores, “a instituição está submetida a algum processo de seleção competitiva, ela desde logo deve sua sobrevivência ao fato de oferecer mais benefícios aos

⁴⁷ Peres (2008a) apresenta uma abordagem do Neoinstitucionalismo a partir de duas escolas: sócio-histórica e *rational choice*, com base em Kato (1996).

atores interessados do que as formas institucionais concorrentes” (HALL e TAYLOR, 2003, p. 206).

Por fim, o institucionalismo sociológico tem como principal referência a cultura, sendo ela a instituição por excelência que influencia as práticas e as estratégias dos atores e dos grupos⁴⁸. Para essa escola, as estratégias e escolhas adotadas nem sempre são as mais eficazes, conforme advoga a escolha racional. A própria racionalidade instrumental está imersa no caldo cultural junto com seus atores, as preferências e metas deles são construções sociais que tem na cultura a sua principal referência e explicação. Portanto, a concepção de instituições é bem ampla: são as regras, procedimentos, normas, sistemas simbólicos, esquemas cognitivos e modelos morais “que fornecem ‘padrões de significação’ que guiam a ação humana” (HALL e TAYLOR, 2003, p. 209). Ou seja, a cultura passa a ser sinônimo de instituição, estabelecendo uma relação intensamente interativa com os atores. Já estes, através do processo de socialização, internalizam esses padrões, formando um raciocínio prático, e suas ações reforçam as instituições que as moldaram.

Após essa breve descrição, pode-se fazer o seguinte balanço: o Neoinstitucionalismo histórico se preocupou menos com a relação estrutura e agência, focando suas análises no processo de desenvolvimento histórico das instituições políticas. Já o da escolha racional se dedicou à forma como os indivíduos respondem aos constrangimentos institucionais, legando a um segundo plano o surgimento e manutenção das instituições. A escola sociológica atenta para o fato de que as escolhas e o agir estratégico dos indivíduos se dão em meio a um caldo cultural que molda as opções e preferências a um leque específico de possibilidades. Porém, o núcleo comum das três escolas está na importância teórica que as instituições possuem na condução das análises políticas. Para fins desse estudo, é fundamental selecionar e quantificar aspectos fundamentais do contexto institucional para inseri-los em um modelo de análise. Já o enquadramento analítico a ser usado se vincula à escola da escolha racional, na medida que as preocupações de pesquisa versam sobre os efeitos que as regras do jogo eleitoral produzem no comportamento do eleitor, principalmente na decisão de comparecer ou não às urnas.

⁴⁸ Um grande trabalho que segue nessa chave interpretativa é o da antropóloga Mary Douglas (2007), *Como as Instituições Pensam*, publicado originalmente em 1986.

Assim, a abstenção, em perspectiva comparada, seria melhor explicada, se aspectos institucionais fulcrais, segundo a literatura especializada, fossem quantificados e inseridos nas análises, como preditores centrais ou variáveis, controles que diminuiriam a superestimação de parâmetros estatísticos. O primeiro aspecto institucional a ser observado, conforme será visto mais à frente, é quanto à existência da obrigatoriedade do comparecimento eleitoral. O raciocínio mais usual quanto às consequências dessa instituição é que, nos países onde ela está presente, há maior afluência às urnas. Como definição de voto obrigatório, utiliza-se aquela proposta por Birch (2009) que “define compulsory electoral participation in terms of a legal obligation to participate in elections, with or without sanctions” (p. 7). Outros aspectos importantes dizem respeito às características do sistema eleitoral e partidário, entendendo que este é um desdobramento dos incentivos e proibições contidos naquele.

O sistema eleitoral é concebido como um “conjunto de regras que define como, em uma determinada eleição, o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no legislativo ou chefia no executivo)” (NICOLAU, 2004, p. 10). Portanto, como o foco são os países latino-americanos, cujo sistema de governo é o presidencialista, o aspecto a ser considerado quanto à eleição para esse poder, é se ela ocorre com maioria simples (em um turno, sendo que o vencedor tem que obter mais votos que seus adversários) ou se ela se dá com maioria qualificada (com dois turnos, caso o primeiro mais votado não obtenha pelo menos 50% mais um voto da totalidade dos votos válidos no primeiro turno).

Como nos regimes presidencialistas as eleições para os dois poderes eletivos constituídos (executivo e legislativo) acontecem separadamente, mesmo que simultaneamente, aspectos do legislativo e das regras que balizam a corrida por seus assentos são importantes. O primeiro deles a ser mencionado diz respeito à composição dos poderes legislativos nacionais: se são bicamerais (tradicionalmente câmara alta, Senado, e câmara baixa, Deputados). As regras que regulam a corrida para a Câmara dos Deputados, casa que tradicionalmente é associada à representação do povo, e que transformam votos em cadeiras, se apresentam de grande importância teórica. Assim, tem-se dois tipos de regras para o legislativo: o proporcional de lista e o misto (proporcional de lista com uninominal). O sistema proporcional possui como objetivo “garantir que os cargos em disputa sejam distribuídos em proporção à

votação recebida pelos concorrentes” (NICOLAU, 2004, p.11). Os sistemas proporcionais podem ser subdivididos em dois grupos: os que utilizam lista aberta, onde o eleitor escolhe um candidato; ou os com lista fechada, onde é ofertado uma lista preordenada pelo partido e o eleitor escolhe o partido/lista que lhe prouver. Já nos regimes uninominais ou distritais, a regra é da maioria simples, sendo o número de candidatos por partido o mesmo do número de cadeiras de cada distrito. Os regimes mistos uniriam os dois sistemas delineados acima, a proporcionalidade, usualmente através das listas fechadas, e uma quantidade de assentos que são definidos de forma uninominal.

Ainda em relação ao Legislativo, as regras que convertem os votos obtidos pelos partidos em número de assentos conquistados é uma característica importante. Conforme apontou Nicolau (2004), de forma mais geral, existem três fórmulas mais comuns (*D'Hondt*, *Sainte-Languè* e *Sainte-Languè modificada*), cada uma delas produz impactos diferentes na distribuição de cadeiras. No lugar de quantificá-las, a literatura fornece índices que quantificam o seu impacto na distribuição das cadeiras, dentre eles o Índice de Desproporcionalidade⁴⁹. Esse índice quantifica a diferença existente entre o percentual de votos e o número de cadeiras obtidos por um partido na câmara baixa. Por fim, tem-se os aspectos institucionais que impactam diretamente na estruturação do sistema partidário. Segundo Nicolau e Schmitt (1995), existem vários estudos que avaliaram o impacto das regras no sistema partidário, a começar pelas clássicas “Leis de Duverger” (DUVERGER, 1987), passando pelos testes empíricos de Arend Lijphart (1989), pelas flexibilizações de Sartori (1986) e Taagepera e Shugart (1989). O que interessa aqui é mensurar o impacto produzido no sistema partidário, principalmente no tocante ao número de partidos. Para isso, a literatura traz também alguns índices como o número efetivo de partidos⁵⁰.

⁴⁹ Dada a maior disponibilidade, optou-se pelo Least Squares Index (LSq). Parâmetros sobre a construção, ver: GALLAGHER (1991), *Proportionality, Disproportionality and Electoral Systems*, in http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElectoralStudies1991.pdf

⁵⁰ Neste trabalho será utilizado o número efetivo de partidos na arena eleitoral (Eff Nv).

2.1.5 - Abstenção em seu oposto: os estudos de comparecimento eleitoral

Conforme menção anterior, dentro do grande campo do comportamento eleitoral se consolidou uma linha acerca do comparecimento eleitoral. Inicialmente, o desenvolvimento de tais estudos se deu focando nas democracias industriais desenvolvidas, Europa e América do Norte, e mais recentemente, nas democracias presidencialistas da América Latina. Como pilares teóricos, tem-se a influência dos modelos do comportamento eleitoral, porém, aplicados ao caso específico do comparecimento eleitoral. Os aspectos mais recorrentes presentes nesses estudos dizem respeito ao ecletismo que marca a seleção dos preditores que integram os modelos explicativos, além das usuais ressalvas quanto à necessidade de utilizar modelos mais plurais em seus determinantes, um aceno para a necessidade de certas convergências teóricas mínimas. O que está proposto para essa subseção é apresentar uma breve amostra desses estudos como forma de filtrar as contribuições trazidas pelos modelos do comportamento eleitoral vistos acima. Esse apanhado não visa ser representativo, apenas elucidativo acerca do imperativo da diversidade explicativa que o comparecimento/abstenção demanda.

Inicia-se a abordagem pelo artigo de Fornos, Power e Garand (2004)⁵¹, texto fundamental por dar visibilidade à América Latina, região pouco abordada pelos estudos de comparecimento. Os autores estudaram o comparecimento eleitoral entre 1980 e 2000 com as finalidades de 1) compreender melhor o fenômeno em novas democracias presidencialistas que não atingiram o pleno desenvolvimento industrial, e com isso; 2) contribuir para preencher uma lacuna existente nesse campo de estudo que sempre se dedicou às democracias industriais desenvolvidas⁵². Conforme afirmam, “the studies that gave rise to these contending theoretical approaches were largely conducted among the industrialized democracies, leading us to wonder whether their findings are applicable to less developed countries with emerging democratic regimes” (FORNOS, POWER, GARAND, 2004, p. 910).

⁵¹ “Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000”.

⁵² Os autores afirmam que grande parte de seus estudos são alvos da própria crítica que elaboram nesse artigo por terem se dedicado às democracias desenvolvidas, virando as costas para as democracias de terceira onda (HUNTINGTON, 1994).

Dessa forma, para responder à pergunta do “porquê” alguns países apresentam taxas de participação mais elevadas que outros, os autores se propuseram a uma análise comparada que trouxessem na raiz da explicação, fatores socioeconômicos, políticos e institucionais (características do sistema político dos países). Os resultados das análises apontaram na seguinte direção: o comparecimento em países latino-americanos é influenciado, principalmente, por fatores institucionais (o bicameralismo no âmbito do legislativo, voto obrigatório e simultaneidade entre eleições legislativa e executiva), fatores políticos (tempo de vida do regime e garantias das liberdades políticas – Freedom House).

Os autores encerram a guisa conclusiva apontando para a necessidade de abordagens mais plurais no que diz respeito às escolhas dos determinantes da afluência às urnas. Tal seleção deve abarcar as dimensões socioeconômica, política e institucional. Os testes não permitiram estabelecer uma ordem de importância entre as variáveis, porém, eles advogam em favor da maior relevância das variáveis institucionais e políticas, em detrimento das socioeconômicas, para explicar o fenômeno.

Geys (2006a)⁵³ sistematizou um vasto conjunto de estudos empíricos em nível agregado e indicou os preditores do comparecimento eleitoral mais recorrentes nesses estudos. O autor classificou as variáveis em três grandes grupos: 1) as variáveis socioeconômicas (população total, urbana e rural); 2) as variáveis políticas (gastos de campanhas, fragmentação partidária e proximidade das eleições⁵⁴); e 3) as variáveis institucionais (sistema eleitoral, voto obrigatório e simultaneidade de cargos em disputa). Segundo o autor,

First of all, population size and electoral closeness e both related to the probability of affecting the outcome of the election e more often than not have a statistically significant effect on turnout in the predicted direction. [...] Second, whereas a more stable population appears to positively affect turnout rates (due to higher social pressure and lower information costs), no relation appears to exist between turnout and population concentration

⁵³ “Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research”.

⁵⁴ Na medida em que o dia da votação se aproxima, mais esta fica relevante e, mais propenso a se definir fica o eleitor: “probability of affecting the election result” (GEYS, 2006, p. 646).

and homogeneity. Third, we find that campaign expenditures are positively related to turnout rates, conform theoretical expectations, while the level of political fragmentation appears to have no unambiguous effect. [...] Do opposition and incumbent parties use different campaign tones and does this explain the differential effect on turnout of their campaigns (cf. Pattie and Johnston, 1998)? How is the relation between turnout and fragmentation affected by the electoral system? Finally, the institutional procedures governing the course of the elections strongly affect turnout. Compulsory voting, easier registration procedures, concurrent elections and the use of proportional representation all significantly stimulate turnout (GEYS, 2006a, p. 653)

Em outro trabalho, Geys (2006b)⁵⁵ resgatou um tema amplamente discutido e que fora apresentado anteriormente: a teoria da escolha racional e o comparecimento eleitoral, naquilo que ficou conhecido por paradoxo da participação. Primeiramente, o autor afirma que os pressupostos downsianos são insuficientes para resolver esse impasse, necessitando certo afastamento deles para que as explicações do comparecimento eleitoral se tornem mais razoáveis. Nas palavras do autor, “‘pure’ rational choice theory is unsuccessful in explaining voter turnout” (GEYS, 2006, p. 16). Posto isso, ele lista uma série de evidências empíricas encontradas na literatura e que dão sustentação para a necessidade de romper com as fronteiras da escolha racional: os mais ricos, com identificação partidária, e homens comparecem mais; no outro oposto, os mais velhos e os mais jovens comparecem menos; as pessoas não se sentem representadas pelos partidos; os sistemas proporcionais são marcados por maior comparecimento que os majoritários; a eleição competitiva fornece mais incentivos ao comparecimento; e alguns eleitores adotam o voto estratégico. Dessa forma, além da multiplicidade evidenciada acima, o autor sugere a inserção de dois aspectos fundamentais que serão abordados por ele: a dimensão ética⁵⁶ no cálculo eleitoral e o papel dos grupos sociais.

⁵⁵ “‘Rational’ Theories of Voter Turnout: A Review”.

⁵⁶ Segundo o autor, Goodin e Roberts (1975) foram os primeiros a inserir as preferências éticas no cálculo do comparecimento.

Em relação ao voto ético, o altruísmo pode ser uma dimensão importante e não captada por um modelo estritamente racional. O ato de votar não é considerado ótimo individualmente, mas pode trazer benefícios para outros seguimentos e para o próprio grupo a que pertence o eleitor, fazendo-o comparecer às urnas. Assim, o altruísmo e o grupo social de pertencimento exercem papel importante nas escolhas individuais, resgatando pressupostos da teoria sociológica do voto. O pertencimento a um grupo envolve o compartilhamento de semelhanças e a sujeição a certas influências exercidas pelo próprio grupo e as lideranças nele existentes. Essas lideranças assumem os custos informacionais relacionados ao ato de se informar e definir a escolha eleitoral, construindo um entendimento acerca do caótico mundo político e das opções eleitorais.

Isso faz com que os membros de um grupo comunguem, além de predileções mais genéricas acerca do mundo político (orientação ideológica e preferências partidárias), também visões acerca de *issues* políticos específicos. A depender das características assumidas por um grupo social, uma eleição pode fornecer mais ou menos incentivos ao comparecimento. Dependendo da posição ocupada pelo indivíduo dentro de um determinado grupo, quando ela é marginal, há um efeito dissuasor da pressão grupal, fazendo com que ele adira menos ao comportamento grupal. Ou seja, o que se tem é um resgate do papel que os grupos sociais exercem nas escolhas individuais. Conforme Dubner e Levitt (2005), os indivíduos votam por recompensas sociais.

Gallego (2010)⁵⁷ apontou que a escolaridade dos eleitores está relacionada ao comparecimento eleitoral em países como EUA, República Tcheca e Alemanha. Em outro trabalho escrito em parceria, Gallego, Rico e Anduiza (2001)⁵⁸ mostraram que o índice de desproporcionalidade é um dos melhores preditores do comparecimento eleitoral. Porém, essa conclusão é válida para as democracias consolidadas, já que nas recentes isso não se verificou. Para eles, nessas novas democracias os atores políticos (partidos, políticos e eleitores) não estão familiarizados com os processos e regras e o grau de incerteza é maior, já que não se sabe as consequências que tais ordenamentos produzirão. À medida que o tempo de vida dos regimes avança, a estabilidade vai se consolidando, o jogo político se torna mais previsível

⁵⁷ “Understanding unequal turnout: Education and voting in comparative perspective”.

⁵⁸ “Disproportionality and voter turnout in new and old democracies”.

e as regras passam a ser computadas nos cálculos políticos dos atores. Ou seja, em meio à estabilidade das regras, portanto, do próprio regime, o sistema traz aprendizado. Com o passar do tempo, os atores aprendem a jogar com elas e as abstenções tendem a apresentar crescimento já que o próprio sistema tende à estabilidade.

Em um artigo sugestivo, Blais (2006)⁵⁹, a partir de uma leitura institucional, apontou que a presença de algumas instituições (obrigatoriedade do voto, sistema eleitoral, número de casas no legislativo, idade mínima para votar e a existência de facilidades para o comparecimento) incidem na variabilidade das taxas de comparecimento eleitoral comparativamente entre os países e ao longo do tempo. Em outro artigo escrito em parceria (BLAIS e AARTS, 2006⁶⁰) é problematizado o achado dos estudos empíricos sobre comparecimento eleitoral: os regimes proporcionais incentivam o comparecimento eleitoral. Para os autores, isso é verificado em democracias industriais, porém quando transposta a outras realidades, não se repete, como é o caso de alguns países latino-americanos envolvidos no estudo. Segundo os autores, apesar das evidências robustas, a literatura não é consensual. Para alguns autores, essa relação se sustenta porque, com mais partidos, os eleitores possuem mais escolhas e a concorrência pelo voto é maior, mas para outros, os sistemas proporcionais oferecem desincentivos ao comparecimento, pois os eleitores possuem pouco controle/influência sobre as coalizões que se formam após as eleições para que o executivo obtenha a governabilidade necessária. Por fim, mais do que apontar indícios da relação entre sistemas proporcionais e o comparecimento, é necessário escrutinar a natureza dessa relação, já que os autores não encontraram evidências que pudessem lançar alguma luz.

Em artigo mais recente, também em parceria, Blais e Galais (2014)⁶¹ refletiram sobre o ato de votar a partir de uma leitura que transpusesse as fronteiras da instrumentalidade do voto, focando no aspecto do dever cívico, algo já feito por outros autores mencionados nessa revisão teórica. A proposta deles é inserir no cálculo downsiano do voto, o dever cívico (termo “D”). Assim, ao modelo tradicional da escolha racional - para o qual, se os benefícios e a probabilidade de interferir no resultado eleitoral forem menores que os custos, o racional é se abster,

⁵⁹ “What Affects Voter Turnout?”

⁶⁰ “Electoral Systems and Turnout”.

⁶¹ “Beyond rationalization: Voting out of duty or expressing duty after voting?”

BP<C, - é acrescido o termo D (o dever cívico⁶²). Os autores apontaram na literatura indícios de que o civismo é um substrato motivador do voto: Verba (1995), Blais (2000) e Dalton (2008). Portanto, conforme esses apontamentos de parte da literatura, o foco se desloca da relação custo/benefício/voto para uma causalidade entre civismo e comparecimento, o termo D. O entendimento mais usual dessa relação é advindo do modelo psicossociológico cuja tese é de que o sentimento de dever é formado ao longo do processo de socialização, portanto, antes mesmo da idade eleitoral.

Assim, o ato de votar se expressa como dever, e no momento da sua efetivação, o eleitor executa o comportamento que se coaduna com tal sentimento por ele nutrido. Porém, a questão que os autores levantam é a seguinte: como o dever é algo que se espera de um cidadão, seria o sentimento de dever uma racionalização *a posteriori*, fruto de comparecimentos passados e de aceitação social, ou realmente é o que a explicação usual afirma? A grande dificuldade desse tipo de estudo está em estabelecer a direção causal, já que a lógica desse tipo de relação pressupõe que a causa preceda o efeito no tempo. Apesar dessa dificuldade, os autores concluíram o trabalho afirmando a necessidade de mais estudos, mas que foi possível identificar indícios da validade da explicação clássica da relação dever e voto. Portanto,

The D term should be included in explanatory models of the decision to vote or not to vote in elections” e que “Future research should investigate how and why some citizens believe that voting is a civic duty while others think that it is a matter of personal choice (BLAIS; GALAIS, 2014, p. 13).

Viegas e Faria (2007) analisaram as abstenções eleitorais em perspectiva comparada em cinco países europeus: Portugal, Alemanha, Dinamarca, Espanha e Holanda. A escolha desses países se deu por possuírem trajetórias distintas e contemplarem três das principais regiões europeias: nórdica, centro e sul europeus. No primeiro momento, os autores analisaram a evolução dos determinantes em dois momentos no tempo: um em 1989, utilizando a rodada do Eurobarômetro; e em 2002, utilizando uma pesquisa internacional coordenada por Jan van Deth, “Citizenship, Involvement, Democracy”. Os preditores que integram o

⁶² B (benefícios), P (probabilidade de o voto decidir as eleições), C (custos) e D (dever cívico).

modelo são de duas ordens: recursos individuais (dimensão populacional onde reside, idade, escolaridade, situação laboral e religiosidade) e envolvimento político (satisfação com o funcionamento da democracia, interesse por política, proximidade a partido político e saliência da identidade ideológica).

As análises indicaram que, do ponto de vista dos recursos, a idade permaneceu como determinante importante, onde os mais jovens são mais propensos a se absterem do processo eleitoral. Já a situação laboral (ativo, não ativo) perdeu efeito no modelo de regressão para o ano de 2002. No tocante às variáveis atitudinais políticas, a saliência ideológica e a proximidade a um partido político tiveram seus efeitos mobilizadores reduzidos, na passagem de 1989 para 2002, perdendo poder explicativo. Esse mesmo comportamento foi observado no interesse por política.

Como síntese conclusiva, apontaram que, da década de 1980 para o novo século, os determinantes sociais perderam poder explicativo, diminuindo seu impacto nas abstenções, com a exceção da idade. De modo geral, mesmo perdendo poder explicativo, as variáveis atitudinais políticas continuam sendo bons preditores da abstenção. Por fim, o estudo permitiu identificar padrões mobilizatórios distintos entre as regiões contempladas, o Norte e o Centro. Nessas regiões, dado o longo histórico democrático, a mobilização para o voto é decorrente do envolvimento político e dos valores cívicos dos cidadãos. Já para o Sul Europeu, de democracias recentes, a integração social e moral exerce poder mobilizatório maior.

Dettrey e Schwindt-Bayer (2009)⁶³ também advogaram acerca da importância das variáveis institucionais na produção de diferentes taxas de comparecimento eleitoral. As conclusões dos autores são interessantes para esse estudo, já que o foco são as variações das taxas de comparecimento eleitoral nas democracias presidencialistas, inclusive as latino-americanas. Eles apontaram que as variáveis 1) existência de eleições concomitantes para vários cargos além do chefe do executivo; 2) força do presidencialismo; 3) forma de eleição do executivo; e 4) existência de segundo turno impactam no comparecimento eleitoral, oferecendo ou não incentivos ao comparecimento eleitoral. Para controlar os efeitos dessas instituições, tornando as conclusões mais refinadas, os autores controlaram-nas a partir do uso de variáveis de contexto político (número de candidatos/partidos, voto obrigatório, Freedom House, dentre

⁶³ “Voter Turnout in Presidential Democracies”.

outros) e socioeconômicas (PIB *per capita* e crescimento do PIB *per capita*). Com esse modelo, eles atestaram a importância dos arranjos institucionais na produção de resultados políticos.

Em brevíssimo trabalho, Carreras e Castañeda-Angarita (2012)⁶⁴ sustentam, com evidências empíricas, que as características objetivas individuais explicam mais a participação eleitoral na América Latina do que as motivações individuais subjetivas e as redes de mobilização. Logo, são três os grupos de variáveis independentes definidos pelos autores: 1) as capacidades (atributos socioeconômicos e demográficos: renda, educação, sexo e idade); 2) motivação (interesse por política, cognição política, nível de confiança no processo e no regime, eficácia política, identificação partidária e satisfação com o regime); e 3) fatores de rede (inserção em redes de mobilização e no mercado de trabalho). O material empírico utilizado foi o Barômetro das Américas, rodada de 2010 que entrevistou 30.075 indivíduos distribuídos em 17 países latino-americanos.

Os autores obtiveram os seguintes resultados: primeiramente, o que mais se destacou na relação com a participação eleitoral foi o nível de escolaridade, a probabilidade de comparecer aumenta significativamente com o aumento do nível de escolarização. Há uma relação entre idade e comparecimento, na medida em que os mais velhos são mais propensos a participar do pleito que os mais jovens, definidos como os eleitores de 18 a 24 anos. Há uma relação entre riqueza pessoal e participação, só que ela não é linear. Existe pouca diferença entre as categorias de renda e a participação, porém aqueles que não possuem renda votam menos. Ou seja, os eleitores extremamente carentes são mais propensos a se absterem que todos os demais localizados nos diversos níveis de rendimento.

Quanto às outras variáveis, as de motivação (principalmente, confiança nas eleições, interesse por política e identificação partidária) apresentaram significância, já a satisfação com a democracia não tem efeito sobre o comparecimento. Quanto às variáveis de inserção em redes de mobilização, indivíduos engajados em associações cívicas e empregados no mercado de trabalho são mais propensos a comparecer às urnas. Porém, os autores destacam a forte influência da idade e da escolaridade no comparecimento, sendo essas duas variáveis uma *proxy* da experiência política dos indivíduos.

⁶⁴ “Recursos dos Eleitores e Participação Eleitoral na América Latina”.

Tendo como pano de fundo a integridade eleitoral na América Latina, Carreras e Irepoglu (2013)⁶⁵ investigaram o impacto que a baixa confiança nas eleições e a exposição à compra de voto traz ao comparecimento eleitoral. Primeiramente, os autores são enfáticos ao afirmar que a América Latina progrediu muito no aspecto da integridade eleitoral após a terceira onda de democratização, porém alguns problemas persistem. Com base em relatórios de organismos internacionais que acompanham os pleitos na região, os autores indicam quatro problemas mais recorrentes: 1) acesso desigual aos meios de comunicação e aos recursos públicos; 2) problemas relacionados ao registro de eleitores; 3) compra de votos; e 4) o fato de que os perdedores recorrentemente levantam questionamentos acerca da integridade do processo, o que amplifica dúvidas e aumenta a desconfiança.

No geral, a literatura sobre o tema da integridade eleitoral focou em aspectos institucionais. A proposta dos autores é estudar os aspectos atitudinais e comportamentais desse fato, conforme apresentado no parágrafo anterior. As duas hipóteses básicas de pesquisa são:

H1: Cidadãos que têm pouca confiança nas eleições são menos propensos a comparecer nas urnas? O tamanho desse efeito depende da existência do voto obrigatório?

H2: Os cidadãos expostos à compra de votos são mais propensos a participar das eleições votando?

As variáveis que operacionalizam as hipóteses são: 1) micro – confiança nas eleições, exposição à compra de voto e a variável dependente (num primeiro momento, a variável é referente ao comportamento passado, votou ou não votou; num segundo momento, a variável é futura, votaria ou não votaria); e 2) macro – voto obrigatório. Além dessas, como controle foram inseridas: status socioeconômico (renda, educação e idade), interesse por política, busca por informação, identificação partidária, inserção em redes de mobilização e as variáveis de contexto (eleições competitivas, simultâneas, Freedom House e PIB). Como principais achados eles apontam a importância de variáveis ligadas às atitudes. Quanto às hipóteses, os eleitores que nutrem maior desconfiança quanto à lisura do processo eleitoral possuem mais propensão a não votar. Porém, esse efeito não é homogêneo: nos países com voto obrigatório é menor que nos com voto facultativo. Por fim, aqueles que estão expostos à compra de voto são mais propensos a votar.

⁶⁵ “Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America”.

Como pode ser visto nesse breve apanhado teórico, a depender das questões norteantes de cada estudo, há a mobilização de variáveis diferentes, visando responder questões distintas. Porém, conforme já mencionado, existem algumas convergências, entre elas: a multiplicidade de fatores explicativos, a necessidade de interação entre fatores micro e macro, a dificuldade de operacionalizar em variáveis os aspectos importantes de nível macro, um constante devir em aperfeiçoar os modelos explicativos, seja no aspecto do refinamento da multiplicidade de variáveis ou na forma como elas são operacionalizadas. Por fim, o quadro abaixo traz uma síntese das variáveis mais recorrentes nos estudos vistos anteriormente. Essa síntese contribui com esse trabalho ao servir de patamar a partir do qual se formularão as hipóteses que serão testadas mais à frente.

Quadro 1: Síntese dos preditores apontados pela revisão teórica

Nível	Classificação	Variáveis
Contexto	Institucionais	Voto Obrigatório, 2 turnos para o executivo, Legislativo bicameral, Sistema Proporcional, Desproporcionalidade, Número de Partidos, Simultaneidade de Cargos na mesma Eleição, Idade Mínima para Votar, Força do Presidencialismo.
	Conjunturais	Eleições Competitivas, Tempo de Vida da Democracia, Freedom House, Gastos de Campanha, PIB, População Urbana.
Individual	Status Socioeconômico	Escolaridade, Renda, Raça, Profissão, Estado Civil, Sexo, Idade.
	Atitudes e Comportamentos	Identificação Partidária, Confiança nas Instituições e no Processo Eleitoral, Interesse por Política, Informação Política, Proximidade com Venda de Voto e demais Práticas de Corrupção, Dever Cívico.
	Integração	Religiosidade, Participação em Instituições da Sociedade Civil e Inserção no Mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração do autor

2.1.6 – O voto obrigatório e suas implicações

Não é razoável encerrar a revisão sem trazer mais detidamente uma discussão acerca dos efeitos do voto obrigatório no comportamento eleitoral. Isso se justifica pelo fato de que na América Latina encontra-se um grande número de nações que adotam esse tipo de instituto, e dos 18 países que serão estudados nessa pesquisa, 12 possuem voto obrigatório (para mais informações, ver a metodologia). Apesar de ser algo presente em muitos países, o assunto é pouco abordado quanto às suas

consequências. No máximo, o que se presencia é a emergência do debate, porém carregado com uma carga moral. No Brasil, por exemplo, ele é inserido na ordem do dia das discussões públicas como desdobramento de outras abordagens, como é o caso da reforma eleitoral, constantemente reavivada no país, sendo que recentemente, em 2015, foi posta na pauta e discutida pela Câmara Federal. O então presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), designou Rodrigo Maia (DEM-RJ) como relator da proposta de mudança, o qual inseriu o voto facultativo como um dos pontos da reforma⁶⁶. Por se tratar de uma emenda constitucional, que necessita de um quórum qualificado para aprovação, na sessão do dia 10/06/2015, os deputados rejeitaram, por 311 votos a 124, o trecho do relatório que poria fim à obrigatoriedade do voto no país.

Em relação aos efeitos do voto obrigatório, Ribeiro (2013), em breve texto, sintetizou exemplarmente a discussão sobre “[...] a pertinência do mecanismo da obrigatoriedade de comparecimento na democracia em termos gerais e no contexto nacional” (p. 43). Ou seja, propôs-se a apresentar os argumentos dos pesquisadores sobre “[...] a compulsoriedade como possível mecanismo para elevar os níveis de comparecimento e reduzir a desigualdade na participação nos processos eleitorais” (p. 42). O autor mostrou que o instituto do voto obrigatório está presente em vários países, sendo que o contexto latino-americano é prenhe de democracias que fazem uso dele.

Além do fenômeno mais geral que assola os regimes democráticos, o do declínio das formas convencionais de participação, existem outros problemas que se agravam em contexto onde reina a ausência de alguma forma de obrigatoriedade no comparecimento eleitoral. Em termos gerais, a não obrigatoriedade afasta dos pleitos grupos sociais que, na estrutura social, encontram-se mais marginalizados, havendo uma representação deficitária dos interesses

⁶⁶ A votação desse relatório foi acompanhada de muita polêmica no que diz respeito às manobras regimentais feitas pelo presidente da casa. Havia uma comissão especial, presidida por Rodrigo Maia (DEM-RJ), para debater um relatório já existente, preparando-o para votação em plenário. Devido a um desentendimento entre o relator da proposta em debate na comissão, Marcelo Castro (PMDB-PI), e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da casa, em acordo com os líderes, cancelou a comissão e nomeou Maia como relator. Este elaborou às pressas o relatório final para ser votado no dia seguinte no plenário. O voto facultativo, que antes não estava presente, na versão de Maia foi contemplado.

desses segmentos. Soma-se o fato de que as elites políticas tendem a atender os interesses daqueles segmentos mais ativos politicamente, isso resulta em uma exclusão, da pauta política, dos interesses dos segmentos ausentes. Esse fato impactaria diretamente nas políticas públicas de bem-estar, já que os ausentes, que votariam em um contexto de obrigatoriedade, ou se ausentariam menos, em uma situação oposta, de voto facultativo, deixariam de votar e pressionar as elites.

Outro problema mencionado pelo autor toca direto na questão da legitimidade, já que ela está relacionada com a magnitude da população que participa dos processos eleitorais e do quanto conseguem influenciar as decisões das elites, ou seja, comprometeria de forma mais dramática o apoio específico à democracia. O autor aponta também o efeito pedagógico da participação, compreendido principalmente pelo envolvimento maior que o indivíduo tem com o processo, podendo abrir as portas para outras experiências políticas. Diante desse quadro, existem movimentos, em países onde predomina o voto facultativo, que defendem a adoção do voto obrigatório. Por fim, o autor averiguou a validade empírica das duas principais razões dos favoráveis ao voto obrigatório: 1) proporcionar a participação de um maior contingente de indivíduos e 2) criar um envolvimento mais igualitário. Em relação ao primeiro, dois estudos mencionados pelo autor⁶⁷ confirmam a validade do argumento⁶⁸, já o segundo, carece de respaldo empírico. Porém, é possível afirmar

[...] que o voto obrigatório pode se constituir em único instrumento capaz de fazer parte expressiva da população de um país a estabelecer algum tipo de contato, ainda que efêmero, com o mundo da política. Sobretudo em nações como a nossa, com curta experiência democrática, baixos níveis de interesse por política e persistente desigualdade social, a obrigação do comparecimento continua desempenhando papel fundamental na redução das assimetrias na representação (RIBEIRO, 2013, p. 46).

Uma outra abordagem ao voto obrigatório foi feita por Power (2009) que seria uma espécie de aprofundamento analítico da constatação

⁶⁷ Quintelier, Hooghe & Marien (2011) e Ribeiro, Borba & Silva (2012).

⁶⁸ Validade esta corroborada na primeira parte dessa tese, referente à América Latina.

de Santos (1987) no tocante aos efeitos da obrigatoriedade. Segundo Santos (1987), “[...] ao contrário do que se supõe, a compulsoriedade do voto não implica participação eleitoral direta” (p. 55). O pressuposto contido na citação acima, foi a problemática proposta pelo brasilianista: o imperativo da obrigatoriedade do voto atinge igualmente os eleitores?

Primeiramente, Power (2009) diagnosticou a quase inexistência de estudos sobre os efeitos da obrigatoriedade em perspectiva comparada: “Although political science has built up an impressive literature on electoral participation, it is striking how little we know about compulsory voting in comparative perspective” (p. 98). Mesmo entre os politólogos latino-americanos, região do continente que concentra o maior número de nações que adotam alguma forma de compulsoriedade, e onde se localiza o maior eleitorado obrigado a comparecer às urnas, o brasileiro, há escassos estudos nessa direção.

Para o autor, caso a obrigatoriedade atingisse homogeneamente o eleitorado como se supõe, é de se esperar poucas variações, até nenhuma, nas taxas de abstenções entre os 26 estados e o Distrito Federal nas eleições para Câmara no período de 1986 a 2006. Porém, não foi o que aconteceu. Ao longo desse período, alguns estados apresentaram percentuais médios de comparecimento próximos dos 90%, como foi o caso do Rio Grande do Sul, enquanto outros apresentaram percentuais médios de comparecimento próximo dos 75%, como foi o caso do Maranhão. Diante desse quadro de discrepância nas taxas de comparecimento às urnas entre os estados, Power (2009) se propõe a averiguar as causas de tais diferenças nas taxas de comparecimento eleitoral.

Eleitores ocupantes/aspirantes de/a cargos públicos tendem a sofrer maior coação para comparecer, dado o fato de que, caso não estejam quites com a Justiça Eleitoral, os mesmos não podem assumir os cargos ou, caso sejam funcionários, têm seus salários bloqueados a partir de um determinado período de ausências, até que resolvam os débitos com a Justiça Eleitoral. Nessa lógica, Power (2009) sugere a variável “emprego formal” (carteira assinada) como um preditor importante, já que dada a maior interação desses eleitores com o Estado, o

[...] status as a formal-sector worker locks these voters into a lifelong series of transactions with the central state (benefits, pensions, severance pay, etc.), which in turn raises the effective penalties for non-voting enormously. I further propose to introduce additional controls for the two age

defined segments of the electorate for whom voting is voluntary (16- and 17-year-old voters, plus voters 70 and older), and for illiterates. By estimating the size of the voluntary electorate which lives inside a mandatory voting system, these controls should capture variation in “compulsoriness.” Finally, as noted above, I will also attempt to control for the effectiveness of the relevant subnational enforcement institution (the *Tribunal Regional Eleitoral*, or TRE). In these three ways I aim to achieve a more nuanced operationalization of CVL in Brazil, thus allowing us to test more fully specified models of electoral participation (POWER, 2009, p. 104, grifo do autor)⁶⁹.

Assim, para o caso brasileiro, a compulsoriedade, que se expressa através de multa, acaba não sendo o fator mais importante a obrigar um determinado eleitor a comparecer, tendo em vista que o valor da referida multa é baixo⁷⁰. São outras punições, não de ordem financeira direta, que podem motivar diversamente diferentes segmentos do eleitorado a votarem, conforme aponta o autor:

Those without an up-to-date *título eleitoral* are prohibited from taking civil service examinations, from holding any form of government employment, or (if already employed by the public sector) from receiving any government paychecks from the second month after the missed election. They cannot enroll or renew registration at public schools or universities, or in fact any educational institution accredited by the federal government; they cannot obtain an identity card or passport; they cannot obtain credit at any state-owned bank or do business with any state or parastatal enterprise; and they are barred from any activity which would require proof of military service or of payment of income tax. While not all Brazilians engage in all of these transactions, the vast majority require an identity card, which is needed for everything from

⁶⁹ CVL: Legislação de Voto Obrigatório.

⁷⁰ Segundo o site da Justiça Eleitoral (<http://www.tre-sp.jus.br/eleitor/tira-duvidas/tira-duvidas-dos-eleitores>), atualmente o valor da multa é de R\$ 3,51 por turno.

cashing checks to boarding interstate buses. Therefore, despite the low monetary value of fines, there are a number of persuasive reasons why ordinary citizens will want to keep their *título eleitoral* up to date. (POWER, 2009, p. 107, grifo do autor).

Após fazer uma análise descritiva dos dados, o autor apresentou um modelo de regressão linear para identificar os preditores do comparecimento desigual nas eleições brasileiras. Para isso, utilizou 11 variáveis classificadas da seguinte forma: modernização socioeconômica (PIB *per capita*); variáveis institucionais (comparecimento às urnas em eleição anterior, desproporcionalidade, número de partidos efetivos, candidatos por eleitor e crescimento do eleitorado); e variáveis relacionadas aos critérios de não obrigatoriedade (taxa de analfabetismo, eleitores de 70 anos ou mais, eleitores com 16 ou 17 anos), além de variáveis como trabalhadores no setor formal e eficiência dos TREs para resolver os problemas de eleitores em débito com a Justiça Eleitoral.

As conclusões do modelo sugerem que as características do sistema eleitoral produzem efeitos na taxa de comparecimento, aumentando ou reduzindo, como foi o caso da desproporcionalidade e do número efetivo de partidos (ambos são inversamente proporcionais às taxas de comparecimento). A natureza facultativa do voto para determinadas idades possui efeitos negativos no comparecimento, algo não simples de ser entendido com o tipo de dado utilizado pelo autor, de natureza agregada. Por fim, o analfabetismo possui um efeito positivo no comparecimento às urnas, sendo que os analfabetos tendem a apresentar maiores percentuais de comparecimento.

Uma abordagem mais sistemática acerca dos efeitos do voto obrigatório foi desenvolvida por Birch (2009). Segundo a autora, em termos quantitativos, até o momento do estudo, haviam 29 países onde vigoravam a obrigatoriedade do voto, isso representa $\frac{1}{4}$ das democracias no mundo. Na América Latina, dos países com obrigatoriedade, Honduras é onde mais tempo vigora esse instituto e o Paraguai é o mais recente, 1894 e 1967, respectivamente. Vale lembrar que, após a publicação do livro, especificamente em 2012, o Chile adotou uma nova lei, de inscrição automática e voto voluntário, que passou a valer já para o pleito de 2013,

que elegeu a presidente, parte do Congresso e os conselhos regionais⁷¹. Conforme visto anteriormente, Birch (2009) considera voto obrigatório a existência legal da obrigatoriedade, com ou sem sanções para quem se abster. Porém, reconhece que as forças sociopolíticas que incidem no comportamento do eleitor, fazendo-o comparecer às urnas, transbordam a definição acima, podendo ser tipologizadas da seguinte forma: de um lado, os países que possuem a obrigação legal do voto e aqueles que não possuem ou que são informais; de outro, os países onde há sanções das mais diversas possíveis e aqueles onde não há sanções. Ao cruzá-las, tem-se uma matriz com quatro quadrantes/tipos: i) onde há obrigação formal com sanções (Austrália e o Brasil, por exemplo); ii) onde há a obrigatoriedade, mas não há sanções (Venezuela); iii) onde não há obrigatoriedade, mas existem sanções, principalmente do ponto de vista social, o caso citado pela autora é o da União Soviética; e iv) não existe obrigação nem sanções como é o caso dos Estados Unidos.

Realizadas as definições e tipologias delimitando o que é voto obrigatório, a autora prossegue analisando o caminho que levou os países a adotar a obrigatoriedade. Através de um olhar histórico, ela aponta diversas razões que estiveram na raiz das motivações, dentre elas, o baixo comparecimento às urnas sendo o mais recorrente - como ocorreu na Bélgica em 1893 -, ou como forma de conferir maior integridade ao processo, evitando práticas corruptivas no processo de votação, venda de voto e demais trocas e favores - como ocorreu recentemente na Tailândia, em 1997 -. Posteriormente, Birch (2009) resgata o debate em torno da obrigatoriedade, apresentando os principais argumentos prós e contras, classificando-os em três ordens de argumentos: 1- relacionados aos direitos e deveres; 2- da legitimidade e argumentos de racionalidade coletiva; e 3- argumentos quanto às consequências práticas da adoção do voto obrigatório. A essas três dimensões está associada uma série de impactos supostamente atribuídos ao voto obrigatório e que serão verificados empiricamente, conforme a lista abaixo:

- I. Aumenta os níveis de conhecimentos políticos e eficácia entre os cidadãos;
- II. Impacta no envolvimento dos cidadãos com a política (conversar e persuadir politicamente, fazer contatos com políticos/partidos

71

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131116_cinco_pontos_eleicao_chile_lgb

políticos, participar de protestos e manifestações, envolvimento com quaisquer outras formas de participação política, identificação partidária e envolvimento em atividades de campanha);

- III. Impacta na integridade/legitimidade do processo eleitoral e da democracia em geral na visão dos cidadãos;
- IV. Incrementa as taxas de comparecimento;
- V. Incrementa o número de votos inválidos;
- VI. Influencia no apoio aos partidos;
- VII. Influencia na composição dos órgãos eleitos;
- VIII. Leva a resultados políticos e sociais mais justos.

A primeira bateria das análises testou os efeitos dos itens I e II.

Nos modelos de análises, o efeito analisado assumiu o posto de variável dependente e um conjunto de variáveis foram inseridas como independentes: de controle (idade, sexo, tipo de sistema eleitoral de representação); as variáveis principais relacionadas à obrigatoriedade (obrigatoriedade agregada – aglutinando os casos com e sem sanções, e uma variável específica para o caso de obrigatoriedade com sanções). Na maioria dos modelos (total de 10), as variáveis principais não foram significativas, os únicos que obtiveram significância foram:

- No modelo da eficácia (voto faz diferença) – a obrigatoriedade com sanções possui um efeito negativo na eficácia;
- No modelo da participação em protestos e manifestações – tanto a obrigatoriedade agregada, quanto a obrigatoriedade com sanções impactam positivamente;
- No modelo do envolvimento com outras formas de participação política – a obrigatoriedade com sanções apresentou um impacto positivo.

A verificação seguinte testou o impacto da obrigatoriedade nas taxas de comparecimento. Primeiramente, a autora apresentou as taxas de comparecimento antes e depois da adoção ou abandono da obrigatoriedade do voto pelos países. De modo geral, a obrigatoriedade impactou no agregado do comparecimento. Voltando ao caso do Chile, as eleições de 2013 foram as primeiras com as novas regras (sem obrigatoriedade e inscrição automática), a taxa de comparecimento caiu para menos da metade do eleitorado⁷². Por fim, a autora rodou quatro modelos para estimar o impacto da obrigatoriedade. O resultado foi que

⁷² <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/com-70-das-urnas-apuradas-bachelet-vence-eleicao-no-chile.html>.

apenas a obrigatoriedade com sanções foi significativa e com impacto positivo no comparecimento. Em relação à integridade do processo eleitoral, o modelo não apresentou significância. Quanto à satisfação com a democracia, segundo o modelo apresentado, tanto a compulsoriedade agregada, quanto a com sanções, apresentaram significância e impacto positivo. No modelo da qualidade da representação, o voto compulsório (agregado) apresentou significância e impacto positivo.

Verificando o impacto da obrigatoriedade nos diversos resultados políticos, tem-se o modelo da representação feminina. Nenhuma das formas de obrigatoriedade (1- obrigatoriedade agregada com e sem sanções; 2- obrigatoriedade com sanções e; 3- obrigatoriedade apenas legal sem sanções) apresentaram-se significativas. A existência de cota para mulheres, modelos de representação proporcional e modernização econômica apresentaram impactos na representação feminina, bem como a participação da mulher na força de trabalho. Quanto ao voto obrigatório impactar no sistema partidário, seja favorecendo partidos quanto ao porte (pequeno ou grande) ou quanto ao aspecto ideológico (extrema esquerda – extrema direita), os resultados não passaram pelo crivo da significância. Em relação ao impacto na redução das desigualdades, o voto obrigatório com sanções impactou negativamente na desigualdade medida pelo Índice de Gini, reduzindo-a.

Por fim, a autora aponta que a obrigatoriedade do voto é um tema controverso, onde os favoráveis e contrários mobilizam argumentos de várias ordens, de normativos aos práticos, apontando efeitos benéficos e maléficos diversos acerca da adoção desse instituto. Dessa densa argumentação, a autora selecionou alguns efeitos que foram testados. Em muitos deles não foi possível estabelecer conclusões dada a ausência de significância do teste, já em outros foi possível clarear melhor a relação entre a obrigatoriedade e os resultados práticos.

2.2 – FUNDAMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA:

Esta subseção é reservada à apresentação das hipóteses de pesquisa em face à literatura apresentada anteriormente, bem como sua operacionalização, permitindo que, posteriormente, sejam realizados os respectivos testes. A estrutura adotada é a seguinte: primeiro, apresenta-se a fundamentação, seguida da redação da hipótese, que está em destaque

para facilitar sua identificação (texto em itálico, centralizado e precedido pelo número de identificação), encerrando com a operacionalização metodológica, ou seja, quais variáveis darão concretude às hipóteses apresentadas. No total, são dezoito blocos, parágrafos, referentes as dezoito hipóteses formuladas.

2.2.1 – As hipóteses:

No tocante aos indicadores que quantificam aspectos importantes dos regimes democráticos e que impactam na afluência às urnas, dois deles tiveram maior destaque na literatura: tempo de vida da democracia e a garantia das liberdades. No caso do primeiro, Forno, Power e Garand (2004) e Lavareda (1991)⁷³ apontaram para a existência de um declínio nas taxas de comparecimento eleitoral à medida que os anos de vida de uma democracia aumentam, principalmente quando comparadas às taxas das eleições que inauguraram esse mesmo período em questão. É o resgate da tese do arrefecimento da participação eleitoral de O'Donnell e Schmitter (1986). Segundo ela, as eleições inaugurais dos regimes democráticos tendem a ser marcadas por um grande incremento no comparecimento eleitoral, dada a própria novidade que o evento representa. Mas, à medida que os processos democráticos se rotinizam e o “gap” entre expectativas dos eleitores e realidade do regime em atendê-las aumenta, observa-se um acréscimo nas taxas de abstenções. O segundo aspecto dos regimes democráticos, as garantias das liberdades, afirma que, em um regime de plenas garantias das liberdades, indiferente do vencedor nas urnas, o que se tem, enquanto previsibilidade, é a manutenção do próprio regime. Assim, o ato de se abster perde seu viés negativo, tornando-se, inclusive, um indicador da qualidade do regime (FORNOS, POWER e GARAND, 2004, DETTREY e SCHWINDT-BAYER, 2009, CARRERAS e IREPOGLU, 2013). Como esses indicadores, ao seu modo, quantificam alguns aspectos da qualidade da democracia, tempo e garantia das liberdades, optou-se por se referir a eles como “Qualidade da Democracia”.

#H1: A qualidade do regime democrático contribui para taxas de abstenções eleitorais mais robustas. Regimes democráticos mais

⁷³ Lavareda discute o caso específico do Brasil.

longevos e com maior garantia das liberdades observam maiores níveis de abstenções.

Para calcular o tempo de vida da democracia, contabilizaram-se os anos que a eleição analisada dista da última experiência autoritária vivenciada pelo país. As fontes bibliográficas utilizadas para estabelecer as datações foram:

- História da América Latina. Tomo 12 (Política y Sociedad desde 1930) e o tomo 14 (América Central desde 1930) de Bethell (2001);
- Democracia e Forças Armadas no Cone Sul de D'Araújo e Castro (2000).

Para a quantificação das garantias das liberdades, a literatura enfatiza o Freedom House como métrica, porém, a ausência de dados fez com que fosse abandonado o seu uso. Como alternativa, buscou-se nos *Worldwide Governance Indicators/World Bank* um indicador que preenchesse a lacuna, sendo escolhido o *Voice & Accountability* que “captures perceptions of the extent to which a country's citizens are able to participate in selecting their government, as well as freedom of expression, freedom of association, and a free media”⁷⁴. Assim, somaram-se as duas métricas resultando em uma variável escalar única, Qualidade da Democracia. Confira as estatísticas descritivas na tabela abaixo.

Tabela 1: Estatísticas das variáveis que são constituintes da Qualidade da Democracia

	Mínimo	Média	Máximo	Desvio Pad.
Idade Democracia	14,0	26,0	96,0	23,510
Voice & Acc.	29,6	47,6	89,4	16,623
Qualidade da Democracia	50,5	80,2	172,0	32,084

Conforme apontou Downs (1999), uma eleição apertada oferece incentivos aos eleitores, pois eles entendem que seu voto terá um peso decisivo no resultado final. Em uma eleição onde o primeiro candidato possui larga vantagem em relação a seus concorrentes, o eleitor não se sente incentivado a comparecer por acreditar que seu voto não afetará o

⁷⁴ <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/va.pdf>.

provável desfecho que se desenha a partir dos resultados das pesquisas de intenção de voto que são divulgadas pela imprensa. Porém, quando ele se depara com um cenário indefinido, e por consequência, com grande polarização em torno das ofertas do mercado eleitoral, sente-se impelido a participar, pois, pelo menos, conforme Figueiredo (2008), a sua participação implicará na anulação de um voto no candidato adversário ao seu. Outros autores também acenaram no sentido dessa perspectiva, eleições disputadas são marcadas por reduzidos níveis de abstenções (GEYS, 2006b, CARRERAS e IREPOGLU, 2013).

#H2: Eleições com disputas apertadas são marcadas por menor incidência de abstenções.

A literatura, ao fazer referência à noção de “eleições apertadas”, não traz definição acerca disso. Assim, para operacionalizar a variável, definiu-se como disputa apertada aquela cuja diferença entre o primeiro e o segundo colocado tenha sido inferior a 5 pontos percentuais. Posteriormente, coletaram-se os resultados eleitorais no *Political Database of the Americas* da Georgetown University⁷⁵. A variável final é “dummy”, expressa a presença do atributo, eleições apertadas, assumindo valor 1 (um) e no caso da ausência, o valor 0 (zero).

A teoria da escolha racional (DOWNS, 1999) e a abordagem dela derivada, conhecida usualmente como voto econômico, designando a tendência do eleitor de escolher seus candidatos com o bolso, afirma que a saúde da economia interfere no seu comportamento. Desde os estudos mais clássicos desta abordagem (KEY, 1966), KRAMER, 1971), TUFTE, 1978), aos mais recentes, focando especificamente na América Latina (CAMARGOS, 2003), RIBEIRO, BORBA e SILVA, 2015), foram apontados três indicadores econômicos como fundamentais na quantificação da situação da economia: desemprego, PIB (Produto Interno Bruto) e inflação. A partir de tais medidas, os estudiosos consolidaram a máxima bem sintetizada por Tufte (1978) de que pensar em economia é pensar em eleições e vice e versa, indicando sua propensão em definir o destinatário do voto a partir do bolso.

#H3: A saúde da economia impacta nas eleições. Países cujas eleições ocorrem em meio a um período de estabilidade e crescimento econômico tendem a observar um incremento nas abstenções.

⁷⁵ <http://pdba.georgetown.edu/>.

Usualmente, nos estudos sobre voto econômico, as variáveis que traduzem a saúde da economia são: inflação, PIB e desemprego. Seguindo a pista de Ribeiro, Borba e Silva (2015), que testaram os efeitos do PIB no comparecimento, optou-se por esta medida já que ela retrata o desenvolvimento econômico de uma nação (acesso à informação, educação e outros serviços), as informações do PIB *per capita* (mil US\$)⁷⁶ foram coletadas junto ao *Database* do *World Bank*⁷⁷ e são referentes ao ano anterior ao da eleição em referência.

Regiões fortemente urbanizadas colocam à disposição dos seus moradores uma gama de serviços, que no espaço rural são inexistentes ou, existindo, são precários, sendo que o acesso a eles é mais custoso. Entre esses serviços estão a facilidade de acessar os cartórios eleitorais para registro e regularização eleitoral, serviços de transporte, permitindo que o eleitor se desloque até às urnas com mais facilidade, sem que necessariamente precise do transporte individual, cujo custo é maior e de menor acesso. Enfim, dadas as configurações do espaço urbano e a disponibilidade de tais serviços que diminuem os custos de deslocamento às urnas, espera-se que nas regiões mais urbanizadas as abstenções sejam em menor proporção (GEYS, 2006a). Para o caso brasileiro, Lima Júnior (1990; 1993) chamou a atenção para esse fato, apontando as barreiras ecológicas como dificultadoras para o exercício da cidadania eleitoral. Essas barreiras são típicas dos espaços rurais, menos povoados e urbanizados, e encerram por aumentar os custos do comparecimento eleitoral, fazendo com que as taxas de abstenções sejam mais elevadas nesses espaços.

#H4: *Países que registram maior concentração percentual de população nas áreas urbanas são menos sujeitos às abstenções.*

A variável utilizada é o percentual da população concentrada nas áreas urbanas do país, no ano da eleição de referência. A fonte é o *Database* do *World Bank*.

A teoria da escolha racional trabalha no âmbito dos incentivos e custos à participação. Esse *modus analytics* foi levado para o debate institucionalista, onde as instituições operariam de forma a incentivar ou constranger determinados comportamentos. Assim, a depender da

⁷⁶ Faz-se necessário reduzir a escala do PIB para que seu efeito fique mais compreensível.

⁷⁷ <http://data.worldbank.org/>.

configuração das regras formais que normatizam os processos eleitorais, o resultado pode ser mais ou menos favorável ao incremento das abstenções. No âmbito do modelo de representação política, há um debate acerca dos efeitos positivos da Representação Proporcional de Lista no comparecimento eleitoral, incentivando-a (BLAIS e AARTS, 2006). Tais estudos apontam que os sistemas proporcionais, por ofertarem um leque maior de opções aos eleitores, incentivam a identificação deles, com alguma oferta disponível, instando-os a se dirigirem às urnas para manifestarem suas escolhas, implicando na redução das abstenções (GEYS, 2005a; 2006b, BLAIS, 2006).

#H5: Democracias que adotam o Sistema Proporcional nas eleições legislativas nacionais estimulam o comparecimento eleitoral, portanto, estão menos sujeitas a elevados níveis de abstenções.

Os dados sobre sistema eleitoral foram coletados no banco de dados do IDEA (*International Institute for Democracy and Electoral Assistance*)⁷⁸. Para os países em estudo, existem dois tipos: Representação Proporcional de Lista e o Misto (uma mistura de Representação Proporcional com Representação Uninominal). Como há pouca variação, já que dos 38 casos apenas 4 são mistos, os restantes adotam a Representação Proporcional de Lista, criou-se um termo interativo entre o sistema adotado e o tipo de lista. A variável final que resultou é uma “dummy”, onde valor 1 (um) são os países que adotam o Sistema de Representação Proporcional de Lista Aberta, e 0 (zero), o restante (os mistos e aqueles de Representação Proporcional de Lista Fechada).

Seguindo na mesma lógica de raciocínio acerca dos custos da participação, própria da escolha racional, a existência de legislativo nacional bicameral implica em mais escolhas a serem realizadas pelos eleitores. Isso resulta em um aumento dos custos da participação. Além do aumento no número de escolhas, há a necessidade de buscar informações, mesmo que precárias, que possibilite efetivá-las, conforme Fornos, Power e Garand (2004), Blais (2006). No caso brasileiro, que de oito em oito anos renovam-se dois terços do senado, numa eleição de renovação desses dois terços, o eleitor brasileiro faz três escolhas para o Congresso Nacional, um deputado e dois senadores, além das outras três escolhas (presidente, governador e deputado federal), totalizando seis cargos.

⁷⁸ <http://www.idea.int/>.

#H6: Países com Legislativos Nacionais estruturados em duas casas (em geral, Senado e Câmara) estão mais propensos a elevados níveis de abstenções.

Os dados também são oriundos do IDEA e a presença de duas casas no âmbito do Legislativo Nacional assume valor 1 (um), e ter uma casa, valor 0 (zero).

Permanecendo na lógica racional, explicitada acima, quando se tem a definição do chefe do executivo através de dois turnos eleitorais, quando o candidato mais votado não atinge 50% mais 1 voto, os custos de participação são maiores, pois o eleitor terá que voltar à urna em breve (DETTREY e SCHWINDT-BAYER,2009)⁷⁹. Além da questão relacionada aos custos do retorno às urnas em um curto espaço de tempo, aqueles relacionados ao deslocamento e à busca por informações, há o fator “ofertas do mercado eleitoral” que se reduz a duas possibilidades efetivas. Novamente, o Brasil é emblemático: desde a redemocratização, registra-se maior percentual de abstenções no segundo turno que no primeiro.

#H7: Democracias presidencialistas que definem através de dois turnos o ocupante do executivo nacional estão mais sujeitas a verificarem elevados níveis de abstenções.

O IDEA é a fonte dos dados sobre o tipo de eleição para o executivo nacional e a presença de dois turnos assume valor 1 (um), maioria simples, valor 0 (zero).

Em uma sociedade plural, a existência de partidos que representem essa pluralidade é fundamental, porém, quando se tem uma disputa eleitoral cujas ofertas são distribuídas em um leque extremamente pulverizado de agremiações partidárias, tal diversidade resulta em custos e confusões acerca das siglas partidárias envolvidas na disputa e dos candidatos que as representam. Com muitos partidos e candidatos, há uma enxurrada de siglas, plataformas ideológicas, diagnósticos conjunturais. Para poder se situar em meio a profusão de ofertas que beira a uma situação caótica, o eleitor gasta mais tempo na busca por informações, e a escolha em si, torna-se também mais custosa, conforme Geys (2006a), Dettrey e Schwindt-Bayer (2009).

⁷⁹ No caso brasileiro, isso ocorre no mesmo mês. O primeiro turno é no primeiro domingo do mês de outubro e o segundo turno é no último domingo.

#H8: Regimes democráticos com sistema partidário excessivamente fragmentado estão mais propensos ao comportamento absenteísta.

Os dados de número efetivo de partidos na arena eleitoral, para as eleições em questão, foram recolhidos junto ao site sobre Sistemas Eleitorais, hospedado no domínio do *Department of Political Science - Trinity College Dublin*⁸⁰. A variável é de tipo escalar, fruto de um cálculo acerca dos partidos na arena eleitoral.

A existência do voto obrigatório reduz os dilemas da ação coletiva e os custos da definição a respeito do comparecimento ou não às urnas, resultando em menores índices de abstenções, conforme Fornos, Power e Garand (2004), Geys (2006a), Blais (2006), Dettrey e Schwindt-Bayer (2009).

#H9: O Voto Obrigatório é uma instituição que contribui com a afluência às urnas, diminuindo a incidência de abstenções.

O voto obrigatório é uma variável “dummy” que expressa a presença do atributo, valor 1 (um) quando há a obrigatoriedade e valor 0 (zero) quando é facultativo. A fonte dos dados é o IDEA. Lipset (1967) e Geys (2006b) apontaram para o fator idade como importante no comportamento eleitoral. Segundo eles, os eleitores mais jovens estariam mais propensos a participarem menos das eleições. A literatura que se desenvolveu posteriormente apontou que a participação eleitoral está relacionada aos ciclos de vida dos eleitores, ou seja, eleitores adultos estão mais inclinados a aderirem aos repertórios de participação política convencionais, caso da participação eleitoral, do que os mais jovens (DALTON, 2008; 2013). Estes, por sua vez, estariam migrando para repertórios menos convencionais ou menos socialmente aceitos, como protestos ou outras formas de intervenções. Portanto, é de se esperar que no segmento mais jovem do eleitorado, haja um declínio do comparecimento eleitoral.

#H10: Eleitores jovens possuem maior probabilidade de se absterem do que seus pares adultos.

Os dados de nível micro são todos oriundos das sondagens do LAPOP (2004 – 2012). A variável bruta escalar idade foi recodificada para uma variável “dummy”: ser jovem, eleitor de até 29 anos, assume valor 1 (um) e não jovem, valor 0 (zero). Do total de eleitores jovens, apenas 2%

80

http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/Docts/ef_fno.php.

possuem 16 ou 17 anos de idade, sendo facultativo o comparecimento, como ocorre no Brasil.

Mesmo a participação eleitoral sendo um tipo de participação política de baixo custo, quando comparada a outras modalidades como o protesto, o eleitor necessita de alguns recursos individuais para desenvolvê-la, como é o caso da escolaridade, atributo facilitador da participação política. Em geral, eleitores detentores de altos níveis de escolaridade são mais informados e ativos politicamente, estando mais propensos a não se absterem, segundo Almond e Verba (1989), Verba, Schlozman e Brady (1995), Gallego (2010), Carreras e Castañeda-Angarita (2012), Carreras e Irepoglu (2013), Nevitte et al (2008).

#H11: Eleitores de maior escolaridade se abstêm menos que os de menor escolaridade.

Foi utilizada a própria variável bruta disponível no banco (¿Cuál fue el último año de educación que usted completó o aprobó?), cuja escala de anos de estudo varia de 0 (sem escolaridade) a 18 (pós-graduação).

A renda do eleitor é outra característica que faz parte do conjunto de recursos individuais que permitem a minimização dos custos relacionados à participação política e, neste caso, a eleitoral, porém, essa relação não é linear, como apontam Lipset (1967), Verba, Schlozman e Brady (1995), Carreras e Castañeda-Angarita (2012), Geys (2006b).

#H12: Apesar de a renda não ter uma relação linear com a participação eleitoral, eleitores de baixa renda familiar são mais propensos a se absterem.

Utilizou-se a variável bruta (¿En cuál de los siguientes rangos se encuentran los ingresos familiares mensuales de este hogar, incluyendo las remesas del exterior y el ingreso de todos los adultos e hijos que trabajan?). Como baixa renda familiar, definiu-se aquelas famílias que recebem renda mensal de até US\$ 50 (dólares), incluindo os sem rendimentos, assumindo valor 1 (um), e o restante, 0 (zero).

Eleitores integrados à comunidade em que vivem estão mais sujeitos às interações, às coerções e ao recebimento de fluxos informacionais que favorecem uma definição pró-comparecimento eleitoral, segundo Carreras e Castañeda-Angarita (2012), Geys (2006b), Berelson, Lazarsfeld, Macphee (1954), Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948).

#H13: *Eleitores mais integrados socialmente são menos sujeitos a se absterem nos pleitos eleitorais.*

São três as variáveis sociodemográficas que materializam essa hipótese, ou pelo menos, servem como *proxy*:

- a) Estado Civil: variável “dummy” sobre a presença do atributo casado, valor 1(um) para casado e valor 0 (zero) para outras formas.
- b) Religiosidade (¿Con qué frecuencia asiste usted a servicios religiosos?): escala de 1 a 5, onde 5 é o indivíduo que mais frequenta os serviços religiosos.
- c) Trabalho: variável “dummy” que traz a presença do atributo estar trabalhando, valor 1 (um), e o restante, 0 (zero).

A proximidade do eleitor com o mundo político, o interesse pelas questões que norteiam o debate político, discutindo-as no cotidiano, indica uma cidadania mais ativa e, portanto, eleitores com esse perfil são mais participativos eleitoralmente, segundo Campbell et al. (1964), Carreras e Castañeda-Angarita (2012).

#H14: *Eleitores mais próximos do mundo político possuem reduzidas possibilidades de se absterem nas eleições.*

A proximidade com o mundo político é quantificada a partir das seguintes variáveis:

- a) Interesse por política (¿Qué tanto interés tiene usted en la política: mucho, algo, poco o nada?): recodificada para uma escala de 0 (nenhum interesse) a 3 (muito interesse).
- b) Política no cotidiano (¿Con qué frecuencia habla usted de política con otras personas?): recodificada para uma escala de 0 (nunca) a 4 (diário).
- c) Engajamento eleitoral (Durante las elecciones, alguna gente trata de convencer a otros para que voten por algún partido o candidato. ¿Con qué frecuencia ha tratado usted de convencer a otros para que voten por un partido o candidato?): escala recodificada para 0 (nunca) a 3 (frequentemente).

A corrupção, além de ser um problema por desviar recursos públicos para fins privados, traz outros prejuízos como o afastamento do cidadão da política, desmobilizando-o, resultando em baixa participação e controle das ações dos agentes públicos, segundo Carreras e Irepoglu (2013).

#H15: *Eleitores mais expostos às práticas de corrupção são mais propensos à abstenção.*

A variável exposição à corrupção (¿En los últimos 12 meses, algún empleado público le ha solicitado una mordida (o soborno?) é uma variável bruta da base, onde as opções de respostas são: 1- sim ou 0- não.

Aspectos atitudinais dos eleitores foram trazidos à baila pelo modelo psicossociológico do voto como fatores decisivos para predição do comportamento eleitoral dos cidadãos (CAMPBELL et. al.,1964). Assim, aspectos como confiança do eleitor nas instituições democráticas e confiança no processo eleitoral e nos governantes trazem certeza quanto à efetividade da participação eleitoral e do respeito ao resultado das urnas, implicando em menores taxas de abstenções.

#H16: *Eleitores que desconfiam das instituições democráticas, do processo eleitoral e dos governantes, estão mais sujeitos a adotarem um comportamento absenteísta.*

Essa desconfiança é captada a partir de três variáveis:

- a) Índice de Confiança Institucional (¿Hasta qué punto tiene confianza usted em Congreso, Gobierno Nacional, Partidos Políticos e Justiça): escala de 4 a 28, sendo que quanto maior o valor, mais alta é a confiança.
- b) Confiança nas eleições (¿Hasta qué punto tiene usted confianza en las elecciones?): escala de 1 (nada) a 7 (confia muito).
- c) Distanciamento dos Governantes (Los políticos buscan el poder para su propio beneficio, y no se preocupan por ayudar al pueblo. ¿Hasta qué punto está de acuerdo o en desacuerdo?): escala de 1 (descorda muito) a 7 (concorda muito).

Para uma participação “ótima” no processo eleitoral, a busca e o acesso às informações são fundamentais (DOWNS, 1999). Eleitores que inserem em suas rotinas diárias a busca por informações estão mais propensos a participar das eleições, já que grande parte do custo relacionado a ela, o da busca por informações, está sanado (CARRERAS e IREPOGLU, 2013).

#H17: *Eleitores com alto nível de informação são menos propensos a se absterem.*

A variável é o Índice de Informação que captura a frequência com que o entrevistado busca notícias (rádio, televisão, jornal impresso e internet):

escala que varia de 0 a 12, onde 12 é aquele que busca diariamente informações nos quatro meios de comunicação.

Nos diversos modelos do comportamento eleitoral, os partidos políticos e a identificação que os eleitores nutrem por eles, aparecem como aspectos importantes da participação eleitoral. No modelo sociológico, eles estão ligados às clivagens sociais e às classes sociais que compõem a estrutura social, exercendo um papel mobilizador dos grupos sociais, segundo Lipset (1967), Lipset, Rokkan (1967), Castro (1994). No modelo psicossociológico, a identificação partidária faz a ligação do eleitor, em sua posição social, ao mundo político, sendo essa identificação resultado do processo de socialização desses cidadãos (CAMPBELL et al., 1964). Na escolha racional, a identificação partidária surge como um atalho cognitivo à disposição dos eleitores, diminuindo os custos informacionais e da participação eleitoral (DOWNS, 1999). Outros estudos também apontaram para os partidos e os sentimentos partidários que os eleitores nutrem por eles como características importantes para a explicação do comportamento dos eleitores, segundo Carreras e Irepoglu (2013), Carreras e Castañeda-Angarita (2012), Geys (2006b).

#H18: Eleitores que cultivam sentimentos de identificação partidária estão menos sujeitos à abstenção.

Para essa hipótese, a variável utilizada é a Identificação Partidária - IP (¿En este momento, simpatiza con algún partido político?), variável “dummy” que expressa a presença/ausência do atributo IP.

Segue abaixo o quadro síntese das hipóteses e suas respectivas variáveis, descrevendo-as quanto ao nível, à escala e o número de casos em cada uma.

Quadro 2: Síntese das hipóteses e variáveis

Hipótese	Variáveis	Nível	Escala	N
H1	Qualidade da Democracia	Macro	Escalar	38
H2	Eleições Apertadas	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H3	PIB <i>per capita</i>	Macro	Mil US\$	38
H4	População Urbana	Macro	% Hab. Urbano	38
H5	Representação Proporcional de Lista Aberta	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H6	Legislativo Bicameral	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H7	2 Turnos para o Executivo	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H8	Nº efetivo de partidos na arena eleitoral	Macro	Nº efetivos	38
H9	Voto Obrigatório	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H10	Ser jovem (até 29 anos)	Micro	(1) Sim - (0) Não	56867
H11	Escolaridade (anos de estudos concluídos)	Micro	0 - 18	55261
H12	Baixa Renda Familiar (até US\$ 50 mensais)	Micro	(1) Sim - (0) Não	40920
H13	Ser Casado	Micro	(1) Sim - (0) Não	55151
	Religiosidade	Micro	1 - 5	30556
	Trabalho	Micro	(1) Sim - (0) Não	30582
H14	Interesse por Política	Micro	0 - 3	44663
	Política no Cotidiano	Micro	0 - 4	25290
	Engajamento Eleitoral	Micro	0 - 3	56307
H15	Exposição à Corrupção	Micro	(1) Sim - (0) Não	56555
H16	Índice de Confiança Institucional	Micro	4 - 28	44472
	Confiança nas Eleições	Micro	1 - 7	40679
	Distanciamento dos Governantes	Micro	1 - 7	30157
H17	Índice de Informação	Micro	0 - 12	28015
H18	Identificação Partidária - IP	Micro	(1) Sim - (0) Não	41320

Fonte: Elaboração do autor.

2.3 - METODOLOGIA:

O século XX se notabilizou por um grande progresso nas ciências matemáticas e computacionais que implicaram em um incremento na qualidade dos estudos nas diversas áreas do conhecimento. Avanços no debate epistemológico contribuíram para que os cientistas sociais olhassem os fenômenos de forma a reconhecer suas complexidades e multifacetabilidade, necessitando de cotejamentos mais refinados que permitissem uma apreensão mais sofisticada da realidade. A revolução behaviorista do século passado legou ao indivíduo, em um primeiro momento, além da primazia analítica, o isolamento em relação ao contexto que interage socialmente. Como resposta, vieram ponderações a essa postura que não se traduziram simplesmente em um retorno a um determinismo durkheimiano, mas consistiram em inserir a unidade básica de análise, o indivíduo, no contexto em que vive. Porém, dadas as dificuldades operacionais, tal proposta ganhou concretude de forma limitada.

Contudo, na década derradeira do século que findou, os avanços computacionais progrediram ainda mais, de modo que possibilitaram o desenvolvimento de *softwares* de análise multinível (mais de um nível, por exemplo: indivíduo e contexto, como os países em que residem) que aplicam modelos hierárquicos (*cross section*) de análise, que outrora existiam apenas na teoria estatística, sem aplicação prática em estudos empíricos diversos. Esse tipo de modelagem permitiu que em um único modelo de análise fossem inseridos preditores de níveis distintos, visando estabelecer as relações causais entre esses preditores e um fenômeno que adquire concretude operacional em uma variável, critério, “dummy” ou escala.

O seu uso trouxe diversos benefícios: o primeiro deles foi romper com a oposição macro/micro, indivíduo/contexto, permitindo que um fenômeno seja analisado tomando o indivíduo como referência, porém, integrando-o ao contexto em que vive. Insere-se nas análises não apenas a heterogeneidade do micro, mas também a do macro, dos coletivos/contextos onde eles estão inseridos, captando as relações diretas desses contextos com a explicação do fenômeno, ou intervenientes, estabelecidas entre os preditores de níveis distintos. Isso faz com que o pesquisador não incorra nas falácias, seja a ecológica (deduzir o comportamento individual a partir de resultados agregados) ou a atomística (produzir conclusões sobre o contexto/coletivo a partir do uso

de dados em nível individual). Além disso, o fato de haver mais de um nível de análise deixa as estimativas do modelo mais conservadoras, pois efeitos de variáveis individuais que, em uma análise estritamente em nível individual, seriam fortes, no modelo multinível podem ser neutralizadas ou matizadas pelo contexto e apresentar efeitos mais próximos dos reais. Esse raciocínio vale para o sentido oposto quando as estimativas das variáveis macro são fortes (CRUZ, 2010).

A Modelagem Hierárquica é um desdobramento dos modelos de regressão tradicionais (linear e logístico) e sua lógica de análise é muito similar a eles (CRUZ, 2010; OLIVEIRA, 2013). Os exemplos mais simples desse tipo de modelagem são aqueles que envolvem dois níveis, porém, é possível inserir um terceiro nível, sempre obedecendo alguns requisitos mínimos, intrínsecos ao modelo. Inicialmente, eles foram usados de forma mais difundida nos estudos educacionais, que visaram explicar o rendimento escolar dos alunos a partir de dados individuais e dos contextos (a escola, o entorno, a rede). Para os objetivos desse trabalho, o uso dessa modelagem representa um ganho de qualidade substancial ao permitir fundir em um único modelo diferentes níveis. Consegue-se preservar os avanços dos estudos em nível individual sem extrair o eleitor do seu contexto, valendo-se da máxima de que a participação eleitoral é individual, porém não é socialmente isolada.

Para que se possa usar esse modelo, é necessário observar algumas exigências, sendo a mais basilar de todas a necessidade de construir modelos ancorados na teoria. As variáveis que compuserem o grupo dos preditores devem possuir justificativas teóricas e empíricas e, com isso, evita-se a inserção de variáveis espúrias que, por alguma outra razão, possam apresentar efeitos na variável critério. De posse de uma revisão da literatura satisfatória, o passo seguinte, conforme Puente-Palacios e Laros (2009), é definir os níveis de análises utilizados, lembrando-se sempre que a variável critério deve ser oriunda do menor nível, e que os níveis acima possuem maior agregação que este. No caso desse estudo, focando a América Latina, o menor nível são os eleitores e o nível de agregação são os países a que pertencem.

Para a definição das relações esperadas entre as variáveis predictoras e a variável critério, é imprescindível que tais relações estejam claramente especificadas e sustentadas nas evidências teóricas e empíricas. Na sequência, estabelece-se a relação entre os níveis, apresentando a interação *cross-level* e o efeito moderador esperado. Por fim, é necessário respeitar a regra da parcimônia, os modelos devem ser

enxutos, já que “mais pode representar menos”. Ou seja, a partir de um certo número de preditores, os acréscimos de explicação da variância da variável critério são insignificantes. Diante desse fato, deve-se optar por modelos que conjuguem um número razoável de variáveis e que possuam, em seu conjunto, um bom poder explicativo da variável critério. Para rodar os modelos hierárquicos será utilizado o software HLM 6.08.

2.3.1 – Dos procedimentos de construção das bases de dados

No tópico anterior, sobre as hipóteses de pesquisa, além da fundamentação das hipóteses, abordaram-se os procedimentos pelos quais elas foram operacionalizadas em variáveis. Porém, pouco foi dito acerca das bases de onde essas variáveis foram extraídas. Dessa forma, esta parte é reservada à apresentação dos procedimentos pelos quais se chegou às bases que estão sendo utilizadas. Tem-se duas bases, uma para cada nível de análise (micro e macro), e a construção de ambas se deram de forma distinta. Começa-se pela base de nível micro, pois ela determina quais países estarão presentes na base macro.

No tocante ao nível individual, existem diversos *surveys* que inquiram com regularidade os eleitores latino-americanos acerca de questões políticas, um dos mais conhecidos é o Barômetro das Américas, pesquisa desenvolvida pelo *Proyecto de Opinión Pública de América Latina* (LAPOP)⁸¹. A base de dados utilizada é uma compilação de rodadas realizadas de 2004 a 2012 e disponibilizada pelo próprio projeto em seu site. Ao definir por este *survey*, automaticamente fez-se uma primeira definição acerca dos países aptos a participarem desse estudo, todos aqueles envolvidos nas rodadas do LAPOP.

Nessa base compilada, existem várias rodadas que fazem menções às mesmas eleições. Foram preservadas apenas as rodadas mais próximas das eleições de referência⁸², o restante foi excluído da base. Segue um exemplo hipotético que ajuda a entender melhor esse procedimento: no caso do México, havia várias rodadas (2005, 2006 2007) onde cada uma delas perguntava ao entrevistado o que ele fez nas últimas eleições nacionais. Todas as três rodas se referem à mesma eleição nacional, a de 2004, portanto, foi deixada apenas a rodada que

⁸¹ <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>.

⁸² Para identificar as eleições de referência, foram analisados todos os questionários, rodada a rodada e país por país.

estava mais próxima da eleição de referência, que é a rodada de 2005, o restante foi excluído. Assim foi feito com todos os países, sempre preservando a rodada mais próxima da eleição de referência⁸³. Outra exclusão diz respeito aos países que não adotam o sistema presidencialista, foco desse estudo, ou que não fazem parte da América Latina: Jamaica, Guiana, Belize, Estados Unidos, Canadá e Haiti. A exclusão deste último se deu pela ausência de dados em nível macro. Após todas as exclusões descritas acima, restou uma base final com 57.000 casos, referentes a 38 eleições de 18 países, conforme descrição na tabela abaixo.

⁸³ Para identificação das eleições de referência, foram consultados todos os questionários.

Tabela 2: Países, rodadas do LAPOP e eleição de referência

<i>País</i>	<i>LAPOP - Ano da Rodada</i>	<i>Eleição de Referência das Sondagens</i>
México	2004 e 2008	2000 e 2006
Guatemala	2004, 2008, 2012	2003, 2007, 2011
El Salvador	2004, 2010	2004 e 2009
Honduras	2004, 2006, 2010	2001, 2005, 2009
Nicarágua	2004, 2008, 2012	2001, 2006, 2011
Costa Rica	2004, 2008, 2012	2002, 2006, 2010
Panamá	2006, 2010	2004 2009
Colômbia	2004, 2008, 2012	2002, 2006, 2010
Equador	2004, 2008, 2010	2002, 2006, 2009
Bolívia	2006	2005
Peru	2006,2012	2006, 2011
Paraguai	2006, 2010	2003, 2008
Chile	2006	2005/6
Uruguai	2006, 2010	2004, 2009
Brasil	2006, 2012	2006, 2010
Venezuela	2008	2006
Argentina	2008	2007
República Dominicana	2006, 2010	2004, 2008

Fonte: El Barómetro de las Américas por el Proyecto de Opinión Pública de América Latina (LAPOP), www.LapopSurveys.org. Elaboração do autor.

A base de nível macro foi construída a partir de dados oriundos de diversas fontes. De fontes bibliográficas, literatura historiográfica, buscou-se as idades dos regimes democráticos, a contar da sua última experiência autoritária. Os resultados eleitorais, que permitiram estabelecer quais eleições foram apertadas, foram coletados junto ao *Political Database of the Americas* da Georgetown University. Dados populacionais, econômicos e acerca das liberdades foram extraídos do

Database do World Bank. Informações sobre os sistemas eleitorais foram buscados no *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*. Já os dados sobre número de partidos são oriundos do site sobre sistemas eleitorais hospedados no domínio do *Department of Political Science - Trinity College Dublin*. Assim, a base final que foi utilizada para rodar os modelos multinível contém as informações acima descritas para aqueles países envolvidos no estudo.

2.3.2 – Da variável critério aos modelos de análises

Apresentadas as hipóteses, a forma de operacionalizá-las e as fontes dos dados, passa-se à variável critério, sendo ela uma binarização da variável bruta “Votou nas últimas eleições?” (*¿Votó usted en las últimas elecciones presidenciales de (año última elección presidencial)? – 1 Sí Voto ou 2 No Votó*) que resultou nos seguintes valores: 1- Não votou e 0 – Votou. Na tabela abaixo, seguem os percentuais de abstenções em cada uma das rodadas/eleições em estudo⁸⁴. Nos países que adotam dois turnos para definir as eleições nacionais para o Executivo, o turno de referência é o primeiro.

⁸⁴ No software HLM 6.08, quando a variável critério é binária, opta-se, quando da sua definição, pelo tipo de variável com distribuição de Bernoulli.

Tabela 3: Percentual de Abstenção nas Eleições Latino-Americanas

País	LAPOP	Eleição de Referência	% Abstenção
México	2004	2000	24%
México	2008	2006	25%
Guatemala	2004	2003	35%
Guatemala	2008	2007	27%
Guatemala	2012	2011	21%
El Salvador	2004	2004	24%
El Salvador	2010	2009	21%
Honduras	2004	2001	27%
Honduras	2006	2005	17%
Honduras	2010	2009	39%
Nicarágua	2004	2001	25%
Nicarágua	2008	2006	28%
Nicarágua	2012	2011	20%
Costa Rica	2004	2002	26%
Costa Rica	2008	2006	33%
Costa Rica	2012	2010	34%
Panamá	2006	2004	21%
Panamá	2010	2009	18%
Colômbia	2004	2002	33%
Colômbia	2008	2006	35%
Colômbia	2012	2010	36%
Equador	2004	2002	13%
Equador	2008	2006	10%
Equador	2010	2009	8%
Bolívia	2006	2005	9%
Peru	2006	2006	8%

Continuação.....			
Peru	2012	2011	9%
País	LAPOP	Eleição de Referência	% Abstenção
Paraguai	2006	2003	32%
Paraguai	2010	2008	33%
Chile	2006	2005/6	29%
Uruguai	2006	2004	11%
Uruguai	2010	2009	7%
Brasil	2006	2006	16%
Brasil	2012	2010	11%
Venezuela	2008	2006	18%
Argentina	2008	2007	22%
República Dominicana	2006	2004	20%
República Dominicana	2010	2008	24%

Fonte: El Barómetro de las Américas por el Proyecto de Opinión Pública de América Latina (LAPOP), www.LapopSurveys.org. Elaboração do autor.

O caminho adotado para testar as hipóteses deve ter no horizonte as exigências impostas pelo modelo, porém sem perder de vista os aspectos teóricos coletados junto à revisão. Assim, optou-se por construir modelos que testem um conjunto de hipóteses que foram reunidas e classificadas conforme as similaridades possíveis (ver tabela abaixo). No modelo, além das variáveis referentes às hipóteses em teste, estão inseridas outras que visam controlar os efeitos destas. Estas foram escolhidas com base na recorrência com que aparecem na literatura: macro (Voto Obrigatório – PIB *per capita* – Qualidade da Democracia⁸⁵)

⁸⁵ Lembrando que Qualidade da Democracia é uma variável escalar que reúne informações de tempo de vida dos regimes democráticos e garantias da liberdade, sendo que quanto maior o valor, melhor é o país nesses quesitos.

e micro (Confiança nas Eleições – IP – Interesse por Política – Escolaridade⁸⁶ – Ser Jovem)

Quadro 3: Classificação das Variáveis

Nível	Categoria	Variáveis
Macro	Institucionais	Representação Proporcional de Lista Aberta - Legislativo Bicameral - 2 Turnos Executivo - N° efetivo de partidos - Voto Obrigatório.
	Conjunturais	Idade da Democracia - Eleições Apertadas - PIB <i>per capita</i> - População Urbana - <i>Voice & Accountability</i> .
Micro	Status Socioeconômico SES	Ser Jovem - Escolaridade - Baixa Renda Familiar - Ser Casado - Religiosidade - Trabalho - Ser Servidor Público.
	Atitudinais e Comportamentais	Interesse por Política - Política no Cotidiano - Exposição à Corrupção - Índice de Confiança Institucional - Confiança nas Eleições - Distanciamento dos Governantes - Índice de Informação - Identificação Partidária/IP.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Os modelos, um total de seis, conforme a figura abaixo, testaram as hipóteses a partir do princípio da parcimônia, variando de 9 a 12 variáveis por modelo, e da multifacetaldade do fenômeno, trazendo variáveis dos dois níveis, desde aspectos institucionais e conjunturais do macro, como atitudinal e socioeconômico do micro, com variações a depender das hipóteses em teste. Cada modelo foi precedido pela rodagem do modelo nulo que traz um valor importante, a variância, que permite quantificar o percentual de variação da variável critério, explicada pelas variáveis do nível macro. O cálculo para chegar a esse

⁸⁶ As variáveis escolaridade, interesse por política e simpatia partidária são importantes para os estudos de participação política e eleitoral. Dalton (2013) as utiliza para classificar os eleitores norte-americanos nos seus estudos sobre o apartidarismo americano.

valor, o qual é chamado de Coeficiente de Correlação Intraclasse (CCI) e acompanha cada modelo, é o seguinte, conforme Ribeiro, Borba e Silva (2015):

$$\rho = \frac{\tau_{00}}{\tau_{00} + \pi^2 / 3}$$

Onde o T_{00} é o valor da “Variance Component” contido no modelo nulo e o $\pi^2 / 3$ é um valor fixo, aproximadamente 3,29. O valor do CCI indicará a pertinência de se usar esse tipo de análise, caso o valor seja ínfimo, indica que as variáveis macro explicam pouco as variações das abstenções. Assim, os modelos construídos seguem as composições constantes na figura abaixo. Sendo um total de cinco modelos (Conjuntura, Institucional, Status Socioeconômico/Integração, Proximidade com a Política, Distanciamento da Política). Em cada um desses modelos estão identificadas quais hipóteses serão testadas e quais variáveis são de controle, para que não se obtenham estatísticas superestimadas, além de uma tabela síntese com as variáveis controle nos dois níveis, macro e micro.

Figura 4: Apresentação da Estrutura dos Modelos

Modelo da Conjuntura		Modelo Intitucional		Modelo SES Integração	
Controle	Voto Obrigatório	H5	Repres. Propor. Lista Aberta	Controle	Voto Obrigatório
H1	Qualidade da Democracia	H6	Leg. Bicameral	Controle	PIB per Capita
H2	Eleições Aparentadas	H7	2 Turnos Exec.	Controle	Qualidade da Democracia
H4	Pop Urbana	H8	Nº Efetivo Partidos	Controle	Confia Eleições
H3	PIB per Capita	H9	Voto Obrigatório	Controle	Confia Eleições
Controle	Confia Eleições	Controle	Qualidade da Democracia	Controle	Interesse Política
Controle	Identificação Partidária	Controle	PIB per Capita	H10	Ser Jovem
Controle	Interesse Política	Controle	Confia Eleições	H11	Escolaridade
Controle	Escolaridade	Controle	Identificação Partidária	H12	Baixa Renda
Controle	Ser Jovem	Controle	Interesse Política	H13	Religiosidade
		Controle	Escolaridade		Trabalha
		Controle	Ser Jovem		

Modelo Proximidade Política		Modelo do Distanciamento da Política	
Controle	Voto Obrigatório	Controle	Voto Obrigatório
Controle	PIB per Capita	Controle	PIB per Capita
Controle	Qualidade da Democracia	Controle	Qualidade da Democracia
H14	Engajamento Eleitoral	Controle	Exposição à Corrupção
	Interesse Política	H15	Distanciamento dos Governantes
H17	Política no Cotidiano		Confiança nas Eleições
H18	Ind. Informação Pol	H16	Ind. Confiança Institucional
Controle	Identificação Partidária	Controle	Escolaridade
Controle	Escolaridade	Controle	Ser Jovem
Controle	Ser Jovem		

Variáveis Controle	
Macro	Voto Obrigatório
	PIB per Capita
	Qualidade da Democracia
	Confia Eleições
Micro	Identificação Partidária
	Interesse Política
	Escolaridade
	Ser Jovem

Fonte: Elaboração do autor.

2.4 – ANÁLISES DOS DADOS:

Levando em consideração que são vários modelos e que algumas variáveis, além de integrarem o modelo voltado ao teste da hipótese a qual operacionalizam, também estão presentes em outros modelos na condição de variáveis de controle, procederá da seguinte forma: 1) em cada modelo serão analisadas apenas as variáveis das hipóteses que estão em teste; e 2) caso alguma variável/hipótese apareça em outros modelos como controle, ao analisá-las enquanto hipóteses, serão analisadas também os seus efeitos como controle.

2.4.1 – O modelo da conjuntura:

As variáveis que compõem este modelo são voltadas ao teste dos efeitos da conjuntura, ou pelo menos alguns aspectos quantificáveis desta, na ocorrência das abstenções, são elas: Qualidade da Democracia, Eleições Apertadas, PIB *per capita* (Mil US\$) e População Urbana.

#H1: A qualidade do regime democrático contribui para taxas de abstenções eleitorais mais robustas. Regimes democráticos mais longevos e com maior garantia das liberdades observam maiores níveis de abstenções.

Com significância assegurada, a qualidade do regime atendeu às expectativas teóricas, impactando positivamente nas chances de um eleitor latino se abster, na ordem de 1,5% a cada aumento na escala de qualidade do regime. Ela integrou os outros quatro modelos na condição de variável controle. Em todos atingiu significância e os efeitos no incremento das chances de abstenção foram os seguintes: Modelo Institucional -o aumento nas chances de se abster foi de 1,7%; o Status Socioeconômico foi de 1,5%; a Proximidade da Política foi 1%; e o Distanciamento também foi de 1%.

#H2: Eleições com disputas apertadas são marcadas por menor incidência de abstenções.

A variável passou pelo crivo da significância e o fato de ser uma eleição apertada traz uma redução na probabilidade do eleitor se abster na magnitude de 37%, estando de acordo com a teoria.

#H3: A saúde da economia impacta nas eleições. Países cujas eleições ocorrem em meio a um período de estabilidade e crescimento econômico tendem a observar um incremento nas abstenções.

Garantida a significância para esta variável, a cada aumento de mil dólares na renda *per capita*, há uma redução nas chances do eleitor se abster de 10%. Como variável controle, o PIB integrou os outros quatro modelos, em três deles foi significativa e os efeitos na redução das chances de abstenções foram os seguintes: no Modelo Institucional a redução foi de 17%; no Status Socioeconômico, redução de 21%; e no Distanciamento a redução foi de 24%.

#H4: Países que registram maior concentração de população nas áreas urbanas são menos sujeitos às abstenções.

Esta variável não passou pela significância, impossibilitando maiores conclusões acerca do seu efeito nas abstenções.

Tabela 4: Modelo Multinível 1 – Da Conjuntura

Variáveis	Coefficiente	Razão de Chance (%)
<i>Macro</i>		
Voto Obrigatório	-0.420738**	-34%
Qualidade da Democracia	0.015261*	1,5%
Eleições Apertadas	-0.459124**	-37%
Pop. Urbana	-0.013744	-----
PIB <i>per capita</i>	-0.105675**	-10%
<i>Micro</i>		
Confiança nas Eleições	-0.039803*	-4%
Id. Partidária	-0.724973*	-52%
Interesse em Política	-0.136895*	-13%
Escolaridade	-0.064731*	-6%
Ser Jovem	1.238257*	245%
<i>Constante</i>	<i>-1.109083</i>	
N Macro	38	
N Micro	57.000	
CCI	10%	

*Sig. <= a 1%

**Sig. > que 1% a 5%

Fonte: Bethell (2001), D'Araújo e Castro (2000), Georgetown University, World Bank, IDEA, Trinity College Dublin, LAPOP (2004-2012), elaboração do autor.

2.4.2 – O modelo institucional

Este modelo é voltado ao teste das hipóteses de caráter institucional que produzem efeitos nas abstenções, conforme os apontamentos teóricos. São elas: Representação Proporcional de Lista

Aberta, Legislativo Bicameral, 2 Turnos para o Executivo, Voto Obrigatório e Número Efetivo de Partidos⁸⁷.

#H5: Democracias que adotam o Sistema Proporcional de Lista Aberta nas eleições legislativas nacionais estimulam o comparecimento eleitoral, estando menos sujeitas a elevados níveis de abstenções.

Com a significância atestada, essa variável trouxe um resultado contrário ao que a hipótese previa. Segundo os dados, a existência de representação proporcional de lista aberta aumenta a chance do eleitor se abster na ordem de 200%.

#H6: Países com Legislativos Nacionais estruturados em duas casas (em geral Senado e Câmara) estão mais propensos a elevados níveis de abstenções.

Com estatística significativa, a existência de Legislativo Bicameral aumenta as chances do eleitor se abster na ordem de 100%.

#H7: Democracias presidencialistas que definem, através de dois turnos, o ocupante do executivo nacional, estão mais sujeitas a elevados níveis de abstenções.

Atendendo às exigências de significância, esta variável também apresentou um resultado contrário ao esperado. A existência de dois turnos para a definição do(a) ocupante do executivo nacional aumenta a probabilidade do eleitor comparecer, portanto, diminui as chances de abstenções em 64%.

#H8: Regimes democráticos com sistemas partidários fragmentados estão mais propensos ao comportamento absenteísta.

Esta variável não passou pelo crivo do teste de significância.

#H9: O Voto Obrigatório é uma instituição que contribui com a afluência às urnas, diminuindo o volume das abstenções.

Com a significância assegurada, a existência da obrigatoriedade do voto implica em diminuição nas chances do eleitor se abster na magnitude de 59%. O voto obrigatório integrou outros quatro modelos como variável de controle; em dois deles foi significativa o efeito no sentido da redução

⁸⁷ O Número Efetivo de Partidos integra o Modelo Institucional por julgar que o valor que o índice atingir é resultado de incentivos ou constrangimentos que as regras do jogo proporcionam.

das chances do eleitor se abster: no modelo da Conjuntura essa diminuição é de 34% e na Proximidade com a Política, de 49%. Adicionalmente, rodando uma frequência simples da variável Abstenção/Comparecimento, porém, dividindo os países em dois grupos (com voto obrigatório/sem voto obrigatório), constata-se que nos países onde vigora a obrigatoriedade, o comparecimento é 7 pontos percentuais maior que nos países de voto facultativo, sendo essa diferença significativa, conforme os valores residuais e o teste de associação qui-quadrado.

Tabela 5: Modelo Multinível 2 – Institucional

Variáveis	Coefficiente	Razão de Chance (%)
<i>Macro</i>		
Rep. Prop. Lista (aberta)	1.100808*	200%
Leg. Bicameral	0.694751*	100%
2 Turnos Executivo	-1.031220*	-64%
Voto Obrigatório	-0.898642*	-59%
Nº efetivo de partidos	0.041846	-----
Qualidade da Democracia	0.016908*	1,7%
PIB <i>per capita</i>	-0.184791*	-17%
<i>Micro</i>		
Confiança nas Eleições	-0.042231*	-4%
Id. Partidária	-0.720753*	-51%
Interesse em Política	-0.133775*	-13%
Escolaridade	-0.067290*	-7%
Ser Jovem	1.222144*	239%
Constante	-2.452851	
N Macro	37	
N Micro	57.000	
CCI	10%	

*Sig. <= a 1%

**Sig. > que 1% a 5%

Fonte: Georgetown University, World Bank, IDEA, Trinity College Dublin, LAPOP (2004-2012), elaboração do autor.

2.4.3 – O modelo SES/integração

Este modelo é voltado ao teste das hipóteses relacionadas ao status socioeconômico e à integração dos eleitores à estrutura social: Escolaridade, Ser Jovem, Casado, Religiosidade, Baixa Renda e Integração ao Mercado de Trabalho.

#H10: *Eleitores jovens possuem maiores probabilidades de se absterem do que seus pares adultos.*

Apresentando nível de significância satisfatório, ser jovem implica no aumento da razão de chance de se abster em 156%. Essa variável esteve presente em outros quatro modelos como controle. Em todos, foi significativa e com efeitos no sentido de aumentar as chances do eleitor se abster: no Modelo da Conjuntura, foi de 245%; no Institucional, foi de 239%; na Proximidade com a Política, foi de 277%; e no Distanciamento, foi de 232%.

#H11: *Eleitores de maior escolaridade se abstêm menos que os de menor escolaridade.*

Com o teste de significância assegurado, cada aumento no nível de escolaridade implica em redução nas chances dos eleitores se absterem na ordem de 6%. Esta variável esteve presente em outros quatro modelos como controle. Em todos os modelos foi significativa e com efeitos redutores das chances de abstenção: no Modelo da Conjuntura, foi de 6%; no Institucional, de 7%; na Proximidade com a Política, foi de 5%; e no Distanciamento, foi de 7%.

#H12: *Apesar de a renda não ter uma relação linear com a participação eleitoral, eleitores de baixa renda familiar são mais propensos a se absterem.*

A variável foi significativa. Ser de baixa renda implica em uma redução nas chances de se abster na ordem de 13%. Como pode ser observado, esse resultado é contrário às expectativas teóricas expressas na hipótese.

#H13: *Eleitores integrados socialmente são menos sujeitos a se absterem nos pleitos eleitorais.*

As variáveis que operacionalizam esta hipótese são: Casado, Religiosidade e Integrado ao Mercado de Trabalho. Todas apresentaram significância.

- a) Ser casado implica na redução das chances de se abster em 34%;
- b) Cada acréscimo no nível de religiosidade implica na redução das chances de se abster em 8% para cada acréscimo;
- c) Estar trabalhando reduz a chance de abstenção na ordem de 36%.

Tabela 6: Modelo Multinível 3 – SES/Integração

Variáveis	Coefficiente	Razão de Chance (%)
<i>Macro</i>		
Voto Obrigatório	-0.240275	-----
PIB <i>per capita</i>	0.015862*	-21%
Qualidade da Democracia	-0.233939*	1,5%
<i>Micro</i>		
Confiança nas Eleições	-0.045796*	-4,5%
Id. Partidária	-0.769104*	-54%
Interesse em Política	-0.162175*	-15%
Escolaridade	-0.060302*	-6%
Ser Jovem	0.940550*	156%
Casado	-0.409923*	-34%
Religiosidade	-0.087032*	-8%
Baixa Renda	-0.133678*	-13%
Trabalho	-0.444115*	-36%
Constante	-1.773598	
N Macro	38	
N Micro	57.000	
CCI	10%	

*Sig. <= a 1%

**Sig. > que 1% a 5%

Fonte: Georgetown University, World Bank, IDEA, Trinity College Dublin, LAPOP (2004-2012), elaboração do autor.

2.4.4 – O modelo da proximidade com a política:

Este modelo testa as hipóteses relacionadas à proximidade do eleitor com a política e os efeitos dessa proximidade na participação eleitoral. As variáveis mobilizadas foram: Índice de Informação, Identificação Partidária, Engajamento Eleitoral, Interesse por Política e Política no Cotidiano.

#H14: Eleitores mais próximos do mundo político possuem reduzidas possibilidades de se absterem nas eleições.

São três variáveis que operacionalizam essa hipótese:

- a) Interesse por Política: neste modelo específico, não se atingiu a significância. Porém, nos outros três modelos, onde integrou como variável controle, foi significativa e seu efeito foi no sentido de reduzir as chances do eleitor se abster das eleições: no Modelo da Conjuntura, essa redução é de 13% para cada aumento na escala de interesse; no Institucional, é de 12%; e no Status Socioeconômico, é de 15%.
- b) Política no Cotidiano: com significância garantida, o eleitor que discute política no cotidiano tem chances reduzidas de se abster, na ordem de 12% menos chances para cada elevação na escala.
- c) Engajamento Eleitoral: com significância, o eleitor que se engajou nas eleições, procurando convencer alguém a votar em seu candidato, tem menores chances de se abster, na ordem de 8%.

Dessa forma, os eleitores próximos da política estão menos propensos a se absterem nos pleitos eleitorais.

#H17: Eleitores com alto nível de informação são menos propensos a se absterem.

A variável apresentou significância e, a cada aumento no nível de informação, há uma redução na probabilidade do eleitor se abster em 3%.

#H18: Eleitores que cultivam sentimento de identificação partidária estão menos sujeitos a se absterem.

A variável apresentou estatística significante. Ter identificação com algum partido político reduz em 48% as chances do eleitor se abster. Essa variável integrou outros três modelos como controle, e em todos foi significativa e os efeitos foram de reduzir as chances do eleitor se abster: no Modelo da Conjuntura, essa redução foi de 52%; no Institucional, foi de 51%; e no Status Socioeconômico, foi de 54%.

Tabela 7: Modelo Multinível 4 – Da Proximidade com a Política

Variáveis	Coefficiente	Razão de Chance (%)
<i>Macro</i>		
Voto Obrigatório	-0.672757*	-49%
PIB <i>per capita</i>	0.028358	-----
Qualidade da Democracia	0.006563**	1%
<i>Micro</i>		
Índice de Informação	-0.028672*	-3%
Id. Partidária	-0.661608*	-48%
Engaja. Eleitoral	-0.081312**	-8%
Interesse em Política	-0.057473	-----
Política no Cotidiano	-0.132298*	-12%
Escolaridade	-0.049223*	-5%
Ser Jovem	1.327411*	277%
Constante	-1.860808	
N Macro	38	
N Micro	57.000	
CCI	10%	

*Sig. <= a 1%

**Sig. > que 1% a 5%

Fonte: Georgetown University, World Bank, IDEA, Trinity College Dublin, LAPOP (2004-2012), elaboração do autor.

2.4.5 – O modelo do distanciamento:

Esse modelo visa testar as hipóteses acerca do relacionamento que o eleitor possui com as instituições políticas, governantes e com o *modus operandi* da coisa pública. As variáveis utilizadas foram: Distanciamento dos Governantes, Exposição à Corrupção, Confiança nas Eleições e Índice de Confiança Institucional.

#H15: Eleitores mais expostos às práticas de corrupção são mais propensos à abstenção.

A variável extrapolou o intervalo de significância tolerável, impossibilitando qualquer conclusão acerca de seu efeito.

#H16: Eleitores que desconfiam das instituições democráticas, do processo eleitoral e dos governantes, estão mais sujeitos a adotarem um comportamento absenteísta.

São três variáveis que operacionalizam esta hipótese:

- a) Índice de Confiança Institucional: não atendeu ao teste de significância estatística;
- b) Confiança nas Eleições: dentro do intervalo de significância, eleitores que confiam na integridade do processo eleitoral estão mais propensos a não se absterem, reduzindo as chances de abstenção a uma magnitude de 6%;
- c) Distanciamento dos Governantes: não foi significativa.

Tabela 8: Modelo Multinível 5 – Do Distanciamento

Variáveis	Coefficiente	Razão de Chance (%)
<i>Macro</i>		
Voto Obrigatório	-0.089560	-----
PIB <i>per capita</i>	-0.271959*	-24%
Qualidade da Democracia	0.011110*	1%
<i>Micro</i>		
Distan. dos Governantes	0.019175	-----
Exposição à Corrupção	-0.160495	-----
Confiança nas Eleições	-0.064228*	-6%
Índice Confi. Instituc.	-0.003534	-----
Escolaridade	-0.067338*	-7%
Ser Jovem	1.199554*	232
Constante	-1.165367	
N Macro	38	
N Micro	57.000	
CCI	10,0%	

*Sig. <= a 1%

**Sig. > que 1% a 5%

Fonte: Georgetown University, World Bank, IDEA, Trinity College Dublin, LAPOP (2004-2012), elaboração do autor.

2.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A literatura especializada aponta inúmeras causas das abstenções. De todas elas, algumas foram selecionadas, transformadas em hipóteses, operacionalizadas e testadas, obtendo três resultados: validação, refutação ou sem significância, não permitindo tecer conclusões acerca dos efeitos. Das hipóteses macro conjunturais, duas foram validadas (Qualidade da Democracia e Eleições Apertadas); uma refutada (PIB *per capita*); e uma não alcançou nível de significância exigido. A qualidade da democracia é uma variável que sistematiza duas informações (o tempo de vida do regime e as garantias das liberdades), e quanto maior o seu valor para um país, maior é a qualidade de seu regime, pelo menos nos quesitos quantificados. A validação da hipótese se coaduna com as expectativas teóricas que apontam que regimes estáveis convivem com níveis consideráveis de abstenções, sem que elas comprometam o sistema democrático que está em vigor. Tem-se, por um lado, a validação da tese do arrefecimento da participação eleitoral de O'Donnell e Schmitter (1986) que indica a tendência de que, com o passar dos anos, o comparecimento eleitoral em uma democracia decline, quando comparado às eleições inaugurais do mesmo regime. Por outro lado, aponta a validade da associação entre plenas liberdades e altas taxas de abstenções, já que as garantias dessas liberdades conferem legitimidade ao comportamento absenteísta e asseguram que, qualquer que seja o resultado de uma eleição, por ser um valor inviolável, as liberdades estão garantidas. Ou seja, certo nível de absenteísmo não fere a legitimidade democrática, sendo inclusive desejável como critério de estabilidade. A hipótese das eleições apertadas também se confirmou, sendo um forte atrativo ao comparecimento. Tem-se diversos aspectos na órbita dessa hipótese que devem ser considerados: a) o resultado apertado é apenas o desfecho de uma disputa acirrada ao longo da campanha e que, devido a isso, ativou o interesse de um número maior de eleitores; b) esse acirramento e o aumento do interesse deixa a campanha mais viva no cotidiano dos eleitores, levando-os a conversar mais sobre o assunto; c) toda essa situação que se constrói incentiva o comparecimento dos eleitores no dia da votação e, por consequência direta, uma redução nas taxas de abstenções. Já o PIB *per capita* em milhares de dólares foi refutada, apresentando efeito contrário ao esperado, de um incremento nas abstenções. Apesar de contradizer o que foi apontado por Ribeiro, Borba e Silva (2015), o resultado não é totalmente estranho à literatura,

principalmente a vinculada ao voto econômico. Segundo esse debate, o voto no atual mandatário, em uma situação de reeleição, em seu sucessor ou candidatos ao legislativo de seu partido, é função da saúde da economia. Estando bem, os eleitores sentem-se motivados a comparecer e a votar nos candidatos que fazem parte do grupo político que está no poder, caso contrário, os beneficiários são da oposição. Assim, pode-se sugerir que, em uma situação inédita, como a vivenciada pela América Latina na primeira década do atual milênio, onde se observou persistente crescimento econômico dos países em geral, os eleitores estejam motivados a contribuir, através da participação eleitoral, para a manutenção desse quadro de crescimento econômico, afastando os riscos de retrocessos.

Quanto às hipóteses macro institucionais, duas foram refutadas (Representação Proporcional de Lista Aberta e Dois Turnos para o Executivo); duas foram validadas (Legislativo Bicameral e Voto Obrigatório); e uma não obteve significância (Número Efetivo de Partidos). Em relação à Representação Proporcional, mesmo que a hipótese apresente um sentido quanto ao efeito deste tipo de representação, reduzindo as abstenções, do ponto de vista da literatura, não há clareza e consenso sobre isso. Conforme expuseram Blais e Aarts (2006), existem evidências que sustentam a plausibilidade da hipótese, porém há controvérsia na literatura. Eles apontam que em democracias industriais desenvolvidas, observa-se um incremento no comparecimento diante da presença do sistema proporcional, porém, quando transposta para outros contextos, como o latino-americano, isso não se verifica na mesma magnitude. Assim, no que toca esta hipótese, vale a ressalva dos autores, de que é necessário lançar mais luz à relação entre Representação Proporcional e abstenção, considerando principalmente contextos distintos. Outra hipótese refutada foi a da existência de dois turnos para o executivo. A expectativa estava no fato de que a presença de dois turnos implicasse em aumento das abstenções. Uma possível explicação para esse resultado pode ser encontrada no cruzamento da existência de dois turnos com a variável conjuntural sobre a ocorrência de eleições apertadas. Dos oito casos com eleições apertadas, seis estão em países com dois turnos para o executivo, induzindo à conclusão de que todo o processo eleitoral neles, desde a formação das chapas, foi marcado por um clima de indefinição, trazendo mais incentivos ao comparecimento eleitoral. Porém, essa explicação não é totalmente satisfatória pelo fato de que algumas rodadas em alguns países distam e até precedem as eleições,

mas não deixa de ser um encaminhamento plausível. A existência de duas casas no legislativo incentiva a abstenção e implica em mais escolhas e mais custo para a efetivação da participação. Se na literatura que discute os freios e contrapesos para o exercício do poder, onde o senado assume importância como casa moderadora no interior do legislativo, para o eleitor médio, essa importância pode não ser clara e produz custo adicional. Quanto ao voto obrigatório, dispensa-se muito comentário sobre o efeito dessa obrigatoriedade na redução das abstenções. Mesmo que haja diferenças entre os países que adotam a obrigatoriedade, de alguma forma ela incentiva, em diferentes graus, o comparecimento. Birch (2009) apontou que os efeitos no comparecimento são maiores quando a obrigatoriedade é acompanhada de sanções para aqueles que se ausentarem. Conforme Santos (1987) e Power (2009), a obrigatoriedade, mesmo em países que adotam sanções como o Brasil, produz níveis distintos de comparecimento a depender da região, seu efeito não é homogêneo em todo o eleitorado.

Em relação às hipóteses do status socioeconômico-integração, apenas a Baixa Renda Familiar foi refutada, as restantes (Ser Jovem, Escolaridade, Casado, Religiosidade e Integrado ao Mercado de Trabalho) foram validadas. No caso da Baixa Renda, uma possível explicação para o efeito contrário está, também, no debate sobre voto econômico, especificamente nos achados de Veiga (2013). Ao estudar o voto econômico na América Latina, em um contexto de crescimento econômico e redução da pobreza, a autora mostrou que algumas variáveis macroeconômicas perderam força explicativa⁸⁸ e outras ganharam importância, como é o caso dos investimentos sociais que contribuíram fortemente para a redução da extrema pobreza no continente. Assim, pode-se inferir que, ao terem presenciado o papel positivo do Estado, via políticas sociais, na melhoria das suas condições de bem-estar, eleitores de baixa renda passaram a se sentir incentivados a participar das eleições, comparecendo mais às urnas, sob o risco de verem os ganhos obtidos até o momento retrocederem. Quanto aos eleitores jovens, assim como acontece em democracias consolidadas, os jovens latinos estão se afastando dos repertórios de participação política convencional, como o

⁸⁸ Singer (2011) apontou que as variáveis econômicas oscilam em importância explicativa da direção do voto ao longo do tempo, conforme as experiências econômicas vividas pelos contextos em que os eleitores estão inseridos. A inflação, grande vilã do consumidor latino, foi apontada como um bom preditor do voto.

voto. A escolaridade se mostrou um excelente preditor, assim como ocorre em diversos estudos sobre participação política, sendo um recurso individual importantíssimo para o exercício deste tipo de participação. Ela é uma variável que capta e quantifica aspectos da estrutura social que desaguam em indicadores como o acesso a níveis elevados de instrução. Assim, eleitores oriundos de níveis inferiores da estrutura social tendem a apresentar níveis mais baixos de educação. O mesmo ocorre com o oposto: os eleitores oriundos dos níveis superiores da estrutura social apresentam níveis de escolaridade mais elevados. Ou seja, é a ideia de que algumas variáveis do *status* socioeconômicos são excelentes *proxys* da estrutura social. As três variáveis que indicam integração do indivíduo ao contexto social atenderam às expectativas teóricas expressas na hipótese e foram validadas. Essas variáveis conseguem quantificar aspectos relacionados à integração dos eleitores à estrutura social e, quanto mais integrados, mais sujeitos às influências estão e mais propensos a não se abster ficam.

Em relação à proximidade com a política, todas as hipóteses foram validadas. O eleitor que se interessa por política, que discute assuntos políticos no cotidiano e que, nas eleições, procura convencer outros eleitores a votarem em seu candidato ou convence acerca das suas posições, tende a não se abster. Além disso, eleitores bem informados e que se simpatizam com algum partido também se abstêm menos. Esses resultados são indicativos claros de que a abstenção está associada à exclusão e autoexclusão política de segmentos do eleitorado. Esse tipo de exclusão pode estar associado a outros tipos de desposseções, principalmente a material, que refletem um quadro mais complexo de exclusão. Porém, diante do propósito da pesquisa, não é possível se aprofundar e verificar a validade ou não dessa afirmação. Mas, no âmbito geral das democracias, avançadas ou não, os eleitores que mais se abstêm, ocupam posições inferiores na estrutura social.

Por fim, no Modelo do Distanciamento, as conclusões ficam limitadas devido ao quadro geral de ausência de significância das variáveis que dão concretude às hipóteses. A única variável que apresentou significância foi a que expressa confiança do eleitor nas lisuras do processo eleitoral que compõe a hipótese acerca das desconfianças dos eleitores quanto às instituições democráticas, ao processo eleitoral e aos governantes. Assim, confiar na integridade eleitoral torna o eleitor mais propenso a não se abster. De forma geral, esse modelo e o anterior atestam a importância das variáveis que expressam a forma como os eleitores

concebem o mundo político e como se relacionam com ele. Assim, foca-se nas atitudes, nos valores como preditores por excelência do comportamento eleitoral, conforme o preconizado pelo Modelo Psicossociológico do Comportamento Eleitoral.

Quadro 4: Síntese com os resultados dos testes de hipóteses.

Hipótese	Variáveis	Resultado dos Testes
H1	Qualidade da Democracia	Validou
H2	Eleições Apertadas	Validou
H3	PIB per capita	Refutou
H4	População Urbana	Sem Significância
H5	Representação Proporcional de Lista Aberta	Refutou
H6	Legislativo Bicameral	Validou
H7	2 Turnos para Executivo	Refutou
H8	Nº efetivo de partidos na arena eleitoral	Sem Significância
H9	Voto Obrigatório	Validou
H10	Ser jovem (até 29 anos)	Validou
H11	Escolaridade (anos de estudos concluídos)	Validou
H12	Baixa Renda Familiar (até US\$ 50 mensais)	Refutou
H13	Ser Casado	Validou
	Religiosidade	Validou
	Trabalha	Validou
H14	Interesse por Política	Validou
	Política no Cotidiano	Validou
	Engajamento Eleitoral	Validou
H15	Exposição à Corrupção	Sem Significância
H16	Índice de Confiança Institucional	Sem Significância
	Confiança nas eleições	Validou
	Distanciamento dos Governantes	Sem Significância
H17	Índice de Informação	Validou
H18	Identificação Partidária - IP	Validou

PARTE 2: Alienação Eleitoral no Contexto Brasileiro.

3 - ALIENAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL

Esta segunda parte da tese é destinada exclusivamente ao estudo do caso brasileiro, porém, expandindo o escopo do comportamento dos eleitores, incorporando, além das abstenções, os votos brancos e nulos. Na literatura nacional, o comportamento eleitoral, manifesto através dessas três modalidades, ficou conhecido através do conceito de alienação eleitoral (SANTOS, 1987). A alienação seria a somatória dos três tipos de comportamento do eleitor em um único fenômeno. Porém, desde a sua difusão no meio acadêmico, estudiosos fizeram ressalvas, propuseram avanços metodológicos e interpretativos, colocando o fenômeno em outro patamar dentro do debate da literatura especializada, mesmo diante da pouca centralidade do tema. Dessa forma, antes da análise do fenômeno, serão resgatados alguns estudos que retratam o percurso do debate acadêmico sobre o assunto até os dias recentes.

3.1- A LITERATURA BRASILEIRA E A ALIENAÇÃO ELEITORAL

Os primeiros esforços de interpretação dos votos brancos e nulos remetem ao interregno democrático do pós-guerra (1945 – 1964). Essa teria sido a primeira grande experiência democrática vivida pelo Brasil até aquele momento. Mesmo que breve, o país presenciou partidos políticos nacionais⁸⁹; candidaturas monopolizadas por agremiações partidárias; ampla competição partidária para a ocupação de cargos eletivos; mais transparência nos processos eleitorais, levados a cabo por um órgão específico da Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral⁹⁰; inclusão

⁸⁹ Neste período o país vivenciou uma situação controversa em relação aos partidos políticos, especificamente o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Criado em 1922, o partido obteve o registro definitivo junto ao TSE em 1945. Nas eleições que ocorreu nesse mesmo ano, o partido obteve 9% dos votos para a Câmara Federal e 10% para a Presidência. Devido a um polêmico critério ideológico para registro dos partidos, contido na Constituição de 1946, na sessão do dia 7 de maio de 1947 o TSE cancelou o registro partidário dos comunistas. Com isso, catorze deputados federais e um senador perderam seus mandatos, Nicolau (2012).

⁹⁰ A criação da Justiça Eleitoral é anterior a esse período, remonta ao Pós-Revolução de 30 quando Vargas promulgou o Código Eleitoral de 1932. Esse código foi resultado dos trabalhos de uma comissão formada por Assis Brasil, João Cabral e Mário Pinto Serva.

crescente de eleitores⁹¹; eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados Federais, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores; eleições majoritárias para os executivos (federal, estaduais e municipais) e senadores⁹².

Esses estudos fazem parte de um conjunto mais amplo de investigações acerca desse período que, de forma geral, advogaram em favor da tese da desestruturação ou desagregação político-partidária⁹³. Essa tese foi mobilizada para explicar o acirramento da crise que resultou no golpe civil-militar de 1964, conforme apontaram Campello de Souza (1976) e Lavareda (1991). De forma mais geral, a conjuntura crítica da época, desenhada pelos catastrofistas, se caracterizou pela perda de espaço dos partidos conservadores; pelo conflito entre Congresso conservador e Executivo reformista; pela constante ampliação dos competidores nas arenas eleitorais; dispersão eleitoral; aumento das alianças e coligações; redução da coesão interna dos partidos e o aumento dos votos brancos e nulos⁹⁴.

Considerando os objetivos desse trabalho, importa o último aspecto do quadro geral da crise delineada acima: o aumento dos votos brancos e nulos como expressão do descontentamento dos eleitores com o sistema eleitoral. Em relação a esse aspecto, os trabalhos de Schwartzman (1971, 1975 e 1988⁹⁵)⁹⁶ sintetizam exemplarmente esse tipo

⁹¹ Apesar da expansão do eleitorado, os analfabetos ficaram excluídos do direito ao voto, ou seja, para o contexto da época, equivalia a excluir um grande contingente populacional. Segundo a tabela localizada na página 40 da obra de Santos (1987), a magnitude desse contingente, apesar de decrescente, era significativa: em 1945, os analfabetos eram 54% da população com idade igual ou superior a 5 anos de idade; em 1962, esse percentual caiu para 35,7%, mais de 1/3 da população. A emenda constitucional nº25/1985 excluiu os analfabetos da proibição de se alistarem e votarem e, na Constituição de 1988, esse direito foi efetivado, porém sem a obrigatoriedade do voto.

⁹² A Lei Agamenon de 45, a Constituição de 46 e o Código Eleitoral de 50 foram os principais marcos institucionais desse período democrático.

⁹³ São exemplos dessa literatura: Carvalho (1958), Peterson (1962) e Schwartzman (1971, 1975 e 1988).

⁹⁴ Campello de Souza (1976) e Lavareda (1991) adotaram uma postura mais prudente em relação às conclusões advindas dessa tese, assim, propuseram-se a testar empiricamente a validade das explicações.

⁹⁵ Originalmente publicada em 1982.

⁹⁶ Em relação ao tema do voto branco e nulo, a diferença entre o artigo de 1971 e o livro de 1982 é a amplitude das eleições abarcadas: no primeiro, vai até 1962;

de avaliação. De forma geral, ao estudar os votos brancos e nulos para a Presidência e Câmara Federal, o autor concluiu que as diferenças existentes entre os dois cargos, sendo os percentuais maiores nas eleições para o Legislativo, ocorreram, primeiramente, pelo fato de que a escolha do chefe do Executivo permite maior personalismo, incentivando a participação dos eleitores. Essa situação ocorreu também nas eleições para o Legislativo, porém, em proporções menores, quando comparados ao Executivo. Ele complementa afirmando que os votos brancos e nulos, [...] indicam realmente **falta de interesse e motivação para com o sistema eleitoral**, se assumimos que o sistema não é tão acima da compreensão do eleitor alfabetizado. O aumento de 3,2 a 21,1% é uma indicação global, mais importante, da **perda progressiva de correspondência entre o sistema político-partidário e os interesses e motivações dos eleitores** (SCHWARTZMAN, 1988, p. 146, grifo nosso)⁹⁷.

As primeiras críticas às explicações de Schwartzman, principalmente em relação à publicação de 1971, foram feitas por Campello de Souza (1976). A autora estudou o período de 1930 – 1964, destinando os últimos capítulos do livro para o período democrático em questão. Segundo a autora, Schwartzman sugeriu “[...] que os votos brancos e nulos nas eleições legislativas constituem manifestação de comportamento político, não anômico, mas moderno, de protesto mesmo [...]” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 161).

Segundo ela, a causa histórica desse processo de descontentamento, apontado por Simon, estaria na permanência de uma “[...] estrutura estatal centralizada, patrimonialista, a partir da qual o sistema político teria se estruturado muito mais em termos de cooptação do que de representação autônoma dos grupos e classes sociais [...]” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 161), coabitando com uma sociedade que se industrializou e urbanizou. Assim, Schwartzman (1971)

no último, o autor estende até 1970, já sob a égide do regime ditatorial, iniciado com o golpe civil-militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart.

⁹⁷ Nessa obra, o autor é mais comedido e só em uma nota de rodapé indicou que os votos brancos e nulos podem ser expressões de protestos, mas que, dadas as limitações dos dados, não é possível sustentar tal conclusão. Tal postura reflete a assimilação da crítica feita principalmente por Campello de Souza (1976) e que será vista mais à frente.

caiu no erro recorrente da falácia ecológica que consiste em inferir comportamento individual a partir de dados agregados: “[...] inferir motivações a partir de dados agregados é tarefa das mais espinhosas [...]” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 165). Acrescentou que “[...] a escassez de votos inválidos nos primeiros pleitos é, de certo modo, tão anormal quanto os 18% de 1962” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 168). Além disso,

[...] um modelo satisfatório deveria levar em conta a possibilidade de diversos componentes causais – descontentamento, inexperiência, desinteresse, etc. – sendo variável não somente o peso, como também o significado subjetivo de cada um em distintos contextos sociais ou regionais. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem tal exercício; mas por isso mesmo desaconselham as interpretações unívocas desse fenômeno [...] (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 168).

Mais tarde, Lavareda (1991) dedicou um capítulo de sua obra para discutir a tese da desestruturação do sistema (Capítulo 2 – Um sistema em desestruturação?). Ele analisou “[...] a hipótese de que o crescimento do percentual de votos nulos e brancos expressavam uma escalada no protesto popular contra o sistema político [...]” (p. 37), essencialmente extraída das obras de Schwartzman mencionadas acima. De antemão, o autor concorda com as colocações de Campello de Souza afirmando que, com as informações de que dispunha o autor, não era possível chegar a tal conclusão. Em relação aos menores percentuais de votos brancos e nulos registrados nas eleições de 1945, ele afirmou que, o fato de ser a primeira eleição em uma conjuntura de redemocratização, é de se esperar um incremento na participação efetiva dos eleitores. Vale registrar que foram onze anos sem eleições. A última havia ocorrido em 1934, quando, em 4 de outubro, os eleitores escolheram seus representantes para a Câmara Federal e as Assembleias Constituintes nos estados, que, posteriormente, de forma indireta, elegeram os governadores. Em novembro de 1937, Vargas instituiu o Estado Novo, suspendeu as eleições, extinguiu os partidos e dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores (NICOLAU, 2012)⁹⁸.

⁹⁸ Atentando-se ao contexto, as expectativas em relação a uma eleição livre ganham mais robustez, coadunando-se com a explicação de Lavareda. Vargas assumiu o governo provisório em 1930, convocou uma assembleia constituinte

Lavareda apresentou uma tabela com dados de votos brancos e nulos para o período de 45/62 para cargos eletivos nas três esferas da federação. Com isso, mostrou que outros cargos como os de vice-governador e vice-presidente, atingiram percentuais de votos brancos e nulos mais alarmantes que os mencionados por Simon para o pleito de 1962: 26,7% e 13,2%, respectivamente. Assim, Lavareda (1991) retomou as contribuições de Lima Júnior (1983) para afirmar que os diferentes percentuais de votos brancos e nulos podem estar vinculados ao “[...] grau de importância atribuído a cada categoria específica de escolha pelos eleitores [...]” (LAVAREDA, 1991, p. 40).

A maior ou menor centralidade dos cargos em disputa pode explicar em parte os votos brancos e nulos. Nas eleições de 1962, por exemplo, registrou-se 9,8% desses votos para os cargos de governador e 26,7% para os de vice-governador. Nas eleições de 1960, registraram-se 7,2% desses votos para o cargo de presidente e 13,2% para o de vice-presidente. Ressalta-se que a evolução dos votos brancos e nulos não foi linear ascendente: dos oito cargos apresentados por Lavareda, seis deles apresentaram quedas ao longo do percurso, seguido de crescimento, evidenciando, pelo menos, uma complexidade maior do fenômeno do que supunha a tese do protesto. Por fim, o autor afirma que Schwartzman não apresentou evidências que lhe autorizasse supor que a Câmara Federal fosse o fulcro do sistema político e, por isso, alvo de protestos mais intensos, já que registrou os maiores percentuais de brancos e nulos. Lavareda (1991) concluiu afirmando que os votos brancos e nulos para alguns cargos denotam “[...] antes a perda da visibilidade da importância relativa desses espaços institucionais do que uma rejeição ao sistema político como um todo ou ao sistema partidário em especial” (p. 164).

(1933-34) que, após a confecção da nova Constituição (1934), o elegeu, indiretamente, presidente, havendo também eleições regionais para as constituintes estaduais. Quando se avizinhava as eleições de 1938, as forças políticas foram se aglutinando em torno de alguns nomes, o membro do Partido Constitucionalista Armando de Sales Oliveira (representando a União Democrática Brasileira), governador de São Paulo, e autêntico representante dos que defendiam o constitucionalismo liberal no país. Outro nome foi o de José Américo de Almeida, tenentista que atuou na Revolução de 1930, e o integralista Plínio Salgado. Porém, o desfecho foi a instauração da Ditadura Vargas (Estado Novo) com o apoio do Exército, sob o comando de Góes Monteiro e Eurico Dutra. Para mais detalhes sobre esse contexto, consultar Skidmore (1982).

Com o golpe civil-militar de 1964, instalou o regime autoritário, marcado por arbitrariedades e casuísmos legais. Dentre esses vários casuísmos estão a implantação do bipartidarismo e, posteriormente, o retorno ao multipartidarismo em 1979. Depois do fracasso eleitoral dos candidatos alinhados aos militares nas eleições de 1965, precisamente 24 dias depois desse pleito, foi baixado o AI-2 que extinguiu os partidos remanescentes da democracia de 45/64. No mês seguinte ao Ato Institucional, o Presidente da República, General Castelo Branco, assinou um ato complementar normatizando a criação de novos partidos, sendo que os mesmos deveriam ser “[...] estruturados por membros do Congresso Nacional (com a adesão de 120 deputados federais e vinte senadores) até o dia 15 de março de 1966” (NICOLAU, 2012, p. 107). Ou seja, essa medida favoreceu a ala de apoio aos militares que fundaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), já a oposição, enfraquecida com a cassação de parlamentares e dos direitos políticos de muitas lideranças regionais, só conseguiu viabilizar o novo partido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no penúltimo dia do prazo limite para o registro.

Nessa nova conjuntura, poucos estudos se dedicaram a explicar o voto branco, nulo e até as abstenções, alguns fizeram breves menções, mas sem maiores implicações analíticas, como é o caso de Trindade (1975). Lamounier (1980), ao estudar o voto na cidade de São Paulo no período de 1970 – 1978, dedicou algumas páginas derradeiras à abordagem dos votos brancos e nulos. A proposta do autor foi de matizar a tese de que esses votos sejam expressões de protestos, sugerindo, “no mínimo, que os votos brancos e nulos não decorrem todos de uma mesma causa, que seria a insatisfação urbana” (LAMOUNIER, 1980, p. 71). Ao sobrepor os percentuais de votos brancos e nulos para o Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa (1970-74-78) ao mapa da cidade de São Paulo, dividido em áreas socioeconômicas homogêneas, o autor concluiu que “[...] a proporção de votos em brancos e nulos é, pois, inequivocamente maior nas áreas mais pobres” (LAMOUNIER, 1980, p. 72). O autor lança dúvidas sobre a tese do protesto, sugerindo que outros fatores atuam na ocorrência do fenômeno. Ele fez um alerta para o fato de que a ênfase exagerada nessa explicação pode obscurecer outras questões, como os impedimentos que o regime impôs à livre circulação de informações durante a campanha⁹⁹ e a dificuldade que parte da

⁹⁹ Fazendo clara alusão à Lei Falcão de 1976, outra lei casuística que visou dificultar a vida da oposição em eleições vindouras. Na avaliação de Lamounier,

população enfrenta no momento de efetivar suas escolhas na solidão da cabine eleitoral.

Um trabalho de grande relevância para a ciência política brasileira e que estudou o fenômeno das abstenções, votos brancos e nulos foi o de Wanderley Guilherme dos Santos (1987), *Crise e Castigos: Partidos e Gerais na Política Brasileira*. A ele atribui-se a disseminação do conceito de “alienação eleitoral”, central nesse trabalho, enquanto fenômeno que possui sua materialidade nas abstenções, votos brancos e nulos, juntos¹⁰⁰. O autor estudou as taxas de alienação eleitoral no período de 1945 a 1982: eleições presidenciais (1945-1960), para governadores (1947-1965) e para a Câmara Federal (1945-1982), totalizando 10 pleitos para a câmara baixa do Legislativo Nacional.

A nível agregado de Brasil, a alienação eleitoral esteve em patamares superiores a 20% do eleitorado bruto, exceto as eleições que sucederam de imediato o recadastramento ocorrido em 1956/57. Desagregando os dados da alienação por região para o caso dos Executivos, nacional e estaduais, o Norte sempre se destacou, seguido do Centro-Oeste e Nordeste, com percentuais mais elevados, no período democrático de 45 a 64. Em relação ao Legislativo Nacional, o Norte e o Centro-Oeste despontaram com os maiores percentuais, já o Nordeste passou a se destacar a partir das eleições de 1970. Santos buscou em Huntington e Nelson (1976)¹⁰¹ a explicação para esses diferentes percentuais entre as regiões geográficas,

“Pode-se, portanto, afirmar com alguma segurança que a supressão da propaganda ao vivo custou ao MDB um número de voto nada desprezível!” (LAMOUNIER, 1980, p. 75).

¹⁰⁰ Ramos (2009) propõe o uso do conceito alheamento eleitoral como conceito mais adequado para o fenômeno porque distingue ele de outros termos de semelhança etimológica, como é o caso da alienação, de amplo uso pelas tradições marxistas. A proposta da autora na referida obra é analisar o impacto do alheamento na legitimidade das democracias contemporâneas, a partir de duas perspectivas teóricas: os adeptos do liberalismo clássico e os críticos dessa visão mais conservadora. Para mais detalhes, consultar Ramos (2009).

¹⁰¹ Samuel Huntington é um dos principais expoentes da teoria do desenvolvimento político, tendo como pano de fundo de suas obras a problemática da instabilidade política ensejada pelo brusco processo modernizador (industrialização, urbanização e expansão dos *demos*) ocorrido em alguns países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil e grande parte da América Latina.

[...] quanto mais atrasada economicamente é uma população, ou região, menos confiança terá a população no processo participativo, inclusive o eleitoral. O sentimento de impotência diante do mundo e a crença de que o voto não irá alterar em coisa alguma o destino que as aguarda, tenderia a elevar a taxa de absenteísmo dessas populações, quando comparadas com as taxas de populações mais desenvolvidas (SANTOS, 1987, p. 42).

Em relação às causas da alienação eleitoral, o autor sugere que o fenômeno deve ser lido à luz da hipótese racionalista de que, quanto menor a credibilidade do processo político formal, maior será a alienação eleitoral, compreendendo credibilidade como o retorno esperado do voto. Conforme o autor, “Quanto maior for a incerteza de que os desdobramentos do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, tanto maior o peso da dimensão ‘retorno esperado do voto’, e tanto maior o incentivo à alienação” (SANTOS, 1987, p. 45). Para o caso da Câmara Federal, essa situação de incerteza esteve presente no período democrático, principalmente com o suicídio de Vargas, diminuindo com Juscelino Kubitschek quando se registrou o menor patamar do período, voltando a crescer nas eleições seguintes a de 58. Com o golpe civil-militar de 1964 e a implantação da ditadura, o percentual alcançou seus maiores índices até sofrer uma inflexão na década de 70, com o processo de redemocratização iniciado com Geisel, voltando a cair a partir do pleito de 74 até registrar o menor índice nas eleições de 1986¹⁰². Assim, o autor concluiu o capítulo da seguinte forma,

[...] a ondulação na taxa de alienação parece ser determinada pelo retorno esperado da participação eleitoral, que é, entretanto, um cálculo subordinado à maior ou menor incerteza quanto ao significado político efetivo do processo eleitoral; [...] no Brasil, quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação (SANTOS, 1987, p. 55).

Santos (1987) dá ênfase às palavras e frases-chave que qualificam a alienação eleitoral (“credibilidade”, “incerteza”, “retorno esperado do voto”, “efetivo significado político do processo eleitoral”,

¹⁰² Os dados referentes à eleição de 1986 não constam nas tabelas apresentadas pelo autor, porém ele faz menção na página 46.

“confiança no significado político das eleições”) evidenciando o caráter racionalista. Ou seja, são três comportamentos, concebidos como expressão de um mesmo fenômeno e que comungam da mesma base causal: a falta de credibilidade e as incertezas atribuídas aos processos macropolíticos em vigência no exato contexto da eleição em análise. Esse cenário, marcado por incertezas, não permite cálculos seguros acerca dos retornos da participação eleitoral¹⁰³, cabendo à alienação, a opção mais “ótima”. Como dedução lógica, a alienação pode ser concebida como reprovação da conjuntura política e das principais instituições que estão envolvidas no jogo político. Quanto maior é a taxa de alienação, maior é a reprovação.

Apesar da contribuição de Santos, principalmente ao dar grande visibilidade às três modalidades de comportamento eleitoral que compõem a alienação eleitoral, seu livro não passou incólume aos olhares críticos dos politólogos brasileiros. Objeções surgiram na sequência focadas, principalmente, na opção de considerar as abstenções, votos nulos e votos brancos expressões de um único fenômeno e com as mesmas bases causais. Lima Júnior (1990, 1993) afirmou que os determinantes das abstenções eleitorais são diferentes daqueles dos votos brancos e nulos. Segundo o próprio autor,

Pode-se objetar, no entanto, que a interpretação do comportamento eleitoral alienado, na medida em que agrega manifestações eleitorais diferentes, esteja equivocada do ponto de vista dos fatores determinantes da alienação. Ou seja, o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou a anular o voto (LIMA JÚNIOR, 1993, p. 101).

Assim, a proposta de qualificação dos apontamentos de Santos passou pela decomposição da alienação eleitoral, analisando separadamente as abstenções dos votos brancos e nulos. As abstenções estariam relacionadas a fatores ecológicos como dimensão territorial, condições de infraestrutura e grau de urbanização que impõem facilidades ou dificuldades para os eleitores se deslocarem até às urnas. Como encaminhamento de análise, o autor propõe duas hipóteses a serem testadas: 1) os fatores ecológicos incidem nas abstenções; e 2) os atributos socioeconômicos de natureza individual (baixos índices de escolaridade,

¹⁰³ Conforme Downs (1999), somente em contexto de estabilidade política é que se pode realizar cálculos de custos e benefícios.

principalmente) associam-se ao comportamento absenteísta e aos votos brancos e nulos. Para testá-las, o autor decompôs a alienação, rodando dois modelos de regressão, (um para as abstenções e outro para os votos brancos e nulos), obtendo os seguintes resultados:

I. **Modelo do absenteísmo:** a extensão territorial do Estado está associada a maiores índices de abstenções. O grau de urbanização afeta negativamente e a extensão territorial, positivamente. Já o analfabetismo (pessoas com até um ano de escolarização) está relacionado à maiores taxas de abstenções. Com esses resultados, comprovou-se o valor explicativo dos fatores ecológicos: “[...] quanto maior a extensão do estado, maior a taxa de abstenção eleitoral. Já o grau de urbanização, [...], afeta negativamente a abstenção: quanto maior a população urbana, menor o absenteísmo” (LIMA JÚNIOR, 1990, não paginado). Ou seja, para além do perfil socioeconômico do eleitor, a distância entre a sua residência e a urna, na medida em que aumenta, contribui para a elevação das abstenções.

II. **Modelo do voto branco e nulo:** a extensão territorial tem efeito negativo. A sugestão do autor é que “[...] o eleitor que superou as barreiras ecológicas, o custo do deslocamento, tende a votar em legenda/candidatos” (LIMA JÚNIOR, 1993, p.106). Já o analfabetismo possui efeitos positivos, aumentando os votos brancos e nulos, indício favorável à matização da tese do protesto político via votos brancos e nulos.

Assim, o autor qualificou as contribuições de Santos (1987), refinando a compreensão do fenômeno e alertando para

[...] a desigualdade relativa no acesso ao voto. Há barreiras de natureza física e social que, evidenciando a desigualdade reinante no país, devem ser eliminadas, sob pena de continuarmos a conviver com cidadãos de primeira e de segunda categoria. Levar o sufrágio universal às últimas consequências – como se fez com a permissão do voto do analfabeto – é apenas o primeiro passo. A eliminação dessas barreiras é condição para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (LIMA JÚNIOR, 1993, p. 107).

A comparação dos dados de Lavareda (1991) e Santos (1987) vão ao encontro da proposta de decomposição da alienação apresentada acima. Esse procedimento permite compreender de forma mais refinada

os votos brancos e nulos. Isso se dá, tendo em vista que as abstenções, usualmente quantificadas a partir de dados oficiais, são infladas pela falta de atualização dos dados cadastrais. Utilizando-se como exemplo a eleição de 1955, que antecedeu o recadastramento de 1956/57, e a eleição de 1958 que o sucedeu, constata-se que na primeira, de 1955, a alienação equivaliu a 45,5% dos eleitores aptos, sendo que 40,3% foi o percentual de abstenções, ou seja, esta última, sozinha, correspondeu a 88,6% da alienação. Nas eleições de 1958, a alienação foi de 19,4% e as abstenções, de 8%, ou seja, esta última equivaliu a 41,2% da alienação.

Tabela 9: Abstenções e Alienação (1955-1958)

Eleição	% Abstenções Lavareda (1991)	% Alienação Santos (1987)
1955	40,3	45,5
1958	8	19,4

Fonte: TSE, Lavareda (1991) e Santos (1987).

Alkmin dos Reis (1991) estudou a participação eleitoral nas eleições presidenciais de 1989, tendo como objetivo analisar os indicadores de participação eleitoral e estabelecer seus correlatos socioeconômicos¹⁰⁴. Das várias contribuições contidas nesse trabalho, serão apresentadas as que dizem respeito diretamente ao tema desse estudo. O autor seguiu a proposta de decomposição da alienação e comprovou essa pertinência com teste de correlação (r de Pearson).

Porém, os resultados dessas correlações dizem muito mais do que apenas o exposto pelo autor. Primeiramente, ao obter uma correlação significativa de 0,98 entre as abstenções no 1º e no 2º turno, pode-se sugerir que o comportamento absenteísta é mais estrutural dentro de uma determinada eleição. Já o valor da correlação dos votos brancos e nulos, significativa de 0,67 (entre o 1º e o 2º turno), indica um caráter mais conjuntural que o comportamento absenteísta visto anteriormente. Afinal, do primeiro para o segundo turno muitas coisas mudam: as opções se reduzem a duas (no caso específico dessa eleição presidencial, foram 22 candidatos no primeiro turno, já excetuando a tentativa de última hora de

¹⁰⁴ O autor utilizou análises ecológicas, tendo as unidades da federação e as regiões geográficas das unidades de análises.

Silvio Santos, reduzindo a duas opções no segundo); a campanha se intensifica em busca de apoios; e o tempo de televisão e rádio é igual para os dois candidatos, tendendo a deixar a disputa mais acirrada.

O autor apresentou os dados de abstenções, votos brancos e nulos, segmentados por região geográfica, sendo que o Norte, seguido do Nordeste, apresentaram os maiores percentuais de abstenção: 26,4% e 19,8%, respectivamente. Para o caso dos brancos e nulos, o Nordeste despontou com o maior percentual, 9%, seguido pelo Sudeste e Norte, 5,31% e 5,27%, respectivamente. Sobre os correlatos socioeconômicos da participação eleitoral, o autor apresentou uma matriz de correlação com os seguintes achados: renda, alfabetização, industrialização, sindicalização, audiência de televisão, rádio e leitura de jornal relacionam-se inversamente com a abstenção. Já a renda, alfabetização, não católicos, audiência de televisão e leitura de jornal se associam inversamente com os votos brancos e nulos. O preditor não brancos se relacionou de forma proporcional tanto com as abstenções como com os votos brancos e nulos.

Como guisa conclusiva, o autor indicou que os padrões desiguais de desenvolvimento regional (Norte e Nordeste menos desenvolvidos e Sul e Sudeste, mais) são preditores importantes, pois formam a infraestrutura sobre a qual os processos eleitorais acontecem. Além disso, indicou que “a participação eleitoral efetivamente aumenta à medida que aumenta o *status* socioeconômico” (REIS, 1991, p. 34). As abstenções são fortemente influenciadas pelos meios de comunicação: quanto maior exposição a eles, maior é o comparecimento às urnas. Existiu, nas eleições de 89, uma subparticipação dos negros e pardos e o nível de urbanização, quando alto, incentiva o comparecimento e a opção por uma das ofertas disponíveis no mercado eleitoral. Já os contextos de menor densidade demográfica favorecem particularmente as abstenções.

Nicolau (2002, 2004) levantou diversas objeções em relação à forma de proceder e quanto a algumas conclusões acerca das dimensões da alienação eleitoral. Primeiramente, questionou a confiabilidade dos dados de abstenções, principalmente quando calculado a partir do número de eleitores inscritos (aptos) na Justiça Eleitoral. São duas as principais razões levantadas pelo autor: 1) a desatualização das listas cadastrais (os recadastramentos de 1956/7 e 1986, por exemplo); e 2) a existência de um número considerável de abstenções justificadas no prazo de até 30 dias após as eleições e de justificativas feitas no dia da votação, em decorrência de ausência do domicílio eleitoral. Segundo o autor, nas

eleições de 1998 e 2000, essas justificadas equivaleram a 26,4% e 31,7% do total de abstenções, respectivamente.

Aprofundando no aspecto da confiabilidade dos dados de abstenções e resgatando a leitura feita por Santos (1987) para as oscilações nas taxas de alienação eleitoral no período democrático de 1945-1964, encontram-se elementos para sustentar tal desconfiança. Segundo os dados apresentados por Lavareda (1991), pode-se concluir que o recadastramento de 1956/7 eliminou um contingente considerável de eleitores inexistentes por já terem falecido ou por cadastros duplicados, contribuindo para a redução da alienação (conforme a tabela abaixo). Considerando a eleição que antecedeu o recadastramento, a de 1955, e a que sucedeu, a de 1958, houve uma redução da população apta à votar de um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil eleitores, representando uma queda percentual de 32,3 pontos percentuais.

Tabela 10: Eleitorado e Abstenções (1955 e 1958)

Eleição	Eleitorado (milhões)	% Eleitores Aptos	% Abstenções
1955	15.244	24,8	40,3
1958	13.758	20,5	8

Fonte: TSE e Lavareda (1991, p. 38-39).

Esses dados não invalidam totalmente a interpretação sugerida por Santos (1987), dado o próprio descompasso existente entre a redução do eleitorado pós-recadastramento e as abstenções, porém, aponta para a necessidade de maior refinamento metodológico, seja quanto ao problema de considerar as abstenções, votos brancos e nulos como um fenômeno único ou ao desconsiderar as características do cadastro eleitoral. A colocação acima se coaduna com a observação feita por Soares (2001), que chamou a atenção para o fato de que

[...] as características do registro eleitoral foram deixadas de fora. Não havia recadastramento automático nem baixa automática de qualquer tipo de registro eleitoral. Portanto, quem se registrava como eleitor ficava como eleitor. Ora, um número considerável de eleitores morre a cada ano, mas não havia baixa dessas mortes nos registros eleitorais: os mortos continuavam registrados para votar [...]. Em 1958 houve um recadastramento. Os

títulos antigos foram anulados e os eleitores tiveram que se inscrever. Daí a baixa dramática na abstenção (SOARES, 2001, p. 316)

Nicolau (2002; 2004) apontou dois mecanismos que objetivam tornar os dados cadastrais atualizados, pelo menos mais próximos da realidade da magnitude do eleitorado: 1) a obrigatoriedade dos oficiais de registro civil de enviarem, até o dia 15 de cada mês, uma comunicação ao juiz eleitoral indicando os óbitos ocorridos¹⁰⁵; e 2) a suspensão/cancelamento automática dos registros eleitorais de eleitores que não compareceram a três eleições sucessivas, sendo que a Justiça Eleitoral considera cada turno eleitoral de um pleito como uma eleição autônoma. Porém, segundo o autor, esses mecanismos funcionam de forma precária, não resolvendo o problema da desatualização cadastral¹⁰⁶¹⁰⁷. Como forma de contornar esse problema, para aqueles pesquisadores interessados nas taxas de comparecimento, o autor sugere que o percentual de comparecimento seja calculado considerando a população total ou a população em idade de votar, que são dados cuja atualização é mais frequente, portanto, mais confiáveis. Porém, caso seja usado a população total, há o inconveniente de poder haver uma população abaixo da idade de votar muito grande, enviesando e superestimando os dados.

¹⁰⁵ Atualmente, os cartórios comunicam o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) dos óbitos através do Sistema Informatizado de Óbito (SISOBINET), por sua vez, a Justiça Eleitoral utiliza esses dados para cruzar com seus dados cadastrais e, assim, cancelar os títulos dos eleitores falecidos. Em geral, esse cruzamento obedece uma periodicidade mensal, havendo também a possibilidade de algum parente do falecido comparecer ao Cartório Eleitoral, munido da Certidão de Óbito, para dar baixa no título no mesmo instante da comunicação.

¹⁰⁶ Segundo o TSE, em nota divulgada em seu portal, a partir de 25/05/2015, dia da veiculação da nota, mais de 1,7 milhão de eleitores tiveram seus títulos cancelados por terem faltado aos últimos três pleitos seguidos (<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Maio/mais-de-1-7-milhao-de-eleitores-tiveram-o-titulo-cancelado-por-ausencia-nas-tres-ultimas-eleicoes>).

Em 2013, após os prazos transcorridos para as justificativas das ausências nas eleições municipais ocorridas no ano anterior, foram cancelados mais de 1,3 milhão de títulos eleitorais (http://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100480602/mais-de-1-3-milhao-de-eleitores-devem-ter-titulo-cancelado?ref=topic_feed).

¹⁰⁷ Em relação à baixa automática dos eleitores faltosos por três eleições consecutivas, a experiência desse que vos escreve, em participar como mesário nas eleições, indica que esse mecanismo tem funcionado, porém, não se sabe se de forma suficiente para deixar os dados o mais próximo possível da realidade.

Para o caso dos votos inválidos (nulos e brancos), Nicolau (2002; 2004) matizou a tese do voto protesto, seja na leitura clássica de Schwartzman (1971, 1975 e 1988) ou através da alienação em Santos (1987). Segundo o autor, “Nas eleições de 1945, 1950, 1954 e 1958, os eleitores depositavam nas urnas as cédulas oferecidas pelos partidos, o que diminuía a probabilidade de se votar incorretamente” (NICOLAU, 2004, p. 13). Já nas eleições de 1955 para presidente e de 1962 para o Congresso, houve o emprego de cédulas oficiais fornecidas pela Justiça Eleitoral, assim, os eleitores tinham que escrever o nome ou número dos seus candidatos. Nas eleições de 1962, que marcou o início definitivo das cédulas oficiais, houve um salto acentuado no percentual de votos inválidos, dobrando em relação ao início do mesmo período democrático. Isso se deveu a uma junção perversa de eleitorado de baixa escolaridade e uma cédula que demandava a escrita do nome ou do número do candidato escolhido. Nessa eleição de 1962, os eleitores votaram em candidatos para o Senado, Governador e vice (lembrando que a escolha do vice se dava separadamente), Deputado Federal e estadual.

Para os cargos majoritários, havia os nomes dos candidatos e o eleitor marcava um “X” no escolhido. Já para os cargos proporcionais, havia quatro formas: escrever o nome do candidato, do partido, da coligação ou o número do candidato¹⁰⁸. Segundo os dados de Santos (1987), as eleições de 1958¹⁰⁹ registraram uma taxa de alienação de 22,6%, nas eleições de 1962, esse percentual elevou-se para 47,3%, possivelmente motivado, em partes, pelas anulações oriundas de cédulas preenchidas erroneamente e, no caso de 58, do recadastramento. Na Ditadura Militar, o percentual de votos inválidos ficou em torno dos 16%, excetuando as eleições de 1970, que foi de 23,4%. Conforme Nicolau, “Uma das razões deste crescimento deve-se ao fato de que alguns setores da oposição ao governo militar fizeram campanha favorável à anulação do voto naquele pleito” (NICOLAU, 2002, p. 38).

Nicolau (2002, 2004) também aponta o efeito causado pela implantação das urnas eletrônicas nos votos inválidos, reduzindo-os. Segundo o autor, em 1996, a urna substituiu a cédula em 57 municípios (capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores, atingindo 32,1% do eleitorado brasileiro). Em 1998, esse número foi expandido para 537

¹⁰⁸ Para mais informações, consultar as imagens das cédulas eleitorais in: Nicolau (2012).

¹⁰⁹ É importante lembrar que essa foi a primeira eleição após o recadastramento de 1956/7.

municípios (com mais de 40.500 eleitores) abrangendo um total de 61.111.922 eleitores, correspondendo a uma fatia de 58% dos eleitores brasileiros. O impacto disso foi que na eleição de 1998, onde houve urna eletrônica, o voto inválido foi em menor percentual do que o registrado nos municípios com votação de papel, exceto para os cargos de presidente e governador. Para esses, os municípios com urna eletrônica apresentaram votos nulos em percentual maior que nos municípios com urnas convencionais de papel. Comparando os votos inválidos para Deputado Federal nas eleições de 1994 e 1998, houve um decréscimo em todos os estados e, no geral, essa redução foi de 51,5%. Essa tendência se repetiu para as Assembleias Estaduais, porém o percentual de redução foi um pouco menor: 50,1% (NICOLAU, 2002).

Assim, para o caso específico das eleições de 1998, o autor concluiu que

[...] a urna está associada à redução dos votos inválidos, mas o efeito não é semelhante quando os votos nulos e em branco são analisados separadamente, e quando a análise é feita por cargo em disputa. A urna está associada à diminuição dos votos brancos para todos os cargos. Com relação aos votos nulos, a urna teve um efeito redutor para os cargos proporcionais (Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas), mas não para os cargos majoritários (Presidência e Governos de Estado). (NICOLAU, 2004, p. 18).

Nas eleições de 2010, Jairo Nicolau criou um blog¹¹⁰ para acompanhar as eleições. Dentre os vários textos postados, um merece destaque por se tratar dos votos brancos e nulos. Basicamente, reforçou a posição apresentada nos dois trabalhos vistos anteriormente, matizando a tese do voto protesto e depois apontando que parte desses votos são frutos de uma combinação de eleitor de baixa escolaridade e uma cédula complexa e, com o advento do voto eletrônico, apesar de parte dos erros terem sido eliminados, outros persistiram devido à dificuldade de operacionalizar o voto na urna eletrônica.

Costa (2007), em seu livro, fruto de sua tese de doutorado, analisou “[...] as taxas de alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 a 2002, no Brasil” (p. 18). A conceituação de alienação utilizada pelo autor é a mesma herdada de Santos (1987) e significa tão somente

¹¹⁰ Blog “Eleições em Dados”: <http://eleicoesemdados.blogspot.com/>

“[...] a ausência de uma escolha de representante em determinada eleição, de indivíduos que, aptos a votarem, por variadas razões, não o fazem, ou se abstêm, ou votam nulo ou branco” (COSTA, 2007, p. 22). Suas análises tiveram como pano de fundo teórico os modelos do comportamento eleitoral, a crise dos partidos políticos e da representação política, tanto no âmbito internacional quanto nacional. O autor utilizou análises ecológicas com dados agregados, tais como: extensão territorial, densidade eleitoral, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Exclusão Social, Região Geográfica e os resultados oficiais do TSE. A unidade de análise são os estados da federação e o autor seguiu a proposta analítica de Lima Júnior (1990, 1993), separando as abstenções dos votos brancos e nulos. Sem se estender na sua obra, seguem as principais conclusões do estudo:

I- As regiões Norte e Centro-Oeste, menos povoadas, apresentaram as maiores taxas de abstenções, corroborando Lima Júnior que apontou as barreiras ecológicas como fatores de incentivos à abstenção, aumentando o custo do voto;

II- As condições socioeconômicas¹¹¹ da população, mesmo quando controladas por outras variáveis como a região, explicam em parte os votos brancos e nulos e as abstenções;

III- Outras variáveis também explicam o fenômeno, como aspectos institucionais (voto obrigatório), conjunturais das eleições (como eleições concorridas e com dois turnos) e o papel da mídia com sua cobertura do evento eleitoral, colocando-o na ordem do dia dos cidadãos telespectadores.

O autor encerra salientando a importância de uma análise mais plural que dê visibilidade à dimensão da cultura política, da descrença nos partidos e na representação política, como fatores que contribuem para o alargamento das taxas de alienação eleitoral.

Em nova obra, Santos (2007) se propôs a uma análise macrossociológica com o intuito de responder a duas questões complexas sobre a realidade brasileira: “Como entender a coexistência pacífica de um país que, ao mesmo tempo, se moderniza e enriquece materialmente e dá tratamento relapso ao enorme contingente de pobres e miseráveis?” (p. 9), ou, refinando a indagação, “[...] por que não se terá gestado nem mesmo um movimento popular capaz de promover, se não uma revolução, pelo menos uma extensa reforma na vida nacional.” (p. 10).

¹¹¹ O autor utilizou o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Exclusão Social.

Para isso, a sua obra está dividida em duas partes, sendo que na primeira ele discute a origem desse *status quo* expresso nas indagações acima. E é nessa primeira parte onde se encontra a discussão acerca do tema estudado nesse trabalho (cap. 3 – Expansão da arena eleitoral).

Uma das primeiras constatações no âmbito eleitoral, feita pelo autor, diz respeito à expansão dos limites dos *demos*, naquilo que ele caracterizou como “megaconversão eleitoral¹¹²” (p. 56), que consistiu na transformação dos habitantes em cidadãos com “[...] posse de direitos de titularidade e participação no jogo político a velocidades incomparáveis” (p. 56). Materializando esse fenômeno em números, segundo o autor, “No agregado Brasil, a taxa de crescimento populacional foi de 183%, alcançando o eleitorado o índice de 727% de expansão no mesmo período (1950-91)” (p. 57). Esse fenômeno foi acompanhado de um esforço, por parte do TSE, para facilitar “[...] o exercício do voto, mediante a criação de zonas e seções eleitorais” (p. 62) reduzindo, assim, os custos do voto. O aumento no número de municípios contribuiu para essa expansão, pois uma nova unidade federativa local implica na criação de uma infraestrutura mínima que inclui seções e zonas eleitorais. Somados aos esforços reais dos tribunais, a ampliação dessa infraestrutura acompanhou o crescimento do eleitorado. Rodando uma análise de correlação entre o crescimento do eleitorado e o número de seções (1988 – 2002), o autor obteve um R de Pearson de 0,960.

A região brasileira que presenciou mais fortemente essa expansão foi a Norte, com um crescimento proporcional de zonas eleitorais (1988 – 2002) de 115,79%. Ou seja, a região que faltava ser integrada ao mapa político da participação eleitoral foi integrada na Nova República, o que ocasionou um salto de 114 zonas eleitorais em 1988, para 246 zonas em 2002. No geral, em todas as regiões houve expansão e, considerando o agregado nacional, observou-se um crescimento de 24,22%, saindo de 2320 zonas em 1988, para 2882 em 2002. Atualmente, segundo dados do próprio TSE¹¹³, existem no território nacional 3059 zonas eleitorais, além do voto em trânsito e no exterior, válido apenas para o cargo de Presidente da República. No caso das seções eleitorais, menor agregado eleitoral do TSE que comporta uma urna eletrônica, na

¹¹² No decorrer de sua discussão, Santos (2007) afirma que não foi apenas uma conversão de eleitores, como às vezes o termo pode sugerir, foi uma conversão cívica.

¹¹³ Consulta a zonas eleitorais: <http://www.tse.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/pesquisa-a-zonas-eleitorais>

última eleição municipal de 2012, o tribunal utilizou um arsenal de 407.551 seções em todo o território nacional.

Na sequência, o autor discutiu o temor de que a “[...] abstenção e votos em branco e nulos, em ascenso, indicariam gradativa erosão do valor da política eleitoral” (p. 65). O autor sugeriu que as oscilações da taxa de alheamento eleitoral¹¹⁴ obedecem a “[...] motivações racionais, antes que comprometidas com estados psicológicos de desalento” (p. 65). Santos (2007) apontou que, no período de 1986 a 1998, houve um crescimento nas abstenções, saindo de 5% em 1986 para 21,5% em 1998. Porém, há de se atentar para a excepcionalidade da eleição de 86, pois ela foi a segunda na referida década, marcada pelo dismantelamento de uma ditadura que durou 21 anos. Soma-se a isso o fato de que a finalidade dessa eleição foi a de eleger a Assembleia Nacional Constituinte que confeccionou a atual constituição, portanto, foi uma eleição extremamente atrativa para o eleitorado. Caso seja excluída e seja inserida a anterior, de 1982, o percentual de comparecimento fica dentro de um padrão, com exceção de 1998. Adicionando a eleição de 2002, constata-se uma elevação do comparecimento, em relação à anterior de 98, para 82,4%, voltando aos patamares das eleições anteriores a de 1998.

Em relação aos votos brancos e nulos, o autor matizou a explicação de Nicolau de que a universalização do voto eletrônico implicou no aumento dos votos válidos, conforme visto anteriormente. Segundo os dados apresentados, a eleição de 2002 não foi a que apresentou maior percentual de votos válidos, o que põe em xeque a explicação de Nicolau. Partindo das eleições de 1945 até a de 2002, pelo menos em 6 situações houve percentual de votos válidos maior que 2002. Portanto, para valer a explicação de Nicolau, o percentual de votos nominais de 2002 deveria ser singular no período analisado. Assim, o autor conclui que

“Em avaliação comparativa de série mais longa, portanto, a introdução recente do voto eletrônico revela-se com papel real e positivo, mas insuficiente para explicar a *oscilante* redução do número de votos inválidos, ao contrário do que os primeiros estudos pareciam indicar” (p. 69, grifo no original).

¹¹⁴ O autor oscila entre o uso dos conceitos de “alheamento eleitoral” e “alienação eleitoral”.

Assim, o autor se vale da premissa de que nenhum “[...] fenômeno que varie em uma só direção oferece explicação satisfatória de outro que se move ora para frente, ora para trás” (p. 71). Dessa forma, para explicar o alheamento eleitoral, o autor sugere a seguinte hipótese a ser testada: “[...] cada eleitor comparece e deposita seu voto válido se imagina que o resultado da eleição lhe trará consequências positivas; caso contrário, não comparece ou, comparecendo, invalida o voto ou vota em branco” (p. 73). O autor pressupõe um eleitor de fraca racionalidade cujo cálculo se processa da seguinte forma: ele confronta os custos de votar a outros custos inevitáveis, caso não vote. Sabendo que seu voto vale sempre um $(1/n)$ e, que o voto de um eleitor qualquer que opta pelo candidato concorrente ao dele também vale um $(1/n)$, encerra por concluir que, ao votar, ele anula um voto do adversário de seu candidato preferido. Conforme afirma, “Quando as consequências do resultado eleitoral lhe parecem altamente relevantes, ele vota; ao contrário, se considera que o futuro independe dos resultados eleitorais, tenderá a não votar ou a invalidar o voto” (p. 74). Seguindo a hipótese proposta, ele apresenta os pares de eleições onde houve taxa de alheamento superior em comparação à eleição anterior: 1950-54, 1958-62, 1962-66, 1966-70. A explicação do autor é a seguinte:

[...] em 1954 o país se encontrava em crise tal que, havendo levado ao suicídio o presidente Getúlio Vargas, ameaçava a viabilidade da candidatura e da posse de Juscelino Kubitschek¹¹⁵; em 1962¹¹⁶,

¹¹⁵ A posse de JK foi possível depois de dois golpes preventivos dados sob o comando do General Henrique Teixeira Lott. No primeiro, ele depôs Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados Federais que ocupava o cargo de presidente interinamente, enquanto Café Filho se recuperava de um infarto. O segundo foi dado quando Café Filho, após alta médica, reivindicou o cargo que era seu de direito. Ambos os golpes ocorreram em novembro de 1955, mês seguinte à eleição que elegeu JK e Jango.

¹¹⁶ O contexto que antecedeu as eleições de 1962 foi muito conturbado, contou com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, com menos de sete meses de mandato, em agosto de 1961. A esse fato sucedeu o veto militar à posse do vice Jango que estava em uma viagem oficial na China comunista. Depois de várias negociações, da campanha pela legalidade liderada por Brizola e a resistência ocorrida no Rio Grande do Sul, e por fim, uma mudança de regime para o Parlamentarismo, Jango assumiu o cargo de Presidente. Até chegar à Brasília para ser empossado, Goulart saiu da China, foi à Paris, onde se encontrou com políticos que lhe consultaram sobre a mudança para o Parlamentarismo, foi aos

primeira eleição nacional depois da renúncia de Jânio Quadros, duvidava-se do destino do vice-presidente João Goulart, recém-empossado na presidência; em 1966, primeira eleição pós-golpe militar, quando obviamente o país se encontrava na dependência da correlação de forças militares, e não parlamentares; e em 1970, por estar em curso uma guerra civil não declarada, sendo o Congresso impotente para determinar seu rumo (SANTOS, 2007, p. 75).

Para dar mais robustez à validade da sua hipótese, o autor utilizou dados percentuais de alheamento eleitoral das eleições de 1950 até 2002 para as Assembleias Legislativas e Câmara Federal. Em uma primeira tabela, apresentou esses percentuais, em outra, as previsões dos resultados segundo a hipótese proposta e, em uma terceira tabela, contrastou os dados oficiais do TSE, da primeira tabela, com sua hipótese, da segunda tabela. Considerando todas as observações realizadas, o autor obteve um percentual de previsões corretas de 59%. Para além de qualquer discordância com o autor, é interessante frisar a importância da conjuntura política, mesmo que Santos (2007) não tenha quantificado a relação conjuntura política/comportamento eleitoral de forma precisa, vale a indicação da importância dela nos rumos de uma eleição.

Um primeiro questionamento a ser feito é em relação aos dados de abstenções e como o autor os interpreta. Na sua linha argumentativa, as eleições de 1958 e 1986 foram marcadas por uma excepcionalidade conjuntural que instou os eleitores a comparecerem. Só que essas eleições sucederam os dois recadastramentos ocorridos em 1956-57 e em 1986, sendo esperado um aumento no comparecimento já que foram tirados de circulação vários títulos eleitorais. No que diz respeito ao voto eletrônico ter reduzido os votos nulos, que outrora ocorriam por erro no preenchimento da cédula, o autor acertou ao propor a matização da tese de Nicolau, porém, equivocou-se na fundamentação.

Ele negligenciou algumas características dos processos eleitorais que apontam favoravelmente a Nicolau, dentre eles o tipo de cédula adotada. A cédula oficial foi usada pela primeira vez nas eleições

Estados Unidos para se reunir com autoridades estadunidenses, desceu pelo Pacífico até o Uruguai e entrou no Brasil. Assim que houve a concordância dos militares quanto a sua posse, voou até Brasília em um voo tenso porque se soube de uma operação chamada “Mosquito”, que teria como finalidade abater o seu avião, o que não aconteceu.

presidenciais de 1955, e depois, em definitivo, na de 1962. Isso quer dizer que, nas eleições anteriores, os eleitores pegavam as cédulas com os partidos e as postavam nas urnas. A eleição de 1955 não consta no período analisado pelo autor, estando presente somente a de 1962, que possui uma complexidade adicional, trazida pelos cargos em disputa: três cargos majoritários (senadores, governadores e vice-governadores, separadamente) e dois proporcionais (deputados federais e estaduais). Nos primeiros, majoritários, o eleitor assinalava um “X” ao lado dos nomes escolhidos; já nos proporcionais, era necessário escrever o nome, número ou coligação. Soma-se a isso as limitações dos testes utilizados, por mais interessantes e criativos que sejam, são limitados para subsidiar o caminho adotado pelo autor. Afinal, derivar comportamento individual de dados agregados é incorrer na falácia ecológica.

Borba (2008) seguiu uma perspectiva similar à de Costa (2007), procurando testar variáveis levantadas pela literatura. Utilizou como material empírico uma pesquisa pós-eleitoral, o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2002), e chegou às seguintes conclusões:

I- **Abstenção:** inversamente relacionada à renda e à escolaridade, quanto maiores forem a renda e a escolaridade do eleitor, menores são as chances de ele se abster. Quanto às variáveis atitudinais, os dados apontam que a decisão de se abster está pouco relacionada “[...] à forma como o cidadão percebe a política e suas instituições (nenhuma associação significativa)” (p. 151).

II- **Voto branco e nulo:** obedecem outra lógica. Eleitores mais insatisfeitos com o funcionamento das instituições políticas apresentaram maior inclinação pela opção branco/nulo. Assim como aqueles eleitores que “[...] nutrem um alto sentimento de eficácia política subjetiva também são menos propensos a anular ou votar em branco” (p. 151).

Dessa forma, Borba (2008) apontou a plausibilidade das explicações racionalistas e/ou sociológicas para o fenômeno da alienação, concebendo-a na sua forma desagregada, além de dar ênfase à dimensão da cultura política. Segundo o autor,

Os dados, apesar da limitação dos instrumentos e testes utilizados, apontam para a importância da dimensão da cultura política na compreensão dos fenômenos da alienação, principalmente se considerarmos sua expressão nos votos brancos e nulos. Reconhece-se, porém, que uma melhor

interpretação do fenômeno, exigiria ampliar bases de dados e técnicas de análise [...] (BORBA, 2008, p. 152-153)

Bohn (2009) focou em um aspecto da alienação eleitoral, a abstenção, no plano local: as eleições municipais. A importância de estudar as eleições locais se dá pelo fato do município ser a

[...] menor comunidade política à qual os eleitores pertencem e os representantes locais tendem a ser as lideranças políticas mais próximas dos indivíduos. A possibilidade de participar de sua escolha dá aos eleitores um senso de eficácia: a ideia de que seu voto importa. Também os faz sentirem-se incluídos no sistema político (BOHN, 2009, p. 18)¹¹⁷.

O primeiro esclarecimento que a autora faz é quanto às abstenções no Brasil comparadas a outros países latino-americanos. Segundo dados de um instituto internacional, para o caso das eleições legislativas, o país tem o terceiro menor percentual, sendo o Uruguai e Peru, o menor e segundo menor, respectivamente. Portanto, a taxa de abstenção no Brasil não é alarmante a ponto de pôr em questão a legitimidade do processo eleitoral e do candidato escolhido. Atentando-se ao caso brasileiro, a autora mostra que, nos dez anos que antecederam o seu trabalho, das eleições de 1998 até as de 2008, as abstenções nas eleições locais ficaram abaixo das eleições estaduais e nacionais, segundo dados oficiais do TSE.

Assim, a autora sugere uma explicação para esse descompasso: seria a importância dada aos pleitos locais responsável por essa diferença? Com dados do LAPOP, Brasil 2007, ela mostra que, entre todos os cargos eletivos nas três esferas da federação, dois deles, presidente seguido do governador, figuram como os mais importantes, seguidos do prefeito, vereador, deputado estadual, senador e deputado federal. Portanto, os dados não corroboram a sugestão. Considerando os padrões regionais de abstenção, o Norte, nas eleições municipais de 1996 a 2008, figurou como a região que apresentou os maiores percentuais de abstenções em todos

¹¹⁷ Em relação à ciência política norte-americana, Troustine (2009) aponta que os estudos de política local têm ganhado preferência e precisam ser reconsiderados por três razões básicas: 1) os resultados locais interferem nos outros níveis decisórios da federação; 2) trazem novos desafios metodológicos; e 3) tem-se um conjunto de questões e problemas que não estão presentes nas dinâmicas políticas nacionais.

os pleitos. Diante dessa constatação, a autora faz outra sugestão: seria a baixa importância que os nortistas dão às eleições municipais uma possível causa dessas altas taxas de abstenções? Os dados do LAPOP – 2007 indicam não ser possível sustentar a explicação acima sugerida, já que os eleitores do Norte são os que mais atribuem importância às eleições para prefeito e vereador.

Na sequência do trabalho, a autora procurou no comportamento político dos eleitores algumas explicações. Porém, antes é necessário fazer uma ressalva. Estudar os processos eleitorais locais no Brasil é difícil devido à ausência de pesquisas representativas nacionalmente. Os principais *surveys* (IBOPE, Datafolha, Eseb e LAPOP) não contêm dados sobre voto para prefeitos e vereadores, o que compromete a realização de testes mais sofisticados e precisos sobre possíveis causalidades entre variáveis. Para contornar essa dificuldade, a autora usou os dados de comportamento político segmentado por região geográfica, já que o Norte despontou com os maiores percentuais de abstenções. Porém, para as quatro formas de engajamento político quantificadas (identificação partidária, interesse por política, contatou autoridades locais e solicitou ajuda de autoridades locais), as diferenças regionais, quando existiram, não foram significativas.

No tocante aos serviços oferecidos pelos poderes locais, o Norte se destaca com o maior percentual de avaliação negativa (ruim e péssimo). Em relação ao tratamento recebido na prefeitura, sede do poder executivo local, o Norte novamente se destaca com baixo percentual de avaliação positiva (bem e muito bem tratado). Essas duas avaliações contaminam a percepção que os eleitores têm da extensão do poder local, onde o Norte aparece como a região em que os eleitores menos concordam em dar mais atribuições e dinheiro às prefeituras. Por fim, para além das limitações do trabalho, a autora encerra enfatizando o que há de mais importante no seu estudo: o fato de que as abstenções nas eleições municipais podem “[...] ser uma resposta a algo essencialmente negativo no funcionamento do sistema político no plano municipal” (BOHN, 2009, p. 32).

Silva (2013) testou as diversas explicações para a alienação eleitoral e suas conclusões foram as seguintes: a) os determinantes das abstenções não são os mesmos do voto inválido; b) em relação às abstenções, o autor apontou a existência de barreiras “[...] oriundas da própria estrutura social marcadamente desigual no país, criando obstáculos sociais que pesam no momento decisório de se dirigir às

urnas” (SILVA, 2013, p. 131); e por fim, c) o autor reafirma a necessidade de se matizar a tese do protesto, já que parte das anulações estão associadas a baixos indicadores de escolaridade¹¹⁸, conforme os dados agregados indicaram.

Em artigo mais recente em parceria com outros autores, Silva et al. (2014) se propuseram a analisar as bases cognitivas e atitudinais dos votos brancos e nulos partindo das contribuições apresentadas acima e trazendo como inovação a dimensão econômica, à luz do debate teórico sobre o voto econômico (KEY, 1966) e o voto economicista (KRAMER, 1971; TUFTE, 1978). Assim, as variáveis selecionadas pertencem a três dimensões de preditores: socioeconômico (sexo, idade e escolaridade); confiança nas instituições políticas e no processo eleitoral (índice de confiança institucional: Congresso + partidos políticos + Justiça + Governo Federal e índice de confiança no processo eleitoral); e avaliação da saúde da economia (índice de avaliação da economia: egotrópica + sociotrópica).

Os autores concluíram que, no modelo logístico para os votos inválidos, os jovens são mais propensos a optarem por essa modalidade de participação eleitoral. Dada a ausência de significância da escolaridade, não foi possível testar a validade da tese da baixa cognição de Nicolau (2002, 2004). Já as variáveis de confiança (institucional e no processo eleitoral) e avaliação da economia se apresentaram como boas predictoras, apresentando uma relação inversa como os votos inválidos. Portanto, seriam esses os indícios que confirmam a tese do protesto, já que a insatisfação com a economia e com o funcionamento das instituições explicam a opção por esses votos.

Para qualificar a análise, os autores rodaram um modelo voltado para o protesto, tendo como preditores os mesmos do anterior, mudando apenas a variável dependente que, ao invés de ser os votos brancos e nulos, foi o protesto público. O que de mais significativo surgiu foi que, para o protesto, a escolaridade é um excelente preditor. A conclusão final

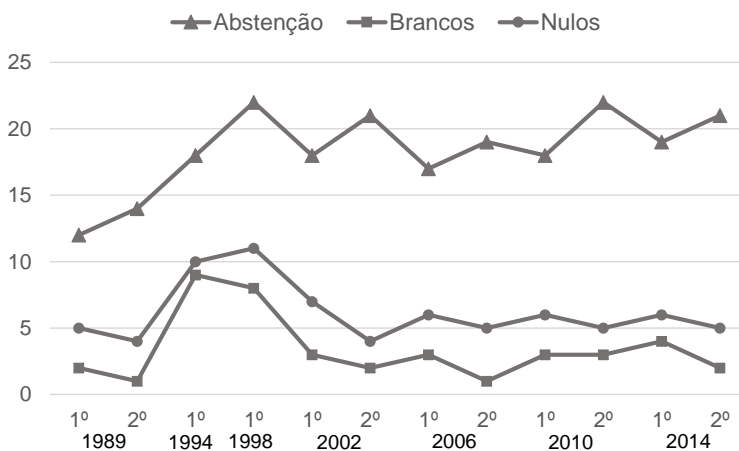
¹¹⁸ Novamente, resgatando a experiência de mesário nas eleições desse que vos escreve, é possível conjecturar que partes das anulações se dão por erro de digitação. Não foram poucas as vezes que eleitores saíram da cabine de votação sem ter concluído o processo, comumente, esses alegaram que já tinham votado nos seus candidatos. Também não foram raras as vezes em que a urna deu a indicação sonora do encerramento da votação e o eleitor continuou digitando. Quando indagado de que sua votação havia encerrado, o eleitor reagiu afirmando que ainda não havia votado em todos os seus candidatos.

dos autores foi: a) os votos brancos e nulos são “[...] resultados do descontentamento com o funcionamento da democracia [...], com o processo eleitoral e com a economia” (SILVA et al., 2014, p. 70); e adicionalmente, b) os autores concluíram que o protesto eleitoral (votos inválidos)

[...] possui bases distintas do comportamento de protesto geral, aqui expresso pelo *envolvimento em manifestações*. Enquanto no primeiro caso ficou nítido o papel da insatisfação, no segundo emergiu a dimensão dos recursos individuais, como já amplamente documentado [...] (SILVA et al., 2014, p. 70, grifo dos autores).

Por fim, a título de ilustração, segue uma tabela com os dados oficiais da alienação eleitoral desagregada. Os percentuais dizem respeito às abstenções nas eleições nacionais e votos brancos e nulos para Presidente da República ao longo do atual período democrático. A primeira regularidade que salta aos olhos é em relação às abstenções: quando há a ocorrência de segundo turno, a tendência é que haja um incremento nas abstenções, provavelmente pelo fato de as escolhas se reduzirem a duas apenas. Outro aspecto é que na eleição inaugural de 1989, a primeira que teve voto direto para presidente, as abstenções foram em menor percentual, coadunando-se com a tese do arrefecimento da participação eleitoral de O’Donnell e Schmitter (1986) e reafirmada por Lavareda (1991). Em relação aos votos brancos e nulos, a única regularidade observável é que os percentuais desses votos são relativamente menores no segundo turno, quando comparado ao primeiro. A sugestão é que em um segundo turno, vencido o dilema de comparecer ou não às urnas, o eleitor, levado pelo clima de acirramento da disputa eleitoral, tem maiores chances de optar por uma das duas ofertas disponíveis no mercado eleitoral. É importante lembrar que essas explicações são apresentadas como sugestões, já que não é possível assegurar a validade delas apenas com os dados apresentados na tabela.

Gráfico 1: Alienação Eleitoral Desagregada (1989-2014)



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

3.2- FUNDAMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA:

Esta subseção é reservada à apresentação das hipóteses de pesquisa a serem testadas, bem como o procedimento que as operacionalizou em variáveis, permitindo, posteriormente, a realização de testes estatísticos. A estrutura adotada na apresentação é similar à observada na primeira parte da tese: primeiro apresenta-se a fundamentação; seguida da redação da hipótese, que está em destaque para facilitar sua identificação (texto em *itálico*, centralizado e precedido pelo número de identificação da hipótese); encerrando com a operacionalização metodológica, ou seja, quais variáveis darão concretude às hipóteses apresentadas.

3.2.1- As hipóteses:

Schwartzman (1971, 1975 e 1988), Santos (1987), Borba (2008) e Silva et al. (2014), de forma distinta, sustentaram a ideia de que os votos brancos e nulos são expressões de protestos políticos. Alguns autores matizaram essa tese, evidenciando a complexidade que envolve esses

votos, englobando aspectos socioeconômicos, porém, não a invalidaram em absoluto. A sugestão de Costa (2007) e Borba (2008) foi de utilizar aspectos da análise culturalista para captar as insatisfações dos eleitores, conectando-as à opção pelo voto branco ou nulo. Para tal, a cultura política é concebida como um conjunto de “[...] normas, valores e crenças que [...] operam em três dimensões: (1) a cognitiva - conhecimento sobre política; (2) a afetiva - sentimentos de apoio ou rejeição à política e (3) a avaliativa - julgamentos sobre os objetos políticos” (BAQUERO, 2010, p. 6).

***#H1:** Eleitores insatisfeitos (com a política e a economia) utilizam as eleições para expressar suas insatisfações, optando pelo voto branco ou nulo.*

As variáveis que permitirão testar essa hipótese são classificadas em dois grupos: econômica (Avaliação da Economia – Sociotrópica) e política (duas específicas – Avaliação de Desempenho das Instituições e Satisfação com Políticas Setoriais; e uma difusa – Avaliação da Democracia Brasileira). As variáveis utilizadas são do ESEB – 2010.

- A) Avaliação Sociotrópica da Economia (AGORA, FALANDO EM ECONOMIA, COMO O(A) SR(A). AVALIA A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS?). Escala de 1 a 5, onde cinco representa o eleitor totalmente satisfeito.
- B) Índice de Avaliação de Desempenho das Instituições (EU VOU FALAR O NOME DE VÁRIAS INSTITUIÇÕES E GOSTARIA QUE O(A) SR(A). DISSESSE COMO AVALIA A ATUAÇÃO DE CADA): somatória das avaliações de quatro instituições (Governo Federal, Justiça, Partidos Políticos e Congresso Nacional). Escala de 4 a 24, onde 24 é a avaliação máxima positiva de desempenho. Para testar a consistência interna do índice foi rodado o Coeficiente Alfa de Cronbach cujo valor foi de 0,747.
- C) Índice de Satisfação com as Políticas Setoriais (VOU CITAR ALGUMAS POLÍTICAS E GOSTARIA QUE O(A) SR(A). UTILIZASSE ESSA ESCALA PARA ME DIZER O QUANTO ESTÁ SATISFEITO COM CADA UMA DELAS): foram quatro políticas selecionadas (controle da criminalidade, redução da desigualdade, ensino público, saúde e redução do desemprego¹¹⁹). Escala de 0 a 50, quanto mais próximo do 50

¹¹⁹ Essas políticas foram escolhidas a partir das respostas dos entrevistados quando indagados sobre os dois principais problemas do Brasil (QUAL É O

maior é a satisfação. O Alfa de Cronbach para este índice deu 0,756.

- D) Avaliação da Democracia Brasileira – “O país se tornou mais democrático?” (O(A) SR(A). ACHA QUE NOS ÚLTIMOS ANOS O BRASIL SE TORNOU UM PAÍS MAIS DEMOCRÁTICO OU MENOS DEMOCRÁTICO?). Variável binária onde o valor 1 representa a presença do atributo.

Conforme apontamentos de Silva et al. (2014), o voto branco ou nulo é uma forma de protesto, porém, os indivíduos que utilizam esse repertório não são os mesmos que se engajam nos protestos públicos, vinculados à modalidade de participação não convencional (DELLA PORTA, 2003).

#H2: *Protestar por via eleitoral (voto branco e nulo) é a opção do eleitorado com menos recursos individuais.*

São duas variáveis de recursos individuais oriundas do ESEB - 2010:

- A) Escolaridade (ATÉ QUE ANO O(A) SR(A). CURSOU A ESCOLA?). Escala de 1 (analfabeto) a 10 (pós-graduação ou mais);
- B) Renda Familiar (O(A) SR(A). PODERIA ME DIZER QUAL É APROXIMADAMENTE A RENDA MENSAL DO SEU DOMICÍLIO, ISTO É, A SOMA DA RENDA MENSAL DE TODOS OS MEMBROS DO SEU DOMICÍLIO?). Valor em reais.

As barreiras sociais impedem que o país leve às últimas consequências a universalização do voto (LIMA JÚNIOR, 1990, 1991 e SILVA, 2013). Segundo Sposati (2003, p. 16), “[...] sobre a topografia da natureza, ergue-se uma topografia social. Para além da fluidez das relações, ela incorpora a concretude de condições e acesso como dois elementos imbrincados e mutuamente dependentes [...]”. Assim, a exclusão social anda *pari passu* com a exclusão/auto exclusão política expressa pelas abstenções ou pensão a se abster.

#H3: *Eleitores marginalizados são mais suscetíveis de se absterem e, em uma situação de voto facultativo, não compareceriam às urnas.*

PRINCIPAL PROBLEMA POLÍTICO DO BRASIL HOJE? + E EM SEGUNDO LUGAR?).

As variáveis são do ESEB - 2010:

- A) Ser Negro ou Pardo: variável binária que expressa a presença do atributo;
- B) Estar desempregado: variável binária;
- C) Vulnerável à pobreza: variável binária. Indivíduos que possuem renda familiar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00, ½ do salário mínimo em 2010. Esse é o critério adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para definir a vulnerabilidade à pobreza;
- D) Primário incompleto: entrevistados que não completaram o primário (4ª série do Ensino Fundamental). Variável binária.

Outro aspecto importante no âmbito das abstenções é a urbanidade, conforme discutido na primeira parte, já que o eleitorado de municípios predominantemente urbanos possui mais acesso a serviços que facilitam o cadastramento eleitoral, regularização das pendências com a justiça e o deslocamento até às urnas no dia de votação.

#H4: Eleitores residentes em áreas urbanas apresentam menores taxas de abstenções.

Ser Urbano: base ESEB – 2010 (ZONA RESIDENCIAL), binária.

Conforme Amorim Neto (2006), o sistema político brasileiro possui seu centro gravitacional localizado no poder executivo. São três as razões que levaram o autor a essa conclusão: estrutura constitucional, fatores históricos e estrutura de carreiras políticas. No que tange a estrutura constitucional, a Constituição de 1988 conferiu ao chefe do poder executivo um papel atuante no processo legislativo: propõe projetos de lei, emendas constitucionais, é exclusivo na criação de impostos e na montagem do orçamento, pode vetar, integral ou parcialmente, propostas oriundas do legislativo, sendo que, para a derrubada do seu veto, é necessária maioria parlamentar qualificada. O presidente pode editar medidas provisórias que entram em vigor após a publicação no Diário Oficial, indo para a apreciação e votação do legislativo em um prazo determinado, caso contrário tranca a pauta, exercendo um poder de agenda sobre esse poder.

Quanto às questões históricas, no Brasil, ao longo do século XX, o Estado, sob o comando do executivo, desempenhou um papel central no desenvolvimento econômico nacional: o Estado Desenvolvimentista de Getúlio Vargas, 1930-1945, e de JK, 1955-1960 e a Ditadura Militar de

1964-1985 são exemplos da centralidade do poder executivo nacional. Assim, no processo de construção da nação, o Poder Executivo teve mais proeminência, com momentos de aniquilação do Poder Legislativo como na Ditadura Vargas, e de diminuição da sua importância no regime instaurado em 1964. Soma-se a isso, o fato do executivo definir carreiras políticas com nomeações para ocupar cargos na estrutura governamental.

Bohn (2009) acena nessa direção ao indicar que o eleitor brasileiro, conforme Lima Júnior (1983) havia alertado, confere grau de importância diferente para cargos eletivos em disputa, priorizando os executivos em detrimento dos legislativos e, entre os cargos executivos, o de presidente é o mais importante. Isso faz com que haja variações nas taxas de alienação entre os cargos em uma mesma eleição e entre eleições em níveis federativos diferentes.

#H5: As eleições para o Executivo nas três esferas da federação apresentam menores percentuais de votos brancos e nulos quando comparados com os respectivos cargos para os legislativos.

Comparação entre o percentual médio de votos dos cargos executivos e legislativos (federal, estadual e municipal). Fonte: TSE.

#H6: Dada a proximidade e importância conferida ao vereador, nas eleições locais para esse cargo, os votos brancos e nulos são em menor proporção quando comparado ao cargo equivalente no nível federal.

Comparativo entre o percentual médio de votos brancos e nulos para os cargos em questão (vereador e deputado federal). Fonte: TSE.

Os estudos relacionados à alienação se concentraram nos cargos nacionais (Presidência e Câmara Federal), enquanto as eleições municipais foram praticamente negligenciadas. Conforme Lavareda (2011), as eleições municipais são cheias de significados por serem intermediárias às nacionais e regionais (executivo estadual e assembleias) e reservam uma grande conexão com elas. Segundo o autor, em alguns momentos da história brasileira, como o caso das eleições municipais de 1988, os eleitores usaram do poder do voto para telegrafar um recado de desaprovação ao governo do presidente Sarney (PMDB), e seu partido sofreu um grande revés nas capitais dos estados. Bohn (2009) apontou que as abstenções eleitorais nas eleições locais podem ser respostas a algo negativo no contexto político local, demandando estudos voltados a essas dinâmicas. Adicionalmente, pode-se argumentar que é no município que a vida acontece, considerando a singularidade do federalismo brasileiro. No município, os cidadãos sentem os efeitos das políticas públicas ou da

falta delas. Além do mais, os atores políticos das eleições locais (candidatos a prefeito e vereadores) possuem uma proximidade ímpar com o eleitorado.

#H7: As eleições locais, quando comparadas às nacionais, registram menores taxas de abstenções, votos brancos e nulos.

Comparação entre as médias percentuais de abstenções, votos brancos e nulos nas eleições locais e nacionais. Fonte: TSE.

Conforme discutido na primeira parte da tese, apesar da participação eleitoral ser de baixo custo, estudos apontam que eleitores detentores de recursos individuais, atitudes e comportamentos que se coadunam a uma cidadania mais ativa politicamente, são mais propensos a participar das eleições.

#H8: Cidadãos mais antenados ao regime político comparecem mais às urnas e estão dispostos a continuar comparecendo em uma situação de voto facultativo.

As variáveis atitudinais e comportamentais que operacionalizam essa hipótese são do ESEB – 2010:

- A) Índice de Ineficácia Política Subjetiva: somatório de duas variáveis (ALGUMAS PESSOAS DIZEM QUE FAZ UMA GRANDE DIFERENÇA QUEM GOVERNA O BRASIL. OUTRAS PESSOAS DIZEM QUE NÃO FAZ DIFERENÇA QUEM GOVERNA O BRASIL + ALGUMAS PESSOAS DIZEM QUE O NOSSO VOTO INFLUENCIA MUITO NO QUE ACONTECE NO BRASIL, OUTRAS DIZEM QUE O NOSSO VOTO NÃO INFLUENCIA EM NADA NO QUE ACONTECE NO BRASIL). Escala de 2 a 10 (quanto mais próximo de dez, mais ineficaz o indivíduo percebe a sua participação e as mudanças nos postos de poder). Foi aplicado o Alfa de Cronbach e o valor foi de 0,617.
- B) Sentimentos Partidários: eleitores que possuem predileção por algum partido político (DE UM MODO GERAL, EXISTE ALGUM PARTIDO POLÍTICO QUE O(A) SR(A). GOSTE?). Variável binária, onde o 1 indica a presença do atributo.
- C) Apoio Difuso à Democracia (AGORA, MUDANDO DE ASSUNTO: A DEMOCRACIA TEM ALGUNS PROBLEMAS, MAS É MELHOR DO QUE QUALQUER OUTRA FORMA DE GOVERNO). Escala de 1 a 5, onde o cinco representa a total concordância do entrevistado.

- D) Satisfação com a Democracia em Geral (DE UMA MANEIRA GERAL, O(A) SR(A). ESTÁ MUITO SATISFEITO(A), SATISFEITO(A), POUCO SATISFEITO(A) OU NADA SATISFEITO(A) COM O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA NO BRASIL?). Escala de 1 a 5, onde cinco representa muito satisfeito.

Um dos efeitos esperados da participação é o pedagógico, ou seja, eleitores que possuem um retrospecto de participação eleitoral estão mais propensos a participarem de outros pleitos. Ribeiro (2013) apontou a controvérsia existente quanto a esse efeito: para alguns autores, trata-se mais de um hábito adquirido via repetição do que uma ação fruto de um aprendizado.

#H9: Independente da controvérsia sobre os efeitos pedagógicos da participação eleitoral, eleitores com histórico de participação em eleições passadas são menos propensos a se absterem.

A variável do ESEB – 2010 é: votou nas eleições de 2006 (O(A) SR(A). VOTOU NO **PRIMEIRO TURNO** NA ELEIÇÃO DE **2006?**), sendo uma variável binária.

Conforme indicado por Bohn (2009), para os cargos legislativos, há uma importância maior conferida pelos eleitores ao legislativo local quando comparado ao legislativo nacional.

#H10: À medida que o cargo legislativo em disputa se afasta do contexto local onde o eleitor está inserido, (pela ordem de proximidade: Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador¹²⁰), ele ganha incremento em votos inválidos.

Comparação dos percentuais médios de votos brancos e nulos para os cargos em questão. Fonte: TSE.

As barreiras ecológicas incentivam os eleitores a se absterem já que os custos de deslocamento até às urnas são elevados (LIMA JUNIOR, 1990, 1991, COSTA, 2007). Porém, conforme indica Santos (2007), a Justiça Eleitoral tem se empenhado na ampliação da infraestrutura eleitoral, diminuindo os custos que os eleitores arcam para comparecerem

¹²⁰ Como a Câmara dos Deputados é a representação do povo e o Senado, a dos Estados e do Distrito Federal (artigos 45 e 46 da Constituição Federal de 1988), optou-se por estabelecer a precedência da Câmara em relação ao Senado no quesito proximidade do eleitor.

às urnas. O crescimento dessa infraestrutura é fortemente observado em regiões como o Norte, apontada, em alguns estudos de alienação eleitoral, como aquela onde as barreiras ecológicas mais fomentam as abstenções.

#H11: Se outrora o Norte se destacava na incidência das abstenções, nas eleições recentes esse destaque perdeu expressividade e relevância estatística, ficando apenas na marginalidade. Assim, ser da região Norte não torna o eleitor mais propenso a se abster.

Do ESEB – 2010: Ser da Região Norte. Variável binária.

O eleitor que cotidianamente se informa, assiste às propagandas e aos debates eleitorais e possui algum nível de conhecimento em política, ao chegar o dia da votação, tende a optar por alguma das ofertas do mercado eleitoral.

#H12: Eleitores que se informam com regularidade, acompanham a campanha eleitoral e apresentam conhecimento quanto aos assuntos políticos, estão menos propensos a votar em branco ou nulo.

São quatro variáveis do ESEB – 2010:

- A) Lê Jornal (O(A) SR(A). COSTUMA LER JORNAL?). Variável binária;
- B) Assistiu Telejornais (O(A) SR(A). ASSISTIU TELEJORNALIS COM NOTÍCIAS NACIONAIS ESSA SEMANA?). Variável binária;
- C) Acompanhou as Eleições (COMO O(A) SR(A). ACOMPANHOU A CAMPANHA ELEITORAL?). Escala de 1 a 4, onde quatro é o eleitor que acompanhou de forma muito próxima.
- D) Índice de Cognição Política (VOU LER PARA O(A) SR(A). O NOME DE ALGUNS POLÍTICOS E GOSTARIA QUE ME DISSESSE A QUAL PARTIDOS ELES SÃO FILIADOS. DE QUAL PARTIDO _____ (LER O NOME DO POLÍTICO) É FILIADO?). É uma lista com vários nomes de políticos e o entrevistado tinha que mencionar espontaneamente o partido em que era filiado. Dessa lista, foram escolhidos 8 nomes (Michel Temer, Marina Silva, Marco Maciel, Lula, José Serra, José Sarney, Itamar Franco e FHC) de expressão nacional (passaram por ministérios e concorreram a alguma eleição nacional como presidente ou vice). Todas as oito variáveis foram recodificadas para binárias, sendo que 1 acertou o partido e 0

errou, e depois foram somadas, gerando uma escala de 0 a 7. O Alfa de Cronbach foi de 0,689.

Santos (1987, 2007) apontou para a importância da conjuntura na ocorrência da alienação eleitoral. Essa conjuntura pode ser concebida a partir de vários aspectos, principalmente aqueles relacionados diretamente às opções no mercado eleitoral.

#H13: Quando as ofertas eleitorais não correspondem às expectativas do eleitorado encerram por desmobilizá-lo, contribuindo para o aumento da alienação eleitoral.

As variáveis do ESEB – 2010 são:

- A) Diferença entre os Candidatos (NA CAMPANHA ELEITORAL, O(A) SR(A). DIRIA QUE EXISTIRAM GRANDES DIFERENÇAS ENTRE OS CANDIDATOS, PEQUENAS DIFERENÇAS, OU NENHUMA DIFERENÇA ENTRE ELES?). Escala de 0 a 2, onde dois é o eleitor que afirmou existir grandes diferenças.
- B) Sentimento de Representação (HOVE ALGUM CANDIDATO A PRESIDENTE DESSA ELEIÇÃO QUE REPRESENTOU BEM O QUE O(A) SR(A). PENSA?). Variável binária que representa a presença do atributo.

As teorias econômicas e economicistas do voto indicam que a avaliação de governo é um bom preditor da direção do voto (DOWNS, 1999; FIORINA, 1981). No plano nacional, as eleições de 2010 tiveram como marca o excelente retrospecto avaliativo do governo Lula e, por outro lado, na impossibilidade de ele disputar a eleição, o empenho do presidente em colar a sua imagem e do seu governo na sua sucessora, Dilma. Almeida (2008) indicou que, em uma eleição, quando o governo é bem avaliado, o cenário é de uma eleição governista, quando a avaliação não é boa, a eleição se torna favorável à oposição.

#H14: Eleitores que avaliam positivamente o desempenho do governo estão menos propensos a votar em branco ou nulo.

A variável do ESEB – 2010 é a avaliação do Governo Lula (NA SUA OPINIÃO, DE UMA MANEIRA GERAL, O GOVERNO LULA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS FOI). Escala de 1 a 4, onde quatro representa o eleitor que avaliou o governo como muito bom.

Conforme discutido na primeira parte, seja no modelo sociológico, psicossociológico ou racionalista, a identificação partidária desempenha um papel importante, sendo expressão de classe, conectando o eleitor ao mundo político, deixando a política cognoscível ou servindo como atalho cognitivo que diminui os custos da participação eleitoral.

#H15: *Eleitores que nutrem predileção por algum partido político estão menos inclinados a anular ou votar em branco.*

Sentimentos Partidários: eleitores que possuem predileção por algum partido político (DE UM MODO GERAL, EXISTE ALGUM PARTIDO POLÍTICO QUE O(A) SR(A). GOSTE?). Variável binária onde o 1 indica a presença do atributo.

3.3 - METODOLOGIA:

Esta seção é reservada aos detalhamentos metodológicos gerais, já que na etapa anterior foi especificada, hipótese por hipótese, a forma como cada uma foi operacionalizada. Objetiva-se, principalmente, apresentar as bases utilizadas, as origens das informações, as variáveis controle e os modelos e testes que serão rodados mais à frente.

3.3.1- Dos procedimentos de construção das bases de dados

O primeiro aspecto a ser apresentado diz respeito às informações utilizadas, níveis de coletas e suas respectivas fontes. Os dados de que se fez uso podem ser classificados em dois grandes grupos:

- I) Nível Individual: *survey* que coletou informações diretamente com os eleitores brasileiros no mês seguinte ao das eleições de 2010, ocorrida em outubro. A pesquisa em voga é o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB – 2010). O acesso se deu por via do catálogo de bancos de dados do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP – UNICAMP)¹²¹.
- II) Nível Agregado: base construída pelo próprio autor, sendo os estados brasileiros a unidade básica de análise. As informações foram coletadas do Repositório de Dados

¹²¹ <http://www.cesop.unicamp.br/>.

Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE – 2010 e 2012)¹²². Além desses dados, fez-se uso do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para calcular as abstenções, especificamente o número de pessoas com 16 anos ou mais de idade. Desse universo subtraiu-se o comparecimento, restando as abstenções para as duas eleições. A opção por essa base se deu como alternativa (plano B) à intenção original que consistia no uso de uma base agregada, sendo o município a unidade de análise, e reunindo dados socioeconômicos de outras fontes: a) o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010)¹²³; b) o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Atlas – PNUD – 2010); e c) o Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IVS – IPEA)¹²⁴. Porém, nas análises descritivas preliminares, vários casos apresentaram valores “estranhos” em algumas variáveis. Para não correr o risco de concluir algo em cima de dados suspeitos ou efetivamente incorretos, optou-se, como alternativa, pela construção da base por estado descrita acima, com dados do TSE (2010 e 2012) e informação sobre a população em idade de votar extraída do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Obviamente, isso impactou nas técnicas utilizadas. O plano inicial consistiria em análise de regressão espacial a partir do georreferenciamento de todos os dados. Com o plano alternativo, o leque de técnicas disponíveis se estreitou absurdamente, utilizando apenas análises descritivas.

3.3.2- Variáveis critério e os modelos de análises

As variáveis critério que integrarão os modelos de regressão logística, referentes à Base ESEB – 2010, são binárias: Abstenção 2010;

¹²² <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

¹²³ <http://www.ibge.gov.br/home/>.

¹²⁴ <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>.

Votaria Caso Não Fosse Obrigatório; Branco/Nulo Presidente 2010; e Branco/Nulo Deputado Federal 2010. As últimas variáveis citadas terão basicamente o mesmo conjunto de preditores, assim, será possível identificar diferenças nos comportamentos deles quando se muda a variável critério de um cargo executivo para legislativo. Os testes das hipóteses 5, 6, 7 e 10 serão feitos comparando médias e segmentando por regiões para captar possíveis diferenças. Apesar da limitação desse procedimento, espera-se encontrar algumas evidências interessantes, mesmo que de caráter descritivo e preliminar. Segue um quadro que sintetiza as variáveis do ESEB – 2010 que serão utilizadas e as respectivas escalas.

Quadro 5¹²⁵: Quadro das variáveis que comporão os modelos de análises

Tipo	Variável	Escala
VD	Abstenção 2010	Binária
	Branco/Nulo Presidente 2010	Binária
	Branco/Nulo Deputado Federal 2010	Binária
	Votaria Caso Não Fosse Obrigatório	Binária
VI	Avaliação Sociotrópica da Economia	1 a 5
	Ind. Avaliação Desempenho Instituições	4 a 24
	Ind. Satisfação com Políticas Setoriais	0 a 50
	O Brasil se tornou Mais Democrático	Binária
	Escolaridade	1 a 10
	Renda Familiar	Escalar
	Ser Negro/Pardo	Binária
	Desempregado	Binária
	Vulnerável à Pobreza	Binária
	Fundamental Incompleto	Binária
	Ind. De Ineficácia Política Subjetiva	2 a 10
	Sentimentos Partidários	Binária
	Apoio Difuso à Democracia	1 a 5
	Satisfação com a Democracia	1 a 5
	Se Absteve em 2006	Binária
	Se Absteve em 2010	Binária
	Ser do Norte	Binária
	Pop. Urbana	Binária
	Jornal	Binária
	Telejornal	Binária
	Acompanhou Eleições	1 a 4
	Cognição Política	0 a 7
	Existiram Diferenças Entre os Candidatos	0 a 2
Sentiu-se representado	Binária	
Avaliação Gov. Lula	1 a 4	
VC	Idade de Voto Facultativo	Binária
	Casado	Binária
	Homem	Binária
	Ser Jovem	Binária

¹²⁵ O VD se refere às variáveis dependentes/critério; o VI, às independentes relacionadas às hipóteses; e a VC, às de controle, que buscam deixar as estimativas mais conservadoras, controlando efeitos exagerados, caso não estivessem presentes no modelo. Algumas variáveis assumirão os dois papéis: em um modelo serão VI e em outro, VC.

3.4- ANÁLISES DOS DADOS

Os modelos analisados se apresentam na seguinte ordem: 1) a abstenção, afinal, antes de decidir o que fazer com o voto, o eleitor define se comparecerá; 2) o voto branco e nulo, que sintetiza as estimativas de dois modelos (um para presidente e outro para deputado federal); e 3) o modelo hipotético, cuja variável dependente se refere a uma situação que não ocorreu, mas caso ocorresse, supõe o que o eleitor faria (votaria, caso o voto não fosse obrigatório?). Em todas as tabelas onde são apresentadas as estimativas do modelo há uma coluna (a primeira à esquerda) onde se associa a variável do modelo à respectiva hipótese que visa testar, facilitando a leitura à luz das hipóteses em teste.

Inicia-se com o modelo da Abstenção 2010(tabela a seguir). Das treze variáveis que estão relacionadas às hipóteses, dez não apresentaram significância: Ser Negro/Pardo, Vulnerável à Pobreza, Desempregado, População Urbana, Sentimentos Partidários, Satisfação com a Democracia, Apoio Difuso à Democracia, Ser do Norte, Existiram Diferenças Entre os Candidatos e Sentiu-se Representado. Outras três apresentaram significância:

- ✓ Fundamental Incompleto: não ter completado o ensino fundamental aumenta em 86,2% as chances de o eleitor se abster;
- ✓ Índice de Ineficácia Política Subjetiva: a cada aumento na escala (2 a 10), aumentam as chances do eleitor se abster em 11,2%. Lembrando que o eleitor que se percebe ineficaz é aquele eleitor que afirma não fazer nenhuma diferença quem governa o país e que seu voto é indiferente;
- ✓ Se absteve em 2006: o eleitor que se absteve em eleições anteriores, neste caso, a de 2006, aumenta as chances de continuar se abstendo em 169,8%.

No que diz respeito às três variáveis controle, duas delas não apresentaram significância (Estar Casado e Ser Homem). Já a Idade de Voto Facultativo (eleitores que possuem idade de votar, mas que o voto não é obrigatório – 16 e 17 anos e acima de 70) apresentou significância. Portanto, ser eleitor em idade de voto facultativo aumenta em 376,2% as chances de se abster.

Tabela 11: Modelo de Regressão Logística – Abstenção 2010.

Classificação	Variáveis	S.E.	Exp. (B)
#H3	Ser Negro/Pardo	,217	1,090
	Vulnerável à Pobreza	,252	,741
	Desempregado	,403	1,578
	Fundamental Incompleto	,279	1,862**
#H4	Pop. Urbana	,339	1,164
#H8	Ind. De Inef. Pol. Subjetiva	,050	1,112**
	Sentimentos Partidários	,224	1,232
	Satisfação com a Democracia	,097	1,048
	Apoio Difuso à Democracia	,130	1,087
#H9	Se absteve em 2006	,259	2,698*
#H11	Ser do Norte	,397	1,157
#H13	Existiram Diferenças Entre os Candidatos	,151	,926
	Sentiu-se representado	,237	,669
VC	Idade de Voto Facultativo	,347	4,762*
	Casado	,226	,758
	Homem	,212	,951
Constant		,816	,026
% Acertos do Modelo		93,4	

* Sig. Até 0,01;

** Sig. > que 0,01 até 0,05.

Fonte: ESEB – 2010. Elaboração do autor.

O próximo modelo é o do voto branco e nulo para presidente e deputado federal (tabela a seguir). Inicia-se pelo cargo de Presidente da República. Das catorze variáveis relacionadas às hipóteses, cinco não apresentaram significância: Avaliação Sociotrópica da Economia, Índice de Avaliação de Desempenho das Instituições, Renda Familiar, Lê Jornal, Sentiu-se Representado e Avaliação do Atual Governo. As outras oito apresentaram significância:

- ✓ Índice de Satisfação com as Políticas Setoriais: a cada aumento na escala de satisfação com as políticas setoriais (0 a 50), reduzem as chances de o eleitor votar em branco ou anular o voto em 6,4%;
- ✓ O Brasil se tornou mais democrático: o eleitor que considera que o país se tornou mais democrático tende a votar menos em branco ou nulo, 68%;
- ✓ Escolaridade: a cada aumento na escolaridade, aumentam as chances de o eleitor votar em branco ou nulo em 26,8%;
- ✓ Assistir Telejornal: o eleitor que assiste telejornal reduz suas chances de votar em branco ou anular o voto em 64,9%;
- ✓ Cognição Política: o eleitor que conhece os políticos de expressão nacional e sabe associá-los espontaneamente aos seus respectivos partidos vota menos em branco ou nulo. A cada aumento na escala de cognição (0 a 7), reduz em 24,6% as chances de o eleitor se abster;
- ✓ Acompanhou as Eleições: o eleitor que acompanha as eleições tende a votar nominalmente, ou seja, reduzem as chances de votar em branco ou anular em 53%;
- ✓ Existiram Diferenças entre os Candidatos: quanto mais diferença o eleitor percebe entre os candidatos, menos ele se vê inclinado a votar em branco ou nulo. A cada aumento na escala de percepção de diferença (0 a 2), reduzem as chances em 46,2%;
- ✓ Sentimentos Partidários: o eleitor que nutre sentimento de estima por algum partido político tende a votar menos em branco ou nulo. O fato de ele possuir estima por algum partido reduz as chances de votar em branco ou nulo em 46,2%.

Em relação às variáveis controle, todas não apresentaram significância: Ser Casado, Ser Homem e Ser Jovem.

Para o cargo de Deputado Federal, dois preditores que constavam no modelo para presidente foram excluídos: Avaliação de Governo e Sentiu-se Representado por Algum dos Candidatos à Presidência. A razão

de excluí-los é que fazem referência direta, específica, ao executivo nacional. Das doze variáveis relacionadas às hipóteses, seis não atingiram nível de significância aceitável: Avaliação Sociotrópica da Economia, Escolaridade, Renda Familiar, Lê Jornal, Assiste Telejornal, Existiram Diferenças entre os Candidatos. As outras seis obtiveram significância:

- ✓ Índice de Avaliação de Desempenho das Instituições: a cada aumento na escala de avaliação das instituições (4 a 24, sendo 24 a avaliação máxima positiva), reduz em 10,6% as chances de votar em branco ou anular;
- ✓ Índice de Satisfação com as Políticas Setoriais: quanto mais satisfeito, menos tende a votar em branco ou anular, a cada aumento na escala de satisfação, reduz em 3,1% as chances;
- ✓ O Brasil se tornou mais democrático: considerar que o país se tornou mais democrático reduz em 46,7% as chances de votar em branco ou anular;
- ✓ Cognição Política: a cada aumento na escala de cognição, reduz as chances de votar em branco ou anular em 19%;
- ✓ Acompanhou as Eleições: conforme o eleitor sobe na escala de acompanhamento (0 a 2), reduz em 22,6% as chances de votar em branco ou nulo;
- ✓ Sentimentos Partidários: possuir sentimento de estima por algum partido político reduz em 37,3% as chances de votar em branco ou anular.

Nenhuma das variáveis controle inseridas no modelo apresentaram significância: Ser Casado, Ser Homem e Ser Jovem.

Tabela 12: Regressão Logística – Voto Branco/Nulo 2010 (Presidente X Dep. Federal)

Classificação	Variáveis	Presidente		Deputado Federal	
		<i>S.E.</i>	<i>Exp. (B)</i>	<i>S.E.</i>	<i>Exp. (B)</i>
#H1	Avaliação Sociotrópica da Economia	,237	1,314	,118	1,197
	Ind. Avaliação Desempenho Instituições	,044	,950	,023	0,894*
	Ind. Satisfação Políticas Setoriais	,030	0,936**	,013	0,969**
	O Brasil se tornou mais democrático	,403	0,320*	,196	0,533*
#H2	Escolaridade	,110	1,268**	,051	,944
	Renda Familiar	,000	1,000	,000	1,000
#H12	Lê Jornal	,436	1,679	,202	,879
	Vê Telejornal	,432	0,351**	,252	,717
	Cognição Política	,139	0,754**	,065	0,810*
	Acompanhou as Eleições	,273	0,470*	,112	0,774**
#H13	Existiram Diferenças Entre os Candidatos	,252	0,538**	,145	,850
	Sentiu-se representado	,407	,519	XXXXXX	XXXXXX
#H15	Sentimentos Partidários	,477	0,394**	,189	0,627**
#H14	Avaliação Gov. Lula	,364	1,093	XXXXXX	XXXXXX
VC	Ser Casado	,416	1,642	,193	1,126
	Ser Homem	,400	1,072	,193	1,058

Continuação...					
	Ser Jovem	,447	1,629	,218	1,087
	Constant	1,467	1,034	,631	15,295
	% Acertos do Modelo	97,2		78,9	

* Sig. Até 0,01;

** Sig. > que 0,01 até 0,05.

Fonte: ESEB – 2010. Elaboração do autor.

O último modelo diz respeito às abstenções em uma situação hipotética de voto facultativo. Das nove variáveis relacionadas às hipóteses, cinco não apresentaram significância: Ser Negro/Pardo, Vulnerável à Pobreza, Desempregado, Fundamental Incompleto e População Urbana. Outras quatro apresentaram significância:

- ✓ Índice de Ineficácia Política Subjetiva: quanto mais ineficaz se percebe o eleitor, menores são as chances de votar em uma situação de voto facultativo, 11,4%;
- ✓ Sentimentos Partidários: os eleitores que possuem predileção por algum partido político são mais propensos a se absterem em uma situação de voto não obrigatório, 31,8%;
- ✓ Satisfação com a Democracia: quanto mais satisfeito está o eleitor com a democracia, mais chances ele tem de se abster em uma situação de voto facultativo;
- ✓ Apoio Difuso à Democracia: o eleitor que apoia a democracia possui 21,1% de chance de se abster em uma situação de voto não obrigatório.

Quanto às variáveis controle, das seis, quatro não apresentaram significância: Se Absteve em 2006, Se Absteve em 2010 e Ser Casado. Outras duas atingiram significância: Idade de Voto Facultativo (eleitores em idade de voto facultativo possuem 144,7% de chances de não votar em uma situação de voto facultativo universal); e Ser Homem (eleitores homens possuem 36,4% mais chances de se absterem).

Tabela 13: Regressão Logística – Votaria Caso não Fosse Obrigatório

Classificação	Variáveis	S.E.	Exp. (B)
#H3	Ser Negro/Pardo	,110	,898
	Vulnerável à Pobreza	,122	1,010
	Desempregado	,233	,812
	Fundamental Incompleto	,164	,960
#H4	Pop. Urbana	,161	,943
#H8	Ind. De Inef. Pol. Subjetiva	,028	0,886*
	Sentimentos Partidários	,108	1,318*
	Satisfação com a Democracia	,049	1,301*
	Apoio Difuso à Democracia	,063	1,211*
VC	Se absteve em 2006	,166	1,057
	Se absteve em 2010	,223	,823
	Ser do Norte	,203	1,085
	Idade de Voto Facultativo	,313	2,447*
	Ser Casado	,111	,991
	Ser Homem	,108	1,364*
Constant		,376	,265
% Acertos do Modelo		61	

* Sig. Até 0,01;

** Sig. > que 0,01 até 0,05.

Fonte: ESEB – 2010. Elaboração do autor.

Conforme discussão anterior, para as hipóteses 5, 6, 7 e 10, foi adotado um procedimento diferente, com análises de cunho descritivo e comparativo. Dessa forma, vale frisar que esses procedimentos implicam em enormes limitações, porém, considera-se que os achados valem o investimento nessas análises. Para tal, adotou-se o seguinte lógica de

análise: as hipóteses serão apresentadas e, logo na sequência, as análises e os dados.

#H5: *As eleições para o Executivo nas três esferas da federação apresentam menores percentuais de votos brancos e nulos quando comparadas com os respectivos cargos para os legislativos.*

Conforme indica a tabela a seguir, respeitando as limitações dos dados à disposição, a hipótese não foi comprovada. Com exceção do caso do executivo nacional, nos outros dois níveis federativos, Estados e Municípios, o padrão observado no nacional não se repetiu.

Tabela 14: Média percentual de votos brancos e nulos – Executivos X Legislativos

Executivos	Média		Legislativos
	----- Desvio Padrão		
% Voto Branco/Nulo Presidente 2010	8,3	9,6	% Voto Branco/Nulo Dep. Federal 2010
	2,567	2,909	
% Voto Branco/Nulo Governador 2010	12,0	8,3	% Voto Branco/Nulo Dep. Estadual 2010
	3,950	2,622	
% Voto Branco/Nulo Prefeito 2012	10,2	6,5	% Voto Branco/Nulo Vereador 2012
	6,652	2,345	

Fonte: TSE – 2010 e 2012 e IBGE 2010. Elaboração do autor.

#H6: *Dada a proximidade e importância conferida ao vereador, nas eleições locais, para esse cargo, os votos brancos e nulos são em menor proporção quando comparados ao cargo equivalente no nível federal.*

A tabela a seguir acena no sentido da corroboração da hipótese, mostrando que o percentual médio de votos brancos e nulos para vereador é 3,1 pontos percentuais menor que para o legislativo nacional representado pelo cargo de Deputado Federal.

Tabela 15: Média percentual de votos brancos e nulos – Dep. Federal X Vereador

Legislativo Nacional	Média ----- Desvio Padrão		Legislativo Local
	% Voto Branco/Nulo Dep. Federal 2010	9,6 2,909	

Fonte: TSE – 2010 e 2012 e IBGE 2010. Elaboração do autor.

#H7: *As eleições locais, quando comparadas às nacionais, registram menores taxas de abstenções, votos brancos e nulos.*

Segundo a tabela a seguir, a hipótese se confirmou parcialmente: no caso das abstenções e da votação para os legislativos, os percentuais médios foram menores. Porém, no caso dos executivos, houve inversão: o nacional registrou menor percentual que o local.

Tabela 16: Alienação eleitoral – Eleições Nacionais X Eleições Locais

Eleições Nacionais	Média ----- Desvio Padrão		Eleições Locais
	% Abstenção 2010	21,5 3,114	
% Voto Branco/Nulo Presidente 2010	8,3 2,567	10,2 6,652	% Voto Branco/Nulo Prefeito 2012
% Voto Branco/Nulo Dep. Federal 2010	9,6 2,909	6,5 2,345	% Voto Branco/Nulo Vereador 2012

Fonte: TSE – 2010 e 2012 e IBGE 2010. Elaboração do autor.

#H10: *À medida que o cargo legislativo em disputa se afasta do contexto local onde o eleitor está inserto (pela ordem de proximidade:*

Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador), ele ganha incremento em votos inválidos.

Os dados apresentados na tabela a seguir indicam no sentido da aprovação da hipótese. O cargo de vereador registrou o menor percentual, seguido do deputado estadual, federal e, por último, senador.

Tabela 17: Votos Brancos e Nulos para Cargos Legislativos

Legislativo	Média	Desvio Padrão
% Voto Branco/Nulo Vereador 2012	6,5	2,345
% Voto Branco/Nulo Dep. Estadual 2010	8,3	2,622
% Voto Branco/Nulo Dep. Federal 2010	9,6	2,909
% Voto Branco/Nulo Senador 2010	39,4	14,873

Fonte: TSE – 2010 e 2012. Elaboração do autor.

3.5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte pretende-se resgatar os principais achados e encaminhar algumas discussões pertinentes aos resultados encontrados. O primeiro aspecto a ser discutido é em relação ao uso do termo “alienação eleitoral” para identificar e qualificar um fenômeno que tem sua concretude nas abstenções, votos brancos e nulos. A literatura apontou razões suficientes para, pelo menos, desmembrar as abstenções das outras duas modalidades de voto. Além disso, havendo a possibilidade, é desejável trabalhar o voto branco e nulo separadamente. O primeiro é fruto de uma ação deliberada do eleitor que opta por apertar a tecla existente na urna. Já o voto nulo, além da dimensão da insatisfação, presente também no voto branco, pode ser resultado de erro na operacionalização da urna. O problema é quando o estudo do voto branco e nulo se dá através de dados de *survey*, onde o “n” de cada um inviabiliza testes mais robustos, sendo a estratégia usual a soma dos dois. Essa limitação pode ser contornada com o uso de dados agregados, resultados eleitorais, porém, há de se atentar para outros limites que, se forem violados, podem induzir o analista a cair em armadilhas como a falácia ecológica.

É importante atentar para o uso indiscriminado da “alienação”, já que é um conceito consolidado em tradições teóricas como a marxista, podendo gerar confusões quando levada aos estudos eleitorais sem o acompanhamento das devidas definições e limitações. Claro que o enquadramento dado à alienação nos estudos em questão, os eleitorais, assume a perspectiva de que a alienação carrega consigo o significado de tornar-se alheio à possibilidade de escolher, entre as ofertas contidas no mercado eleitoral, os nomes daqueles que ocuparão os postos centrais do poder nas três esferas da federação e nos dois poderes eletivos, o executivo e o legislativo. Porém, sabe-se que esse “tornar-se alheio” não é algo unívoco, assume diversos significados, conforme as discussões a seguir.

Abstenções:

Em relação aos recursos individuais, foram quatro variáveis que operacionalizaram a hipótese dos recursos, três delas não foram significativas. A sugestão é de precisar melhor quais recursos individuais são realmente importantes. A literatura aponta, com quase unanimidade, a importância da escolaridade na viabilização da participação política em

diversos repertórios. Aqui, abordou-se um desses repertórios, a participação eleitoral, e os dados indicaram que a escolaridade é o recurso individual por excelência dessa participação. Do ponto de vista atitudinal, o eleitor que se abstém, o faz por não perceber a eficácia no seu voto e por ser indiferente quanto a quem governa o país. Ou seja, se abster é melhor do que se deslocar até às urnas para votar, sem que tal ação produza resultados que impacte na vida do eleitor. Esse é um forte indício da falta de envolvimento do eleitor que contribui para o seu isolamento e, por consequência, a sua exclusão do processo eleitoral. Além disso, o comportamento abstencionista assume um caráter sistemático ao longo do tempo: o eleitor que optou por não comparecer em um pleito, agiu da mesma forma em eleições anteriores.

Quanto ao fator idade, nos pontos extremos da escala etária eleitoral, os eleitores mais novos e os mais velhos, que compartilham do usufruto da prerrogativa do voto facultativo, abstêm-se mais. Contrastando esse achado com os da pesquisa LAPOP, rodada de 2014 para o Brasil, onde há uma pergunta específica para aqueles que não compareceram (Por que o(a) sr./sra. não votou no primeiro turno na última eleição presidencial?- a eleição de referência é a de 2010), constata-se uma correspondência entre as respostas e o resultado acima, no tocante ao fator idade eleitoral. Segundo os dados do LAPOP, dos que, em 2014, afirmaram ter se absterido em 2010, 60% o fizeram por questões de idade: ou muito jovem ou muito velho. Quanto ao segmento jovem, coaduna-se à primeira parte da tese, onde foi constatado que os jovens latinos estão se afastando dos repertórios convencionais como as eleições, seguindo uma tendência já observada há décadas nos países desenvolvidos.

Voto Branco e Nulo:

A insatisfação está na base motivacional do eleitorado que opta por esse tipo de voto, tanto para presidente quanto para deputado federal, com algumas diferenças entre esses dois cargos. No caso específico do executivo nacional, a ausência de diferenças entre os candidatos concorrentes ao cargo, na visão do eleitor, o leva a optar pelo voto branco ou nulo. Ou seja, além do aspecto relacionado à insatisfação com as ofertas que se apresentam, que são monopólios exclusivos dos partidos políticos, esses votos expressam a tendência, pelo menos de parte desse eleitorado, em não legitimar um processo de escolha que conferirá o direito a um dos concorrentes de ocupar o posto político máximo do país.

Direito esse que, na avaliação do eleitor que optou por votar em branco ou nulo, nenhum dos concorrentes é merecedor. Ainda no tocante ao cargo executivo, o aumento da escolaridade impacta no aumento da probabilidade de votar em branco ou nulo, enquanto que acompanhar os telejornais com notícias nacionais incide na redução das chances do eleitor de optar pelos mesmos votos. Esse resultado revela certo descompasso entre escolaridade e informação. Assim, o eleitor escolarizado, que opta por esse tipo de voto, pode não necessariamente acompanhar a vida do país de forma mais próxima e rotineira, tornando a opção pelo voto branco ou nulo uma saída para aqueles que, não detendo informações suficientes para uma escolha “ótima”, preferem anular ou votar em branco. Pode-se conjecturar, porém sem as devidas bases factuais, que esses mesmos eleitores fazem a opção pela abstenção devido ao senso de dever cívico neles existentes que os impelem a comparecer às urnas.

Já para o caso específico do legislativo nacional, o que se tem é um questionamento direto à instituição “Parlamento Brasileiro”, já que eleitores que avaliam de forma negativa o desempenho das instituições políticas tendem a optar por anular ou votar em branco para deputado federal. Complementarmente a essa constatação, tem-se a informação trazida pela pesquisa LAPOP 2010 para o Brasil que inquiriu o eleitor acerca da sua avaliação sobre o Congresso Nacional (Até que ponto o(a) Sr./sra. diria que o Congresso Nacional cumpre com o que o(a) Sr./sra. espera dele?). Para uma escala de 1 (nada) a 7 (muito), a média das respostas foi de 3,3, abaixo do ponto médio da escala que é 4.

Além dos padrões causais específicos pertinentes a cada um dos cargos, existem aqueles que são comuns a ambos, a começar pela dicotomia satisfação/insatisfação com as políticas setoriais. O resultado apresentado por essa variável revela outra dimensão da insatisfação do eleitorado, fazendo-o votar em branco ou anular o voto: a insatisfação com políticas que afetam diretamente o seu cotidiano (emprego, saúde, educação, desigualdade e segurança pública). A percepção de que a democracia no país melhorou leva a uma redução dos votos brancos e nulos. Esse dado revela a importância de haver uma correspondência entre as expectativas dos cidadãos e a capacidade do sistema político de processá-las, não permitindo que se crie um fosso intransponível entre os eleitores e os sistemas políticos.

Três variáveis que expressam a proximidade do eleitor com a política apresentaram impactos redutores nas chances de o eleitor votar

em branco ou nulo: Cognição Política, Acompanhou as Eleições e Sentimentos Partidários. Esses resultados reforçam o descompasso entre escolaridade e proximidade com a política, discutido anteriormente. Assim, os votos brancos e nulos assumem uma dimensão de protesto de um público escolarizado, mas que é distante da política. Esse distanciamento tornou-se evidente a partir do desempenho das seguintes variáveis: Informações Políticas em Telejornais, Cognição Política, Acompanhou a Campanha Eleitoral e Nutre Sentimentos de Simpatia por Algum Partido.

Essa leitura do voto branco e nulo como expressão de protesto coaduna-se com os resultados da pergunta que indaga o eleitor do porquê que votou em branco ou anulou o voto nas eleições de 2010, LAPOP – 2014 - Brasil (Por que o(a) Sr./sra. deixou a cédula em branco ou anulou seu voto no primeiro turno na última eleição presidencial?). A resposta mais recorrente foi “queria mostrar meu descontentamento com os candidatos”, escolhida como resposta por 36% dos entrevistados que votaram em branco ou anularam. 13% afirmaram que “não acreditam na democracia e queria protestar”, reforçando que parte desses eleitores não desejam legitimar o processo eleitoral ou até a própria democracia, e 4% afirmaram que “seu voto não faz diferença”¹²⁶. Uma resposta a essa mesma pergunta chamou atenção e foi escolhida por 11% dos respondentes que votaram em branco ou nulo: “estava confuso”. Essa última resposta remete à advertência de Jairo Nicolau de que parte desses votos são fruto de erro, explicação esta que não pode ser testada satisfatoriamente, impossibilitando tecer qualquer conclusão.

Votaria Caso Não Fosse Obrigatório:

O sentimento de ineficácia política subjetiva que desmobiliza o eleitor no contexto atual, em que vigora obrigatoriedade do voto, em uma situação de voto facultativo seu efeito é maior, contribuindo de forma mais efetiva no aumento das chances do eleitor se abster. Algo paradoxal surgiu com alguns resultados, principalmente no tocante às variáveis “nutrir sentimentos partidários”, “apoiar difusamente a democracia” e “estar satisfeita com a democracia”. O eleitor que apresenta os três atributos acima, está mais propenso a se abster em uma situação de voto facultativo. A sugestão é que, se abster em meio à obrigatoriedade é fenômeno distinto de “se abster” em uma situação de voto facultativo, a

¹²⁶ Outras respostas com conteúdo de protesto apareceram.

começar pelo próprio elemento hipotético da pergunta. O eleitor considera que o voto é um direito e não uma obrigação, e que a democracia é algo para além do voto, e que não comparecer às urnas não comprometerá a vida política e democrática do país. Mais do que votar, está o direito de não votar e não ser sancionado por essa escolha. Ser defensor da democracia não se contradiz com uma atitude abstencionista desde que o contexto seja de não obrigatoriedade do voto. É o velho dever cívico ou termo “D” presente nos cálculos dos eleitores. Isso se reforça pelo fato de que as variáveis de abstenção (2006 e 2010) não apresentaram significância.

Essa interpretação ganha ainda mais força ao observar a distribuição percentual de respostas à pergunta “O que é democracia?”, contida na mesma base de dados. As principais respostas foram as seguintes: 25% afirmaram que é “liberdade de expressão”; seguido de 10% que apontaram a “liberdade de escolha”; 5%, a “liberdade de ir e vir”; e 4%, o “direito de votar”. Na percepção mais geral do eleitorado, democracia está umbilicalmente ligada às liberdades individuais, liberdades essas que, na primeira parte da tese, impactam positivamente na ocorrência das abstenções na América Latina. Quanto às variáveis controle, aqueles, cujo voto é facultativo por questão de idade, não compareceriam às urnas em uma situação de voto facultativo, bem como os homens.

Quanto às hipóteses 5, 6, 7 e 10, de forma muito limitada, os resultados não estão totalmente destoantes da teoria. Em relação à hipótese que esperava que os cargos para executivos tivessem percentual menor de votos em branco e nulo que os legislativos, apesar de se confirmar somente para o executivo federal, se coaduna com parte da literatura que aponta a existência de um presidencialismo forte, sendo chamado de presidencialismo imperial por alguns autores (ABRANCHES, 1988)¹²⁷. Somado a isso, a proeminência que o executivo federal teve na história do país, anterior à atual constituição e, em alguns aspectos, reforçada por ela, colocou-o em evidência e como centro gravitacional do sistema político. Outro apontamento é que as eleições locais, devido às próprias características, tendem a mobilizar mais o eleitorado, seja pelo fato das temáticas estarem mais próximas do cotidiano do eleitor, bem como a proximidade deste com os candidatos que disputam os cargos eletivos.

¹²⁷ “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. In: *Dados* 31(1), 1988, pp. 5-33.

Entre os cargos legislativos, o vereador e o senador ocupam espaços diametralmente opostos: aquele com menor percentual de brancos e nulos e este com maior percentual. Sugere-se que o debate sobre a importância do senador na engenharia institucional, consolidada no debate norte-americano acerca da importância do regime federalista, não ganha coro entre o eleitorado médio brasileiro. É sempre importante ressaltar que esse último bloco de hipóteses foi analisado/testado levando em consideração dois momentos no tempo (2010 e 2012). O desejável seria a inserção do elemento diacrônico, de uma evolução no tempo, e utilizando testes mais sofisticados. Considerando como ponto de partida o marco democrático que inaugurou a Nova República no país, a Constituição de 1988. Assim, teria a evolução dos votos brancos e nulos para todos os cargos e também das abstenções, verificando se esse comportamento se repete ao longo das quase três décadas.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANCHES, S. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, 31(1), 1988, pp. 5-33.

ALESINA, A.; CARLINER, G. **Politics and Economics in the Eighties**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

ALMEIDA, C. A. **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ANDERSON, C. J. Economic voting and political context: a comparative perspective. **Electoral Studies**, 19, 2000, pp. 151–170

ANTUNES, R. J. S. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: Fatores estruturais, atitudes e mudanças no sentido do voto**. Tese de doutorado. Universidade de Coimbra. 2008.

BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.12, n.35, 1997.

BAQUEIRO, M. Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo. **Em Debate**, 2(7), 2010, p. 6-10.

BARTELS, L. M. **The Study of Electoral Behavior**. The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior, 2008.

BELLO, J.; ROLFE, M. Is influence mightier than selection? Forging agreement in political discussion networks during a campaign. **Social Networks**, 36, 2014, p. 134-146.

BERELSON, Bernard. R.; LAZARFELD, Paul F.; MCPHEE, William N. **Voting: a Study Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago, The University of Chicago Press, 1954.

BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. Tomo 12 (Política y Sociedad desde 1930) e o tomo 14 (América Central desde 1930). Barcelona: Critica, 2001.

- BIRCH, S. **Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting**. Manchester: Manchester University Press, 2009.
- BLAIS, A. What Affects Voter Turnout?. **Annual Review of Political Science**, vol. 9, 2006, p. 111-125.
- BLAIS, A.; AARTS, K. Electoral Systems and Turnout. **Acta Politica**, 41 (2), 2006, p. 180-196.
- BLAIS, A.; GALAIS, C. Beyond rationalization: Voting out of duty or expressing duty after voting?. **International Political Science Review**, 26, 2014.
- BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. In: **Debates**, v. 2, p. 134-157, 2008.
- BOHN, S. R. **Determinantes regionais da abstenção em eleições municipais e engajamento cívico com o poder local**. In: BAQUEIRO, M.; CREMONESE, D. Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Unijuí, 2009.
- BRADY, H. E.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. Beyond Ses: A Resource Model of Political Participation. **The American Political Science Review**, Vol. 89, No. 2, 1995, pp. 271-294.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. São Paulo: Atlas, 2005.
- CAMARGOS, M. B. **Economia e Voto: Fernando Henrique versus Lula**, 1998, in: TELLES, H.; LUCAS, J. I. (orgs), *Da Rua às Urnas*, Caxias do Sul: Educs, 2003.
- CAMARGOS, M. B. **Refinando a teoria do voto econômico: América Latina revisitada**. In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W.; STOKES, D. E. **The American Voter**. New York: John Wiley & Sons, 1964.

CAMPELO DE SOUZA, M. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega de Ciências Sociais, 1976.

CARRERAS, M.; CASTANEDA-ANGARITA, N. Recurso dos eleitores e participação eleitoral da América Latina. **Em Debate**, 4(3), 2012, p. 25-40.

CARRERAS, M.; CASTANEDA-ANGARITA, N. Who Votes in Latin America? A Test of Three Theoretical Perspectives. **Comparative Political Studies**, 47(8), 2013, pp. 1079-1104.

CARRERAS, M.; IREPOGLU, Y. Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America. **Electoral Studies**, 32(4), 2013, pp. 609-619.

CASTRO, M. M. M. **Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral**. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.7 n.20 Rio de Janeiro out. 1992

CASTRO, M. M. M. de. **Determinantes do comportamento eleitoral — a centralidade da sofisticação política**. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Cândido Mendes (Ucam), 1994.

CONVERSE, P. E. Researching Electoral Politics. **American Political Science Review**, vol. 100, No. 4, 2006, pp. 605-612.

COSTA, H. de O. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**. Porto Alegre: Sulina. Natal: Ed. UFRN, 2007.

CRUZ, C. C. M. S. **Modelos Multi-nível: fundamentos e aplicações**. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, 2010.

DALTON, R.J. **The Good Citizen**. How a Younger Generation is Reshaping American Politics. Washington, D.C.:CQPress, 2008.

DALTON, R. J. **The apartisan American: dealignment and changing**

electoral politics. Washington, DC: Sage, 2013.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs). **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DENNY, D.; DOYLE, O. Political Interest, Cognitive Ability and Personality: Determinants of Voter Turnout in Britain. **British Journal of Political Science**, 38(2), 2008, pp. 291-310.

DELLA PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Estampa, 2003.

DETTREY, B.; SCHWINDT-BAYER, L. Voter Turnout in Presidential Democracies. **Comparative Political Studies**, 42 (10), 2009, pp. 1317-1338.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

DOWNES, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DOWNES, A. **Teoría económica de la acción política em uma democracia**. In: Diez textos básicos de ciencia política. 2ª ed. Ariel Ciencia Política. 2001. pp. 171-202.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ECHEGARAY, F. Voto Econômico ou Referendum Político Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-1994. **Opinião Pública**, Campinas, Vol III, nº2, 1995, pp. 88-109.

ECHEGARAY, F. **Economic Crises and Electoral Responses in Latin America**. New York: University Press of America, 2005.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975, p. 435-457.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto:** democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREIRE, A. **Modelos do Comportamento Eleitoral:** uma breve introdução crítica. Lisboa: Celta, 2001.

FREIRE, A. MAGALHÃES, P. **Abstenção eleitoral em Portugal.** Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

GALLAGHER, M. Proportionality, Disproportionality and Electoral Systems. **Electoral Studies**, 10:1, 1991, p. 33-51.

GALLEGO, A.; RICO, G.; ANDUIZA, E. Disproportionality and voter turnout in new and old democracies. **Electoral Studies**, 31 (1), 2012, p. 159-169.

GALLEGO, A. Understanding unequal turnout? Education and voting in comparative perspective. **Electoral Studies**, 29(2), 2010, pp. 238-248.

GEYS, B. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. **Electoral Studies**, 25, 2006a, pp 637-663.

GEYS, B. Rational' Theories of Voter Turnout:A Review. **Political Studies Review**, v. 4, 2006b, p. 16–35.

GEORGETOWN UNIVERSITY. **Political Database of the Americas.**

GOODIN, R. E.; ROBERTS, K. W. S. The ethical voter. **American political Science Review**, 69, 1975, p. 926-928.

GRAY, M.; CAUL, M. Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997. The effects of declining group mobilization. **Comparative Political Studies**, 33(9), pp. 1091-1122.

FEREJOHN, J. A.; FIORINA, M. P. The Paradox of Not Voting: A Decision-theoretic Analysis. **American Political Science Review**, 68, 1974, p. 525–36.

FIORINA, M. P. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven, CT: Yale University Press, 1981.

FIORINA, M. **Elections and the Economy in the 1980s: Short- and Long-Term Effects**. In: ALESINA, A.; CARLINER, G. Politics and economics in the eighties. The University of Chicago Press, Chicago, 1991.

FORNOS, A. C.; POWER, T.; GARAND, J. Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. **Comparative Political Studies**, 37 (8), 2004, p. 909-940.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, nº 58, 2003, pp. 193-223.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros, 2015**.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Data Base**.

JENSEN, R. **Análise de eleições Norte-Americanas: um estudo histórico de inovação e difusão metodológica**. In: LIPSET, S. M. (Org.). Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

JUNIOR, J. P. M. Modelo sociológico de decisão do voto presidencial no Brasil 1994 – 2006. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.2, 2009, p. 68-96

KATZ, E.; LAZARSELD, P. F. **Personal influence**: The part played by people in the flow of mass communication. Glencoe, IL: Free Press, 1955.

KEY, V. O., Jr. **The Responsible Electorate**: Rationality in Presidential Voting, 1936-1960. New York: Vintage, 1966.

KINDER, D.R., KIEWIET, D. R. Sociotropic politics: the American case. **British Journal of Political Science** 11 (2), 1981, pp. 129-161.

KRAMER, G. H. Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior. **APSR**. Vol. LXV, nº 1, 1971, pp. 131-143.

LAMOUNIER, B. **O voto em São Paulo, 1970-1978**. In: LAMOUNIER, B. (Org.). Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil 1970-1979. São Paulo: Vozes, 1980.

LATIN American Public Opinion Project. **Banco de dados. 2004-2012 e 2014**.

LAVAREDA, J. A. **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991.

LAVAREDA, A. **Principais marcas das eleições municipais brasileiras de 2008**. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2011.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice**: How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Election. New York, Columbia University Press, 1948.

LEWIS-BECK, M. S. Comparative economic voting: Britain, France, Germany, Italy. **American Journal of Political Science**, 30, 1986, pp. 315-346.

LEWIS-BECK, M. S. **Economics and Elections**: The Major Western Democracies. University of Michigan Press, Ann Arbor, MI, 1988.

LEWIS-BECK, M. S.; RATTO, M. C. Economic voting in Latin América: a general model. **Electoral Studies**, XXX, 2013, pp. 1-5.

LIJPHART, A. **As democracias contemporâneas**. Lisboa: Gradiva, 1989.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, O. B. A alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 14 ano 5, 1990. Disponível em:
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm
. Acesso em outubro 2010.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIPSET, S. M. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LIPSET, S. M. (Org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. **Cleavage structure, party systems, and voter alignments: an introduction**. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (Eds.). *Party Systems and Voter Alignments*. New York: The Free Press, 1967.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MIGUEL, L. F. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **BIB - Boletim Informativo Bibliográfico** (59), São Paulo, 2005, pp. 5-42.

MUNDIM, P. S. Cientistas Políticos, Comunicólogos e o Papel da Mídia nas Teorias da Decisão do Voto. **Revista Política Hoje**, Vol 19, n 2, 2010, pp. 338-364.

NASCIMENTO, E. O. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 95-121.

NICOLAU, J. M. SCHMITT, R. A. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova**, nº 36, 1995, pp. 129-147.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. **Working Paper Series, University of Oxford Centre for Brazilian Studies**, 2002.

Disponível em:

http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0018/9405/Nicolau26.pdf, acessado em setembro de 2010.

NICOLAU, J. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2012.

O'Donnell, G.; Schmitter, P.C. **Transitions from Authoritarian Rule**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

OLIVEIRA, O. J. **Modelos Lineares hierárquicos**. Universidade Federal do Pará, 2013.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp, 2011.

PALMEIRA, M. **Política, facções e voto**. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livrarias, 1996

PERES, P. S. As abordagens neo-institucionais da política: uma proposta alternativa de análise classificatória. **Revista Versões**, v. 3, nº 04, 2008a, pp. 145-178.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **RBCS** v. 23 n. 68, 2008b, pp. 53-71.

PETERSON, P. **Brazilian Political Parties: formation, organization and leadership, 1945-1959**, Ph. D. Thesis, university of Michigan, 1962.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**.

POWELL, G. B.; WHITTEN, G. D. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. **American Journal of Political Science**, 37, 1993, pp. 391-414.

POWER, T. J. Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006. **Journal of Politics in Latin America**, 1, 1, 2009, p. 97-122.

PUENTE-PALACIOS, K. E.; LAROS, J. A. Análise multi-nível: contribuições para estudos sobre o efeito do contexto social no comportamento individual. **Estudos de Psicologia**, 26(3), 2009, p. 349-361.

RAMOS, P. N. Alheamento eleitoral: reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea. **Mediações**, 14(1), 2009, p. 170-199.

REIS, A. C. A. **A participação política e seus correlatos sócio-econômicos**. In: LIMA JÚNIOR, O. B. (Org.). Sistema eleitoral brasileiro; teoria e prática. Rios de Janeiro: Rio Fundo e IUPERJ, 1991.

REIS, F. W. **Prefácio**. In: DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

REMMER, K. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. **American Political Science Review**, v. 85, n. 3, 1991, pp. 777-800.

RENNÓ, L. R.; SMITH, A. E.; LAYTON, M. L.; PEREIRA, F. B. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

RIBEIRO, E. Voto compulsório: a desigualdade na participação política. **Em Debate**, 5(4), 2013, p. 41-48.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; SILVA, R. Comparecimento Eleitoral na América Latina: uma análise multi-nível comparada. **Rev. Sociol. Polit.**, 23 (54), 2015, p. 91-108.

ROLFE, M. Conditional choice: social networks and decision-making. **Presented at the 2005 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association**, 2005.

ROLFE, M. **Voter Turnout: A Social Theory of Political Participation**. Cambridge University Press, New York, 2012.

SANTOS, A. M. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, n 4, 2006, pp. 721 a 749.

SANTOS, W. G. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.

SANTOS, W. G. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SARTORI, G. **The influence of Electoral Systems: faulty laws or faulty methods**. In: GROFMAN, B.; LIJPHART, A. (Orgs). **Electoral Laws and their political consequences**. New York: Agathon, 1986.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHWARTZMAN, S. Veinte años de democracia representativa em Brasil, 1945-1964. **Revista Latinoamericana de Ciência Política**, 2(1), 1971.

SCHWARTZMAN, S. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: DIFEL, 1975.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILLS, D. L. **Paul F. Lazarsfeld 1901 – 1976**. Washington D.C.: National Academy of Sciences, 1987.

SILVA, R. Alienação Eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais. **Revista Andina de Estudios Políticos**. v. 3, n° 1, 2013, p. 109-133.

SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria & Pesquisa**, 23(2), 2014, p. 58-75.

SINGER, M. M. Economic Voting in an Era of (Non)Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America 1982-2010. **Workshop on Elections, Electoral Behavior and the Economy in Latin America**. 2011.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, G. A. O. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Strom, G. D. (1975) 'On the Apparent Paradox of Participation: A New Proposal', *Review of Economics and Statistics*, 69, 908–13.

SPOSATI, A. **Prefácio**. In: KOGA, D. *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

TAAGEPERA, R.; SHUGART, M. S. **Seats and Votes: The Effects and Determinants of Electoral Systems**. New Haven: Yale University Press, 1989.

TELLES, H.; LUCAS, J. I. (orgs), **Da Rua às Urnas**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, v. 58, 2003.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório de Dados: eleições 2010 e 1012**.

TRINITY COLLEGE DUBLIN. **Electoral Systems**.

TRINDADE, H. **Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul**. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (Orgs.). **Partidos políticos e eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TUFTE, E.R. **Political Control of the Economy**. Princeton University Press, Princeton, 1978.

WEBER, Max. A “**objetividade**” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). Weber. 5. Ed. São Paulo, 1991.

WORLD BANK. **World Data Bank**.

VEIGA, L. Economic Voting in an Age of Growth and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America (1995-2010). **UC Irvine: Center for the Study of Democracy**, 2013. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/8r683983>, visitado em outubro de 2014.

VIEGAS, J. M. L.; FARIA, S. A abstenção eleitoral em Portugal: uma perspectiva comparada. In: FREIRE, A.; LOBO, M. C.; MAGALHÃES, P. **Eleições e Cultura Política: Portugal no contexto Europeu**. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

VISSER, M. The psychology of voting action on the psychological origins of electoral research, 1939 – 1964. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 30, 1994, pp. 43-52.

